



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Regiane Aparecida Pontes Botelho

**O Estado Novo na esfera municipal: Nelson Corrêa Monteiro e o município  
de São Gonçalo (1940-1945)**

São Gonçalo  
2011

Regiane Aparecida Pontes Botelho

**O Estado Novo na esfera municipal: Nelson Corrêa Monteiro e o município de São  
Gonçalo (1940-1945)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik  
Coorientador: Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães

São Gonçalo  
2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

B748 Botelho, Regiane Aparecida Pontes.  
TESE O Estado Novo na esfera municipal : Nelson Corrêa Monteiro e o município de São Gonçalo (1940-1945) / Regiane Aparecida Pontes Botelho – 2011. 112f.

Orientador : Luís Reznik.

Co-orientador : Marcelo de Souza Magalhães

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. São Gonçalo (RJ) – História – 1940-1945 - Teses 2. Monteiro, Nelson Correa – História – 1710-1732 - Teses. I. Reznik, Luís. II. Magalhães, Marcelo de Souza. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

CDU 352(815.3)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese / dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Regiane Aparecida Pontes Botelho

**O Estado Novo na esfera municipal: Nelson Corrêa Monteiro e o município de São  
Gonçalo (1940-1945)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre, ao Programa de  
Pós-graduação em História Social, da Universidade  
do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração:  
História Social do Território.

Aprovada em 25 de janeiro de 2011.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Coorientador: Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rebeca Gontijo  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, Luiz e Valacir à minha irmã Ariane e ao meu amor Bruno por me ensinarem o significado da perseverança.

## AGRADECIMENTOS

Nestas poucas linhas tenho muito a agradecer às minhas amigas de longa data que sempre acreditaram em meu trabalho e potencial e que a cada momento sempre que puderam me incentivaram seja ficando ao meu lado, ou apenas dizendo você vai conseguir por que merece isso e muito mais. Em um mundo cada vez mais individualista ter amigos sinceros e que te amam faz toda a diferença. Obrigada Carla, Nívea, Rozy, Fabiana, Rafael, Alexandra e Bárbara.

Não posso deixar de agradecer aos meus pais e minha irmã por muitas vezes ao longo destes anos de estudo sempre tiveram paciência com as minhas ausências e várias horas trancada em meu quarto.

Muito tenho a agradecer a Faculdade de Formação de Professores da UERJ em seus corredores construí amizades e adquiri conhecimentos que vou carregar por toda vida, mais do que uma faculdade foi um sonho que se realizou e que me deu a chance de crescer, obrigada pela graduação e pelas duas pós-graduações que obtive. Desta forma, não posso deixar de agradecer a cada professor e funcionário, pois sem eles essa instituição não seria minha amada FFP.

Com muito carinho agradeço aos meus orientadores Marcelo Magalhães e Luís Reznik que sempre foram por mim admirados desde a graduação, obrigada por todo incentivo e por acreditarem em meu trabalho.

[...] O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam, só poderíamos, portanto, falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu [...]

*Marc Bloch, em Apologia da História ou O Ofício do Historiador*

## RESUMO

BOTELHO, Regiane Aparecida Pontes. *O Estado Novo na esfera municipal: Nelson Corrêa Monteiro e o município de São Gonçalo (1940-1945)*. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

Esta dissertação aborda a temática do Estado Novo (1937-1945), mas utiliza-se da perspectiva municipal, ou seja, visa reconhecer os projetos do regime pela perspectiva do município de São Gonçalo. Para tal estudo foi escolhida a gestão de Nelson Corrêa Monteiro como interventor municipal pelo período de 1940 a 1945. Utilizamos como documentação os relatórios administrativos de Nelson Corrêa Monteiro, referentes aos cinco anos de sua atuação e as reportagens e publicações oficiais presentes no Jornal O São Gonçalo, que no ano de 1940 tornou-se órgão oficial da Prefeitura. Como eixos de reflexão, abordaremos três temáticas principais, por serem problemas centrais compartilhados no discurso estadonovista e nas propostas de Nelson Corrêa: a Saúde, a Educação e as Vias de Comunicação. Este trabalho torna-se uma fonte para futuras pesquisas que abordam o Estado Novo, o regime estadonovista na esfera municipal, e a contribui para a valorização e melhor compreensão da história e construção social, política e econômica do Município de São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Estado Novo, Município de São Gonçalo, Nelson Corrêa Monteiro.



## **ABSTRACT**

This paper addresses the issue of the New State (1937-1945), but utilizes the municipal perspective, ie, seeks to recognize projects of the regime from the perspective of the municipality of Sao Goncalo. For this study was chosen to manage Nelson Correa Monteiro as municipal intervenor for the period 1940 to 1945. We use administrative reports as documentation of Nelson Correa Monteiro, referring to five years of its operation and present reports and official publications in The Journal São Gonçalo, which in 1940 became the official organ of the City. As axes of reflection, we discuss three main themes, because they shared the central problems in speech and proposals of the New State Nelson Correa: Health, Education and Communication routes. This work becomes a source for future research that address the Estado Novo, the Estado system at the municipal level, and contributes to better understanding and appreciation of history and social construction, political and economic in São Gonçalo in the State of Rio de Janeiro.

Keywords: New State, Municipality of São Gonçalo, Nelson Corrêa Monteiro

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1	<b>A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NOVO NA ESFERA MUNICIPAL</b> .....	17
1.1	<b>Os caminhos que levaram ao Estado Novo</b> .....	17
1.2	<b>O Estado Novo e a historiografia</b> .....	21
1.3	<b>Engrenagens : centralização política e interventorias</b> .....	25
1.4	<b>Ernani do Amaral Peixoto : base do Estado Novo no estado do Rio de Janeiro</b> .....	30
1.5	<b>São Gonçalo : o Estado Novo na esfera municipal</b> .....	34
2	<b>COMO FORMAR UM NOVO HOMEM : A SAÚDE</b> .....	36
2.1	<b>Concepção : saúde no Estado Novo</b> .....	36
2.2	<b>São Gonçalo : a saúde na esfera municipal</b> .....	42
3	<b>EDUCAÇÃO : O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO HOMEM</b> .....	63
3.1	<b>O ensino e o ideário estadonovista</b> .....	63
3.2	<b>Ministro Gustavo Capanema e as reformas no ensino</b> .....	66
3.3	<b>O Estado Novo em São Gonçalo : o ensino através das ações de Nelson Corrêa Monteiro</b> .....	75
4	<b>VIAS DE COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS : A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CONTORNO URBANO</b> .....	85
4.1	<b>O governo Getúlio Vargas e obras públicas</b> .....	85
4.2	<b>A modernização do município de São Gonçalo : vias de comunicação e obras públicas</b> .....	87
5	<b>CONCLUSÃO</b> .....	106
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	109

## INTRODUÇÃO

*[...]O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa." [...]*

*Marc Bloch, Introdução à História, 1965*

O tema central a ser trabalhado nesta dissertação é o Estado Novo, período compreendido entre os anos de 1937 a 1945, sob o governo do presidente Getúlio Vargas. Porém a inovação ao se abordar esta temática, que é substancialmente explorada pela historiografia, ocorre na escolha em estudá-la a partir da esfera municipal, mais precisamente do município de São Gonçalo e, particularmente, a partir das ações administrativas do interventor municipal Nelson Corrêa Monteiro. Este trabalho parte da premissa de que compreender e investigar as medidas na esfera municipal é também uma forma de aprofundar e ampliar a reflexão sobre as questões da saúde pública, da educação, das obras e da construção ideológica do Estado Novo. Pensar o Estado Novo pela esfera municipal é uma forma de abordagem que se difere das realizadas pela maior parte dos trabalhos já realizados sobre esta temática.

O interesse por este tema, ou seja, o período do Estado Novo, o município de São Gonçalo e o governo de Nelson Corrêa Monteiro; originou-se através do meu ingresso como bolsista PIBIC na graduação; em um projeto existente na Faculdade de Formação de Professores (UERJ- São Gonçalo). Durante o período de dois anos ao pesquisar e organizar documentações sobre o governo de Nelson Corrêa Monteiro no município de São Gonçalo surgiu a necessidade de aprofundar este trabalho. Em um primeiro momento, escrevi sob a orientação do Professor Doutor Luis Reznik o trabalho de conclusão de curso “O Estado Novo: Nelson Corrêa Monteiro e a construção de uma São Gonçalo Moderna”.

Posteriormente ao ingressar em uma pós-graduação em Gestão Escolar, também na Faculdade de Formação de Professores, elaborei sob a orientação da Dr. Márcia Alvarenga uma monografia de final de curso, na qual trabalhei especificamente com a educação no

período estadonovista, na gestão de Nelson Corrêa Monteiro no município de São Gonçalo, com o seguinte título: “O Estado Novo no município de São Gonçalo: Nelson Corrêa Monteiro e suas medidas administrativas educacionais (1940-1945)”.

Mesmo com estes dois trabalhos supracitados, ainda existia uma parte da documentação que não havia sido adequadamente explorada. A oportunidade viu-se presente com a entrada no curso de especialização, o Mestrado em História Social, na Faculdade de Formação de Professores (UERJ-SG).

A escolha do período governado por Nelson Corrêa Monteiro foi devido ao maior tempo de atuação do mesmo no município de São Gonçalo, conforme observado na tabela a seguir quando comparado aos outros prefeitos nomeados durante o Estado Novo.

<b>Prefeitos/Interventores Período Estado Novo</b>	
<b>Nome</b>	<b>Período/ Duração</b>
Eugênio Sodré Borges	12/05/1938 a 11/01/1940 Aproximadamente 1 ano e 8 meses.
Brígido Tinoco	30/01/1940 a 29/02/1940 Aproximadamente 1 mês.
<b>Nelson Corrêa Monteiro</b>	<b>01/03/1940 a 09/04/1946</b> <b>Aproximadamente 6 anos e 1 mês.</b>

( Fonte: Câmara Municipal de São Gonçalo: [www.camarasg.cjb.net](http://www.camarasg.cjb.net))

Nelson Corrêa Monteiro tornou-se interventor municipal de São Gonçalo em função de uma escolha do então interventor do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, no mês de março de 1940. Nelson permaneceu no cargo até o mês de abril de 1946.

Tinha por formação a graduação em Engenharia Civil, era casado com a senhora Mariot Monteiro e era primo, por parte paterna, do interventor Ernani do Amaral Peixoto. Antes de assumir o cargo no município de São Gonçalo foi um dos engenheiros responsáveis pela construção das primeiras escolas rurais<sup>1</sup>. Durante seu governo, foi o que mais visitou o Ingá, sendo um dos mais conhecidos, mas não se firmou politicamente<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> CAMARGO, Aspásia et al **Artes da Política: Diálogo com Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira CPDOC/FGV-UFF, 1986. p.169

<sup>2</sup> GURGEL, Heitor. **O Governo Amaral Peixoto 1937-1945**. Rio de Janeiro: s/ed., 1950. Pág. 49

As fontes de estudos principais para a construção desta dissertação foram os Relatórios Administrativos do Interventor Nelson Corrêa Monteiro – referentes aos anos de 1940 a 1946, período da sua gestão como interventor municipal –, as edições do Jornal “O São Gonçalo” – do mesmo momento histórico –, também artigos e publicações como as realizadas pelos autores Ângela de Castro Gomes, Dulce Pandolfi, entre outros além de documentação existente nos Arquivos Capanema da Fundação Getúlio Vargas. Os Relatórios Administrativos<sup>3</sup> foram elaborados durante o período da intervenção municipal de Nelson Corrêa Monteiro. Foram produzidos no total três relatórios, eram encaminhados ao diretor geral do Departamento das Municipalidades, em 1942 o Dr. Salo Brand e posteriormente ao Dr. Hermes Gomes da Cunha.

O primeiro relatório apresentou vinte e cinco páginas, possui um anexo com gráficos e fotografias e se dividiu em: Relatório das Atividades Administrativas Municipais durante o exercício de 1940 e Relatório das Atividades Administrativas Municipais durante o exercício de 1941. O primeiro se divide em: Obras em logradouros públicos, Pavimentação, Saneamento, Iluminação pública e particular, abastecimento de água, Esgotos, Cemitérios, Matadouro, Assistência médica e social, Reflorestamento e derrubadas de matas, Escolas, Biblioteca municipal, Monumento, Instituto Fluminense de Cultura, Organização administrativa, Finanças municipais, Legislação, Aquisição de material e Proteção à agricultura e à pecuária.

O segundo, ou seja, o Relatório das Atividades Administrativas Municipais durante o exercício de 1941, além dos itens supracitados, apresentava ainda Entrepasto de leite, Serviço de Pronto-Socorro, Centro de Saúde, Hospital de São Gonçalo, Centro de Puericultura, Asilo Amor ao Próximo, Patronato de Menores, Educandário Vista Alegre, Recolhimento de Juízo de Menores, Abrigo Cristo Redentor, Mercado municipal, Ensino primário municipal, Pessoal administrativo, Serviço de Transporte e Oficina.

---

“Lista dos prefeitos mais chegados ao Ingá e por isso mesmo mais conhecidos”. Primeiro da lista São Gonçalo “Dr. Nelson Corrêa Monteiro engenheiro civil que também fez uma boa administração, construindo escolas rurais, abrindo estradas, melhorando a instalação do hospital (...). Amigo e parente do Comandante Amaral Peixoto.

<sup>3</sup> O primeiro relatório administrativo, apresentado por Nelson Corrêa Monteiro no ano de 1942, referiu-se aos anos de 1940 e 1941, sendo apresentado com o número 893/42 NCM/DPN de ofício relatório. O segundo relatório, apresentado no ano de 1943, referiu-se ao ano de 1942, tendo o número de ofício relatório 3.182/43 NCM/DPN. O terceiro e último relatório produzido em 1946, foi referente aos anos de 1943, 1944 e 1945 tendo como número ofício relatório 1.200/46 NCM/DPN.

O segundo Relatório Administrativo de Nelson Corrêa Monteiro apresentou vinte e oito páginas mais os anexos com fotografias e gráficos. Apresentando relatório das atividades durante o ano de 1942 e tendo a seguinte divisão: exposição de motivos; balanço financeiro e econômico; gráficos; fotografias, enquadramento do funcionalismo e termos e contratos (principais). Apresentaram ainda, além dos itens presente no relatório administrativo de 1941, os seguintes itens: Estádio Comandante Ernani do Amaral Peixoto, Parque infantil, Obras em edifícios públicos, Distrito Sanitário nº, Edifício para garagem e oficinas, Aplicação da verba de cooperação com a Secretaria de Educação e Saúde do Estado, Receita-resumo da execução orçamentária de 1942 (Previsão, Arrecadação e Diferença) e Serviço de comunicações.

O terceiro e último relatório administrativo possui trinta e três páginas mais os anexos com gráficos e fotografias. Expõe o relatório das atividades administrativas municipais no triênio de 1943, 1944, 1945 e no primeiro trimestre de 1946. Tinha como exposição os seguintes itens: Obras em logradouros públicos, Estradas; Ruas; Pontes; Bueiros; Artefatos de concreto; Abertura de novos logradouros; Pavimentação; Obras correlatas; Estádio Comandante Ernani do Amaral Peixoto; Serviço funerário e de cemitério; Parque infantil. Obras em edifícios públicos, Hospital de São Gonçalo; Colégio São Gonçalo; Centro de Puericultura; Escola Júlio Lima; Escola Duque de Caxias; Educandário Vista Alegre; Edifício de garagem e oficinas; Obras do campo do Tamoio F. C.; Radiante F. C. E. E. C. Metalúrgico. Limpeza urbana e domiciliar, Assistência médico social, Hospital de São Gonçalo; Legião Brasileira de Assistência; Centro de puericultura; Asilo Amor ao Próximo; Patronato de Menores; Educandário Vista Alegre; Abrigo Cristo Redentor; Asilo de Menores; Distrito Sanitário nº1. Instrução, Ensino secundário; Ensino primário. Serviço de transporte, Matadouro, Serviços de águas e esgotos, Serviço de iluminação, Finanças, Patrimônio, Legislação, Expediente e Novo enquadramento de funcionários.

Os três relatórios administrativos produzidos durante o período em que Nelson Corrêa Monteiro esteve à frente da prefeitura de São Gonçalo foram analisados e descritos ao longo dos capítulos desta dissertação.

Para além dos relatórios administrativos, outra documentação importante para a realização deste trabalho foi o Jornal “O São Gonçalo”<sup>4</sup>, que em 1942, tornou-se órgão oficial

---

<sup>4</sup> Os periódicos semanais do Jornal “O São Gonçalo” utilizados foram referentes ao período de 1940 a 1945, sendo analisado para a pesquisa um banco de dados, dos seguintes exemplares: 478 a 528 (1940), 529 a 580 (1941), 581 a 632 (1942), 633 a 685 (1943), 686 a 738 (1944) e 740 a 790 (1945), objetivando entender o governo Nelson Corrêa segundo seus contemporâneos, mas sempre ciente do teor de parcialidade e manipulação que exercem os jornais e outros meios de imprensa.

da prefeitura gonçalense<sup>5</sup>, pois, justamente nele veicularam-se propagandas e inúmeras informações sobre projetos do governo, fornecendo um amplo mecanismo de reconstituição sobre o aspecto da realização das atividades administrativas de Nelson Corrêa Monteiro.

Entre os principais autores utilizados como fonte historiográfica para esta dissertação estão os seguintes escritores: Daniel Pécaut, Gerson Moura, Ângela de Castro Gomes, Heitor Gurgel, Rubens Falcão, José Horta, Dulce Pandolfi, Gilberto Hochman, Cristina Fonseca, Simon Schwartzman, Regina Pantoja entre outros.

O livro de Pécaut<sup>6</sup> é muito bom para a realização de uma reflexão sobre a sociedade brasileira da década de 1930 e seus anseios. Já o de Moura<sup>7</sup> apresenta uma reflexão sobre a era Vargas no período da Segunda Guerra Mundial.

Uma autora fundamental para o estudo do Estado Novo é a Angela de Castro, cujos trabalhos ajudam a refletir sobre vários temas deste período como: a educação, a saúde, a cultura, os ministérios e toda a lógica simbólica que envolveu a era Vargas, que será desenvolvida mais à frente.

Gurgel<sup>8</sup> foi uma leitura importante por ter sido um secretário do governo do Estado do Rio de Janeiro no período do Estado Novo e ele fez uma descrição geral do que foi a administração de Ernani do Amaral Peixoto e a economia do Estado do Rio de Janeiro. Sobre Amaral Peixoto, existe, entre outros, uma obra produzida por um grupo de pesquisadoras que aborda justamente com entrevistas feitas ao próprio e retomam vários momentos e aspectos da vida e trabalho na política de Amaral Peixoto.

Por fim, destaco a obra de Rubens Falcão<sup>9</sup>, que como diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro, durante a década de 40, produziu um estudo da administração geral do estado com a política econômica e financeira e a forma como estas medidas refletiram na área da educação.

---

<sup>5</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 08 fev. 1942. 586. Jornal “O São Gonçalo” ganhou uma concorrência tornando-se o órgão oficial da Prefeitura.

<sup>6</sup> PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>7</sup> MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões. Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

<sup>8</sup> GURGEL, Heitor. **O governo Amaral Peixoto 1937-1945**. Rio de Janeiro: s/ed., 1950

<sup>9</sup> FALCÃO, Rubens. **Novos Caminhos da Educação Fluminense**. Niterói: Imprensa Nacional, 1946.

Nelson Corrêa, em alguns de seus discursos divulgados através do Jornal “O São Gonçalo”, traçava como objetivo de seu governo três pontos principais: a saúde, educação e as vias de comunicação. Esta última, entendida como obras referentes a melhorias de estradas e transportes. A dissertação foi dividida de forma a priorizar estes três aspectos devido aos relatórios administrativos deste interventor. Tal propósito se dava em função das edições do Jornal “O São Gonçalo” e também por estes temas serem caros na construção ideológica do governo de Getúlio Vargas.

O primeiro capítulo aborda o Estado Novo e a historiografia, de que forma esse período se caracterizava e as principais concepções existentes na formação de suas bases ideológicas. Ele se divide em cinco partes, a primeira reflete sobre os processos que levaram à construção do Estado Novo. A segunda parte discorre sobre a historiografia do período, a terceira apresenta a lógica de formação da centralização política e do sistema de interventoria. A quarta parte refere-se ao governo de Ernani do Amaral Peixoto e a última parte, ao Estado Novo na esfera do município de São Gonçalo.

O segundo capítulo tem como foco principal a saúde, de forma a refletir qual a concepção de saúde existente no período do Estado Novo, quais as principais medidas adotadas pelo interventor municipal Nelson Corrêa Monteiro no município de São Gonçalo. Em um primeiro momento foi realizada uma reflexão sobre a concepção de saúde no período e posteriormente a questão da saúde pela perspectiva da esfera municipal através das ações administrativas do interventor municipal.

O terceiro capítulo aborda a educação, ou seja, o papel do ensino, as principais ações de Nelson Corrêa no período de sua administração municipal e como o ensino foi algo fundamental para a propagação da ideologia estadonovista. O capítulo foi dividido em três partes: a primeira parte aborda a questão do ideário da educação no período estadonovista; a segunda parte a atuação do ministério de Gustavo Capanema e a última parte nas ações administrativas realizadas no município de São Gonçalo por Nelson Corrêa Monteiro.

O quarto é último capítulo prioriza as obras relacionadas às vias de comunicação, ou seja, os melhoramentos realizados no município de São Gonçalo, relacionados às vias públicas, transportes e outras obras. Inicialmente realiza-se uma reflexão sobre as políticas adotadas por Getúlio Vargas no período do Estado Novo no campo das obras públicas e posteriormente em que âmbito a modernização através da obras públicas e vias de comunicação puderam ser notadas nas ações administrativas de Nelson Corrêa Monteiro.



## **1 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NOVO NA ESFERA MUNICIPAL**

Este capítulo tem por premissa refletir sobre do Estado Novo, seus antecedentes e suas principais características. Para tal, foi subdividido em cinco partes. A primeira parte aborda os aspectos que levaram à construção deste novo período político; a segunda, o que representou o Estado Novo na historiografia brasileira; a terceira, tem como foco os aspectos referentes à centralização política e aos sistemas de interventorias; na quarta parte realiza-se uma reflexão sobre a atuação do interventor federal no Estado do Rio de Janeiro Ernani do Amaral Peixoto e a última parte faz uma ponderação sobre o Estado Novo através da esfera do município de São Gonçalo.

### **1.1 Os caminhos que levaram ao Estado Novo.**

Uma melhor compreensão do período do Estado Novo requer uma breve análise dos anos que o antecederam. Devido à Revolução de 1930, Getúlio Vargas conseguiu se firmar e assumir, posteriormente, a presidência da República. Na década de 1930, existiam disputas políticas acerca dos rumos que o país seguiria. De um lado, havia a defesa de medidas apertadas e autoritárias, que visavam uma centralização política. Do outro, uma linha que desejava medidas mais liberais e uma maior autonomia regional.

O presidente da República, Washington Luís, ficou no poder até a posse de Getúlio Vargas, que participava da Junta Governativa Provisória – formada pelos generais João de Deus Mena Barreto e Tasso Fragoso e pelo almirante Isaías Noronha. É importante ressaltar que Getúlio Vargas se estabeleceu no poder devido à Revolução de 1930, movimento que obteve apoio dos governos dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba e que depôs Washington Luis, em 24 de outubro do mesmo ano, marcando o fim da Primeira

República<sup>10</sup>. Em março de 1930, houve eleição para ocupar o cargo de Presidente da República, saindo vitorioso Júlio Prestes. Porém, Prestes não pode assumir o cargo, devido ao de golpe de Estado iniciado em Três (3) de outubro e que teve apoio dos militares.

A década de 1930, segundo Silvia Pantoja<sup>11</sup>, marca um duplo impacto: um de origem externa: a crise de 1929, que atingiu o mundo capitalista e outro de origem interna, o movimento revolucionário de 1930. A economia fluminense foi prejudicada devido à crise externa, principalmente a cafeicultura e a agroindústria açucareira. Mesmo o café já estando em um quadro de decadência, a crise de 1929 suprimiu as possibilidades de recuperação implementadas pelos governos de Feliciano Sodré e Manuel Duarte. Já a agroindústria açucareira, que no período era a segunda atividade do estado, foi a mais atingida pela crise, pois se encontrava há muitos anos em precariedade e sofrendo a concorrência do açúcar nordestino.

Como forma de tentar superar a crise que se abateu, o governo estadual adotou uma postura mais centralizadora de coordenação, planejamento, incentivo e controle das atividades econômicas. Houve um aumento na produção anual de outros gêneros alimentícios produzidos no Estado do Rio de Janeiro, entre eles o arroz, a batata e a mandioca. A Baixada Fluminense se especializou na fruticultura, a laranja, por exemplo, tinha a produção voltada para o mercado externo. Ernani do Amaral Peixoto, com o Estado Novo, iniciou uma reforma na administração estadual com base em um modelo, segundo Pantoja, cooperativista de ordenamento das relações econômicas e sociais.

Na tentativa de se conter esta crise, os poderes públicos adotaram, após a Revolução de 1930, uma crescente intervenção direta do Estado na coordenação, planejamento, incentivo e controle das inúmeras atividades econômicas. Para tal tarefa, o governo provisório de Vargas utilizou-se de órgãos como o Conselho Nacional do Café (CNC), posteriormente Departamento Nacional do Café (DNC). No caso do setor da agroindústria, a intervenção foi maior, ocorreu, em 1933, a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), este era responsável pelo planejamento, controle e fomento da produção de açúcar e álcool no país. Vargas também se preocupou em demarcar a limitação da produção de açúcar. Mesmo com tais medidas a agroindústria açucareira não conseguiu se recuperar.

---

<sup>10</sup> Uma parte da historiografia refere-se ao período como o fim da República Velha, demarcando que se inicia a partir daquele momento uma “Nova República”.

<sup>11</sup> CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. **Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto**. Tese de Doutorado. Niterói: 1995.

Outros setores também foram atingidos; em função disso, o governo passou a incentivar a diversificação dos gêneros agrícolas e para esta função criou, em 1933, a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, que três anos depois se tornou Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. O principal objetivo era sanear os terrenos insalubres, torná-los propícios para as atividades agrícolas e incentivar a instalação de colônias agrícolas visando o abastecimento do mercado consumidor fluminense.

Entre os anos de 1930 e 1937, as tensões políticas no Brasil foram se ampliando. Em junho de 1934 foi elaborada uma Constituição pelos parlamentares, que escolheram como chefe provisório de governo Getúlio Vargas, o que foi num primeiro momento, uma vitória do Grupo liberal. Esta nova Constituição assegurava a licitude do Legislativo, ampliava a capacidade intervencionista do Estado, mas também tentava evitar que esta ampliação do poder do Estado fosse estendida ao presidente da República. Em 1938, Vargas deveria deixar a presidência, sem o direito à reeleição.

Mesmo com estas medidas preventivas, as disputas políticas continuavam cada vez mais intensas, principalmente entre os seguintes grupos: Ação Integralista Brasileira (AIB) – que se caracterizava por ser nacionalista e antiliberal – e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) – que se opunham ao governo Vargas e congregava comunistas, socialistas, católicos e nacionalistas. Por causa deste clima de instabilidade, o Legislativo aprovou medidas que fortaleciam o intervencionismo e a centralização do Estado. Segundo Ângela de Castro Gomes, “o encaminhamento do golpe de 1937 foi cuidadoso e demandou tempo e habilidade para a eliminação ou neutralização de indecisos e aliados”<sup>12</sup>.

Em função do governo, que inicialmente seria provisório, Vargas conseguiu poderes muito amplos. Com o decreto federal nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, as administrações municipais passaram a ser submissas aos Conselhos Consultivos, que tinham a função de fiscalizar e verificar o andamento dos processos e serviços administrativos. No ano de 1936, com a Lei Orgânica dos Municípios, esses conselhos foram substituídos pelos Departamentos Estaduais de Administração dos Municípios.

Surgiu em cada Estado da Federação um Conselho Administrativo, que por sua vez era subordinado ao Ministério da Justiça. Pelo papel exercido, acumulou as funções executadas pela Assembleia Legislativa e pelo Tribunal de Contas, que deixaram de existir no regime

---

<sup>12</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. p.177.

vigente. Outro importante órgão criado foi o Conselho de Economia e Finanças, em 1º de fevereiro de 1938, por meio do decreto nº 347. Este possuía a tarefa de recuperar a economia fluminense. Para tal, fundou, no mesmo ano, a Comissão de Estudos da Organização Administrativa por intermédio do decreto-lei nº 379 e os departamentos de Estatística, de Imprensa e Propaganda e também o de Serviços Públicos.

As secretarias tornaram-se importantes elos entre os grupos políticos e econômicos e o Executivo estadual. Foram de grande destaque a Secretaria do Interior e a Secretaria de Justiça, que em 1940, passou a ser denominada Secretaria de Justiça e Segurança, liderada pelo ex-prefeito de São Gonçalo Eugênio Borges<sup>13</sup>. Também fizeram parte da reforma administrativa de 1938 as seguintes secretarias:

- Secretaria de Viação e Obras Públicas;
- Secretaria de Educação e Saúde Pública;
- Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio;
- Departamento de Estatística e Propaganda.

Como já citado anteriormente, os sindicatos foram transformados em órgãos públicos, deixando de ser instituições de direito privado para se constituírem órgãos de cooperação sob a tutela do Estado. Funcionaram como organizadores e legitimadores do projeto político do Estado Novo, onde o trabalhador era o cidadão da democracia social e o homem da nova comunidade nacional.

Sendo assim, o trabalhador tornou-se o centro das atenções do Estado, que se voltou para a formação/construção da nação. O trabalho ganha *status* positivo, o ato de trabalhar torna-se uma qualidade, uma virtude. Foi o momento em que se consolidaram as leis trabalhistas, mas estas focavam os trabalhadores urbanos, visto que neste momento os trabalhadores rurais foram deixados à margem.

---

<sup>13</sup> Exerceu mandato como interventor no Município de São Gonçalo durante os anos de 1938 à 1940.

## 1.2 O Estado Novo e a historiografia

Faz-se importante para a análise do que foi o período estadonovista no município, conhecer entender os mecanismos que formavam o sistema de interventoria, forma pela qual Nelson Corrêa Monteiro recebeu a administração municipal. O ano de 1937 constituiu o marco inicial do período denominado “Estado Novo”. Em 10 de novembro deste ano o então Presidente Getúlio Vargas deu um golpe de Estado ao promulgar uma nova Constituição, expressando, na ocasião, que a Carta Constitucional de 1934 estava “antedatada em relação ao espírito do tempo”<sup>14</sup>. A nova Constituição baseava-se na centralização política, na ampliação do intervencionismo do Estado e era antiliberal. O Parlamento foi fechado, as liberdades civis suspensas, as autonomias dos estados foram reduzidas, além do Estado tentar retirar as oligarquias tradicionais do comando. Foi elaborado um sistema de interventoria e de cooperativismo assim como os sindicatos passaram a constituir uma esfera estatal.

O termo Estado Novo foi cunhado por seus contemporâneos como forma de marcar que o Brasil entrava em um novo momento de modernidade e progresso “sem ligação” com o momento anterior, ou seja, o da República Velha. O período do Estado Novo não pode ser considerado homogêneo, pois muitas são as nuances que envolveram a sua construção ideológica defensora da ordem, do patriotismo, do nacionalismo e principalmente sua colocação como anticomunista. Getúlio Vargas conseguiu agregar a seu discurso algumas das principais reivindicações que estavam em voga desde a década de 1920. Os estudos mais atuais mostram a política de Vargas como sendo, antes de tudo, o resultado do contexto social, cultural e econômico emergente das próprias articulações e disputas que vinham se formando ao longo das primeiras décadas do século XX.

Desta forma, percebe-se que o discurso produzido no Estado Novo foi sofisticado e pragmático e que plano simbólico foi de extrema importância para a melhor compreensão do

---

<sup>14</sup>CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. **Amaralismo e pessedismo fluminense**: o PSD de Amaral Peixoto. Tese de Doutorado. Niterói: 1995.

primeiro governo Vargas. Um aspecto interessante é o fato de o Estado ter adquirido a incumbência de gerar a justiça social e o bem-comum passou a ser obrigação do mesmo. Consoante a observação de Ângela de Castro Gomes<sup>15</sup>, criou-se uma democracia onde o Estado deveria promover a igualdade social, por meio da ideia de pertencimento à nação, ou seja, quem possuísse uma atividade profissional estaria se tornando um cidadão com direitos e deveres. Sendo assim, a desigualdade social baseava-se na concepção de que a sociedade possuía desigualdades por natureza. Caberia ao Estado promover artificialmente condições de maior igualdade social. A democracia brasileira tinha então como proposta a prevalência do princípio da autoridade, não como um obstáculo à liberdade individual, mas como o único meio legítimo de sua realização.

O Estado Novo se caracterizou por ser centralizador e autoritário, pois geria as ações e era intervencionista, com o discurso de que produzia a justiça social. Utilizava-se de questões e projetos que, pelo menos aparentemente, eram demandas dos trabalhadores. O grande dilema do Estado era como promover o desenvolvimento econômico no Brasil. Os ideários da modernidade e do progresso estavam presentes nestas décadas, que eram herdeiras do paradigma modernista de valorização do homem brasileiro e de suas particularidades.

É necessário estar atento também à lógica simbólica presente no discurso de construção de uma nação cerceada pelo “pacto social”, termo expresso por Ângela de Castro Gomes<sup>16</sup>. A autora argumenta que entre os trabalhadores e o Estado existia uma lógica que ia para além da lógica econômica/material. Os benefícios produzidos pelo Estado, na forma de leis, eram reconhecidos pela classe trabalhadora, existindo entre o Estado e os cidadãos uma reciprocidade. O Estado concedia os benefícios, que já eram demandas dos trabalhadores desde o início do século, como sendo uma percepção de Getúlio Vargas das necessidades. Essa construção ideológica passa por um discurso produzido de forma muito sofisticada e pragmática, a qual dava ao presidente Vargas a imagem de “pai dos pobres”. Os trabalhadores o reconheciam como um governo que conhecia as suas necessidades. Esta lógica simbólica possuía como parâmetro a ideia de que Vargas concebia os benefícios como um presente aos trabalhadores, onde estes últimos ficavam em “dívida e obrigação” com o presidente.

O que dava condições da existência de reciprocidade era justamente o desequilíbrio econômico existente. A ideia era a de que a única forma de promover justiça social era com

---

<sup>15</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Op. cit.*

<sup>16</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Op. cit.*

uma gestão centralizadora e intervencionista, meta incorporada ao Estado e que por sua vez, conseguiu tornar as leis trabalhistas um patrimônio para o trabalhador.

O Estado Novo utilizava-se de argumentos pautados na “moderna ciência social da época”. No entanto, este viés cientificista era apenas um dos níveis de produção e divulgação do projeto político que se construía. É importante frisar que este pacto somente foi obtido através de uma construção ideológica de um discurso que contava também com um grande aparato político, como por exemplo, o propiciado por Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e responsável juntamente com Departamento de Imprensa e Propaganda, pelo programa de rádio “Falando aos Trabalhadores Brasileiros”. Este programa teve como objetivo central divulgar a legislação social e trabalhista do Estado Novo. As palestras do ministro eram principalmente uma comunicação pessoal do mesmo, nas quais buscava forjar em si a imagem de um trabalhador que cumpria as determinações de Getúlio Vargas.

A legislação social do Estado Novo gerou a Consolidação das Leis Trabalhistas e a legislação previdenciária, regulou o trabalho urbano durante décadas e foi uma das principais consolidações que Getúlio Vargas deixou para os trabalhadores. O discurso político oficial tinha uma flexibilidade de absorver tanto as temáticas que estavam em pauta para as classes trabalhadoras na Primeira Republica e o transformar em ações demandadas por Vargas, quanto fazer com que a dinâmica das relações fosse estabelecida pelas regras do Estado Novo.

Segundo Silvia Pantoja, a sociedade se organizava por meio da formação e a aliança das elites: “a elite é sempre uma minoria composta por indivíduos que se destacam nos seus respectivos setores de atividade”.<sup>17</sup> Essa característica mostra a importância da política de Vargas em integrar-se aos grupos locais e as elites, de forma a conseguir base para as suas ações. Sendo assim, caso não ocorresse uma agregação de forma eficiente, a classe dirigente perderia sua força e uma nova elite com mais dinamismo se organizaria.

A justiça social passa a ser uma atribuição do Estado. O trabalho se transformou em algo que dignificava o homem, algo que agregaria e unificaria a sociedade, que levaria a uma organização da sociedade e traria, conseqüentemente, o progresso. Daí a preocupação do Estado Novo em ter uma política de organização científica do trabalho que se equilibrasse

---

<sup>17</sup> CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. **Amaralismo e pessedismo fluminense**: o PSD de Amaral Peixoto. Tese de Doutorado. Niterói: 1995. p. 14

entre os esforços de mecanização do trabalho e a proteção dos valores humanos e cristãos do trabalhador brasileiro.

O associativismo do trabalhador era pensado juntamente com outras questões de impacto material imediato que atendiam a uma política de proteção à família e ao trabalho. Tentava solucionar questões que afligiam o presente na construção de um futuro promissor. O ensino passou a ser uma pauta importante para a formação de um povo integral que deveria servir a pátria, com um discurso no Estado que preconizava o culto à nacionalidade, disciplina, moral e trabalho. Daí a valorização do Ensino secundário e profissionalizante no preparo deste “novo homem”.

O rádio e as músicas foram importantes para a difusão ideológica da política do regime do Estado Novo. Nesse sentido, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado no governo Vargas, foi de extrema importância para a divulgação da política estadonovista, foi incontestável a relevância que o programa “Hora do Brasil” teve neste projeto. A “Hora do Brasil” constituiu um canal de comunicação entre o povo e o Estado na figura de Vargas. As palestras divulgadas no programa também eram publicadas posteriormente, no jornal oficial do Estado Novo, *A Manhã*, como uma forma de fixar e melhor esclarecer o trabalhador.

Segundo Eli Diniz<sup>18</sup>, foi no período de Getúlio Vargas que o Brasil passou do modelo de base exportadora para uma sociedade de base urbano-industrial. Isso ocorreu devido ao processo de industrialização, que tornou o setor líder no crescimento da economia. Maria Antonieta Leopoldi<sup>19</sup> expressa que após a crise de 1929 e as transformações nas mentalidades geradas pela Primeira Guerra Mundial, existia a necessidade de se ter um Estado forte e interventor, capaz de gerar desenvolvimento interno. O Estado teve como prioridade a industrialização, um mecanismo que daria propulsão à mudança econômica e social, o que significou partilhar dos ideais da modernidade e inserir-se no clima intelectual capitalista que não mais compartilhava das ideias do livre mercado. Maria Antonieta Leopoldi frisa que:

Enquanto o Ministério do Trabalho dava início a uma onda legiferante, criando regulamentos sobre o trabalho na indústria e no comércio, num processo de construção de uma cidadania regulada que incorporava trabalhadores na ordem social e política através das leis

<sup>18</sup>DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classe. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Op. cit.* p.24.

<sup>19</sup>LEOPOLDI, Maria Antonieta. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Op. cit.* p.115 et seq.



trabalhistas, sindicais e previdenciárias, os empresários eram chamados a também se organizarem em associações de classe de caráter corporativo.<sup>20</sup>

Existia uma preocupação do Estado em fortalecer o mecanismo de representação corporativa dos interesses oriundos dos setores empresariais, o que envolvia um movimento do Estado em participar das decisões estratégicas de cada setor e também de controlar as entidades de classe. A política industrial do governo de Vargas tornou-se o foco central para o desenvolvimento do país, vale ressaltar que as políticas econômicas foram uma combinação entre três fatores: a resposta do governo a uma conjuntura internacional desfavorável, resposta às pressões dos setores empresariais urbanos e emergentes e a capacidade de decisão do governo que se ampliou. Ficou explícito que a ação empresarial no Estado Novo variava conforme o segmento econômico e que o corporativismo foi uma maneira de interação entre a indústria e o governo, que não ocorria nos demais setores empresariais do país.

### 1.3 Engrenagens: centralização política e interventorias

O Estado Novo, como mencionado, visava ter uma centralização de poderes, um fato que demarcou tal aspecto foi o sistema de interventorias. Funcionava basicamente da seguinte forma: como não havia eleições, Getúlio Vargas escolhia alguns dos seus homens de confiança e de acordo com seus interesses, interventores para cada estado. Estes, por sua vez, selecionavam interventores para cada município. Formava-se assim uma rede de poderes em que o chefe maior era o presidente da República. Os interventores municipais de tempos em tempos enviavam relatórios aos interventores dos Estados, que repassavam a Vargas o que fosse importante. Este sistema tentava estabelecer ao mesmo tempo um controle maior do Estado e também evitava que se formassem novas redes de poderes paralelas. Além disso, através deste sistema, Vargas tentava fazer com que suas diretrizes chegassem a todos os estados e, por conseguinte, aos municípios. Os interventores tinham que ser um “elo” entre o

---

<sup>20</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Op. cit.* p. 117.

governo e o povo. Em alguns casos, como os interventores não eram de grupos locais tradicionais, não conseguiam atingir este objetivo, o que gerava a sua substituição.

O sistema de interventoria não foi uma criação do Estado Novo, já era uma prática utilizada na década de 30 pelos tenentes coronéis, uma forma de tentar manter o poder centralizado e intervir mais diretamente. Foi uma importante ferramenta, pois nela o governo estadonovista teria um sólido instrumento de representação política nas diferentes esferas governamentais:

Implementadas como sistema em todo país logo após a Revolução de 30, as interventorias representaram um mecanismo de controle e de cunha do poder central em cada estado, criado para enfraquecer as antigas situações, na medida em que o interventor, ainda que ligado à elite estadual, não devia a ela sua permanência no controle do estado, mas sim ao beneplácito do Executivo Federal. É significativo ter Vargas nomeado, para a chefia dos governos estaduais indivíduos que, embora em alguns casos fossem nativos dos estados, não possuíssem ali raízes políticas; indivíduos com escassa biografia política ou que a tinham feito até certo ponto, para fora das máquinas partidárias tradicionais nos estados.<sup>21</sup>

As interventorias implantadas no pós Revolução de 30 representaram um mecanismo de controle e fortalecimento do poder central em cada estado. Foram criadas com a intenção de diminuir a influência local, pois cada interventor, ainda que ligado à elite estadual, estava subordinado antes de tudo ao executivo federal. Vargas, ao nomear os interventores estaduais, escolhia aqueles que, mesmo sendo em alguns casos naturais da região, não possuíssem na mesma localidade raízes de cunho político e estivessem construindo a carreira política, no entanto não poderiam ter participação nas máquinas partidárias tradicionais.

A organização das interventorias, que estavam previstas pela legislação de exceção do pós-30, foi um dos poderosos recursos utilizados pelos tenentes nos primeiros anos do governo provisório de Vargas a fim de redimensionar sua presença e atuação política, de modo a aniquilar os mecanismos da dominação oligárquica postos em prática ao longo da Primeira República.

Uma importante característica atribuída aos interventores era a habilidade de se relacionarem harmoniosamente com as diferentes chefias locais, mas sempre cientes de sua função, ou seja, representar a diretriz do poder central. Era necessário saber promover acordos mantendo a paz e a ordem, evitando ao máximo que o poder central tivesse que interferir

---

<sup>21</sup> CASTRO, Sílvia Regina Pantoja Serra de. **Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto**. Tese de Doutorado. Niterói: 1995. p. 49.

diretamente. Por este motivo era relativamente comum a troca de interventores, devido ao delicado entrosamento entre os interventores e as oligarquias.

Todos os interventores municipais estavam irrevogavelmente submissos ao controle do Departamento das Municipalidades (D.M.). Este órgão foi criado com a prerrogativa de reorganizar as administrações municipais. Mesmo com todo esse controle, os interventores possuíam grande força política. Visto que desfrutavam de prestígio local e o governo possuía interesse em manter um equilíbrio entre o que era solicitado e as demandas atendidas. Os interventores eram os representantes oficiais dos interesses municipais junto ao Departamento das Municipalidades.

Eli Diniz<sup>22</sup> demarca que o esforço em centralizar o poder na esfera nacional teve na criação do sistema de interventorias um de seus suportes, que gerou “implicações profundas do ponto de vista das relações entre os diferentes grupos dominantes e o Estado” (1999, p.25). O governo estadual era subordinado ao central, em um sistema que envolvia as interventorias, as elites locais e os representantes do governo federal, ao mesmo tempo em que se retiravam do poder as elites tradicionais, que também passaram a ser subordinadas ao Estado. Como define Diniz:

A engenharia institucional assim instituída implicou, na verdade, uma nova forma de formular e implementar políticas públicas, deslocando-as para instâncias enclausuradas na alta burocracia governamental, protegidas de interferências externas<sup>23</sup>.

No estado do Rio de Janeiro uma figura central no sistema de interventorias foi Ernani do Amaral Peixoto. Esse possuía uma estratégia de controle das municipalidades que ia para além do estabelecimento de contatos frequentes com as chefias locais, também adotou a prática de receber os prefeitos uma vez por semana no palácio do Ingá, para assim saber deles os dados mais importantes. Inicialmente os interventores eram obrigados a responder a uma lista de questões onde eram avaliados se deveriam ou não ser mantidos no poder.

O esforço em centralizar o poder na esfera nacional esteve na criação do sistema de interventorias um de seus suportes, o que gerou “implicações profundas do ponto de vista das

---

<sup>22</sup> DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classe. In: FAUSTO, Bóris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1981.

<sup>23</sup> DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classe. In: FAUSTO, Bóris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1981 p.27

relações entre os diferentes grupos dominantes e o Estado.”<sup>24</sup> O governo estadual era subordinado ao central, em um sistema que envolvia as interventorias, as elites locais e os representantes do governo federal, ao mesmo tempo em que se retiravam do poder as elites tradicionais que também passaram a ser subordinadas ao Estado. Como demarca Diniz: “A engenharia institucional assim instituída implicou, na verdade, uma nova forma de formular e implementar políticas públicas, deslocando-as para instâncias enclausuradas na alta burocracia governamental, protegidas de interferências externas”<sup>25</sup>.

Com a presente pesquisa, busca-se compreender melhor o que foi o Estado Novo, um período histórico repleto de nuances ideológicas herdadas das décadas de 1920/1930, destacadamente para o Município de São Gonçalo. Tanto Getúlio Vargas como Nelson Corrêa Monteiro eram alvitres de seu tempo. Ao repensar o Estado Novo, usando justamente fontes oficiais do período para provar a sua tese, Gomes demarca que os discursos produzidos pelo Estado tinham uma lógica / montagem sofisticada e apurada tendo uma construção que também abrangia o simbólico. Estabelecia-se então um pacto social de reciprocidade na relação entre Getúlio Vargas e os trabalhadores:

Nessa perspectiva, o Estado não era visto apenas como um produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos chave da auto imagem dos trabalhadores e articulava demandas: valores e tradições desta classe, redimensionado-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte só “obedecia” se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto...<sup>26</sup>

Destaca-se também a análise de Eli Diniz<sup>27</sup>, que faz um estudo sobre o Estado Novo salientando o esforço de centralização político-administrativo no qual o Estado mantinha sua autonomia particular com a sociedade. O Estado conseguiu configurar sua ideologia oficial através de uma adequação/ incorporação dos interesses da coletividade. Este foi o meio pelo qual o Estado assegurou seu predomínio e expansão.

<sup>24</sup> DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classe. In: FAUSTO, Bóris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1981 p.25

<sup>25</sup> DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classe. In: FAUSTO, Bóris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1981. p.27.

<sup>26</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3 ed., São Paulo: FGV,2005. p.180.

<sup>27</sup> DINIZ, Eli. “O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classe” In Fausto, Bóris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1981, p77 *et seq.*

O Estado corporativo representaria, portanto um meio de assegurar seu predomínio sobre o poder público em dois sentidos. De um lado, porque possibilitaria a integração das diferentes classes e grupos sociais no sistema político, mediante o mecanismo de participação controlada, sob a direção do Estado, que preservaria, assim, liberdade de ação suficiente para agir como árbitro dos conflitos em nome dos interesses gerais da nação. De outro lado, porque o fortalecimento do poder de Estado agiria como poderoso instrumento de subordinação dos interesses restritos, regionais e locais, ao interesse maior da coletividade, representado pelo poder central.<sup>28</sup>

Os sindicatos foram também um importante elo entre o governo e os cidadãos, relembando que a Lei de sindicalização de 1931, segundo Ângela de Castro Gomes, transformou o padrão de associações que existiam. Este decreto trouxe as associações operárias para a “órbita” do Estado, mesmo a sindicalização sendo facultativa a tornava na prática compulsória, ou seja, somente quem fosse sindicalizado poderia ter acesso aos benefícios da legislação social.

Arion Sayão Romita<sup>29</sup> expõe que os sindicatos estavam sujeitos à intervenção do Ministério do Trabalho que por sua vez representava o governo, um sinal disso era a contribuição sindical criada por lei e arrecadada pelo Estado. A proibição das greves veio com o artigo 139 da Carta de 10 de novembro de 1937, em que foi criada a Justiça do Trabalho e institui a greve como recurso considerado nocivo e antissocial, que era contrário ao capital e ao trabalho, demarcada como algo incompatível com os superiores interesses da produção nacional.

Na construção da ideologia do Estado Novo a propaganda e a difusão na imprensa foram de extrema importância. O discurso construído tinha um valor ideológico que ultrapassa a questão econômica. Na de leitura de fontes oficiais sobre do Município de São Gonçalo, como os relatórios sobre suas atividades nos anos de 1940 e 1941<sup>30</sup>, percebe-se que no discurso de Nelson Corrêa Monteiro a intenção de proporcionar o progresso ao município gonçalense, além de transparecer a manutenção de relações estreitas com o Interventor Estadual Ernani do Amaral Peixoto. Nota-se também como este prefeito e suas idealizações

<sup>28</sup> DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classe. In: FAUSTO, Bóris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1981 p.80-81.

<sup>29</sup> ROMITA, Arion Sayão. Justiça do trabalho: produto do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

<sup>30</sup> RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1940 e 1941. **Relatório**. São Gonçalo, 1942. Relatório. Datilografado.

eram frutos do ambiente político e intelectual de sua época, difundindo-se a ideia de que o futuro do Município era de prosperidade e avanços econômicos.

Interessante ressaltar, que a análise de artigos sobre o Estado Novo mostra justamente como essa ideologia de levar o progresso e avanços ao Brasil refletia em um discurso que fazia parte do *status quo* da ideologia do estadonovista.

O termo Estado Novo expressou para os contemporâneos um novo marco na vida política e social do Brasil, mas o se observa é que, de certa forma, foi um período de concretização das demandas da República, através da figura de Getúlio Vargas. As décadas de 1930 e 1940 foram antes de tudo um momento em que país visava constituir-se moderno. A modernidade era pautada no viés cientificista da época, e este ideal contribuía no projeto político que se construía com o Estado Novo que tinha como subsídio um grande aparato político e ideológico.

#### 1.4 Ernani do Amaral Peixoto: base do Estado Novo no estado do Rio de Janeiro

Com a instauração do Estado Novo e a nomeação de Ernani do Amaral Peixoto para a interventoria fluminense, no dia 11 de novembro de 1937, o estado do Rio de Janeiro obteve a estabilidade institucional necessária para a base da organização política estadonovista. Anteriormente, o estado teve de 1930 a 1935 cinco interventores<sup>31</sup>.

Ernani do Amaral Peixoto buscou controlar a política e formar bases sólidas para as organizações que lhe dessem o controle sobre as municipalidades. Ele não tinha raízes no estado, mesmo possuindo alguns parentes paternos em uma tradicional família de Parati.

31

Interventores Fluminenses (1930 -1935)	Início	Término
Coronel Demócrito Barbosa	24/10/1930	29/10/1930
Plínio de Castro Casado	29/10/1930	30/05/ 1931
General João de Deus Mena Barreto	30/05/1931	04/11/1931
Tenente Coronel Pantaleão da Silva Pessoa	04/11/1931	16/12/1931
Tenente Ari Parreiras	16/12/1931	08/11/1935

Elaborado a partir do **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1938**

Tinha quase nenhuma experiência política, mas desde 1933 exercia o cargo de ajudante de ordens de Vargas. Segundo Camargo<sup>32</sup>, Ernani foi nomeado interventor pela indicação do grupo político liderado por José Eduardo de Macedo Soares, ao ser decretado o Estado Novo, Vargas decidiu manter a nomeação feita no dia anterior ao golpe.

Por não pertencer ao cenário fluminense, este interventor buscou governar de forma a manter alianças e formar a imagem de administrador moderno e competente, devido ao prestígio obtido no cenário federal. No ano de 1939, casou-se com a filha do então presidente, Alzira Vargas.

Um traço marcante em sua prática governamental foi a criação de uma base política nacional para apoiar o regime vigente, exemplo disso foi a Legião Cívica Nacional, apesar de não conseguir levar adiante tal projeto por causa da objeção por parte de grupo político gaúcho. Pode-se perceber que até o ano de 1938, procurou manter certa aliança com as lideranças políticas que apóiam Macedo Soares, porém esta aliança foi rompida quando o interventor passou a aliar-se a Alfredo Neves.

Amaral Peixoto preocupou-se em montar suas próprias bases políticas, para tal realizava frequentes viagens ao interior do estado mantendo contato com as chefias locais. Desta maneira tentava não depender de nenhuma corrente específica, estabelecendo “uma política de cunho essencialmente clientelístico baseado na concessão de favores e benesses, que lhe possibilitou formar alianças e criar laços de fidelidade com os mesmos”<sup>33</sup>.

Interessante perceber que caso existisse resistência ao que era solicitado pelo interventor estadual, o interventor municipal era trocado, isto é evidenciado ao notar que em apenas um ano, de 1938 a 1939, ao se montar a máquina administrativa do estado, vinte e cinco dos cinquenta e um interventores municipais tenham sido substituídos.

Ernani do Amaral Peixoto esteve à frente da interventoria municipal durante os anos de 1938 a 1945, sendo um dos elementos de maior destaque junto ao presidente Vargas. Isto, segundo Pantoja, se dava tanto pela própria declaração que o mesmo deu de autonomia administrativa e pelo próprio tempo de atuação.

---

<sup>32</sup>CAMARGO, Aspásia et al **Artes da Política: Diálogo com Amaral Peixoto**.Rio de Janeiro: Nova Fronteira CPDOC/FGV-UFF, 1986. p. 51

<sup>33</sup> CASTRO, Sílvia Regina Pantoja Serra de. **Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto**. Tese de Doutorado. Niterói: 1995. p.55

Tendo por base o poder administrativo excepcional obtido com a Carta de novembro de 1937, o poder executivo federal passou a interferir de forma direta e incisiva em todos os níveis políticos administrativos tanto dos estados como dos municípios. Para exercer tal controle foi criado em cada estado um Conselho Administrativo que era subordinado ao Ministério da Justiça. De acordo com o decreto lei nº 1.202/39, de 1939, este Conselho tinha como atribuições aprovar os projetos dos decretos leis elaborados pelos interventores, aprovar projetos de orçamentos solicitados pelos interventores e propor as alterações que deveriam ser feitas, fiscalizar a execução dos recursos tanto nos estados quanto nos municípios, além de proceder estudos referentes aos serviços, departamentos, repartições e estabelecimentos do estado e municípios para terem maior economia e eficiência.

O Conselho Administrativo acumulou as funções que eram exercidas pelo Tribunal de Contas e pela Assembleia Legislativa que foram extintos no período do Estado Novo. Por isso possuía um enorme poder político, sendo um instrumento de intervenção utilizado pelo governo federal nos estados. Se fosse do interesse de Amaral Peixoto afastar algum interventor, este conselho era acionado e o mesmo criava, segundo Pantoja, um clima favorável a seus propósitos. O Conselho teve como diretores Mário Alves da Fonseca e Alfredo da Silva Neves.

Amaral Peixoto buscou pautar a sua administração visando a organização e racionalização, objetivando uma recuperação econômica financeira do estado. Por isso, em 1938, realizou uma reforma na qual previa a formação de órgãos ligados diretamente ao seu gabinete, conseguindo assim, ter um atendimento das demandas sociais e gerar um aumento na arrecadação de orçamentos para o estado. Isso foi possível em função da criação de inúmeros conselhos, comissões e fundações que substituíram a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais. Esses órgãos formaram importantes instrumentos para o atendimento das demandas e de controle político. Um exemplo de órgão criado foi o Conselho de Economia e Finanças, em 1938, com o objetivo de recuperar a economia fluminense, organizando para tal a Comissão de Estudos da Organização Administrativa. Foram criados ainda os departamentos de Estatística, Imprensa e Propaganda e o de Serviços Públicos.

Amaral Peixoto percebeu que as secretarias eram antes de tudo intermediadoras dele com os grupos políticos e econômicos. Algumas das mais importantes secretarias foram: a Secretaria do Interior e Justiça; Educação e Saúde Pública; de Viação e Obras Públicas e a de Agricultura, Indústria e Comércio.



De acordo com o decreto-lei nº 493/38, a interventoria de Amaral Peixoto criou o Departamento de Estatística e Propaganda, que posteriormente passou a ser denominada de Departamento Estadual de Estatística – ligado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e tendo por objetivos principais organizar, sistematizar e executar os serviços de estatística, levantando dados sobre as situações fisiográficas, demográficas, econômicas, sociais e político administrativas.

Uma das principais preocupações de Amaral Peixoto foi de elaborar projetos para melhorar e recuperar as finanças do Estado. Como era uma pessoa não conhecida no cenário político fluminense, buscou estabelecer vínculos que fossem estratégicos com os dirigentes políticos locais, promovendo a distribuição de recursos o que lhe deu um estabelecimento de muitos vínculos com os chefes locais.

Dentre as maiores preocupações estavam: a modernização da infra-estrutura nos planos rodoviários e de eletrificação; e as instituições de caráter assistencialistas. Para tais medidas, Amaral Peixoto organizou a arrecadação de impostos para ter um maior controle e racionalidade. Isso era possível, porque a Constituição de 1937, pelo decreto lei nº 1.202/39 reduzia a atuação dos governos estaduais em interferir na política tributária, mas estes atos de alterações tinham de ser autorizados pelo presidente por meio do Conselho Administrativo do Ministério da Justiça. Devido a esta subordinação, dava-se ao interventor uma certa autonomia relativa à arrecadação estadual. No estado do Rio de Janeiro. Essa certa independência foi bem explorada na concessão de isenções fiscais e modificações de impostos o que também facilitou Amaral Peixoto conseguir atender às demandas sócio-econômicas estratégicas.

As maiores isenções fiscais se deram no campo das associações de caridade e assistenciais; nas atividades de agroindústrias; em clubes e associações esportivas; nas atividades industriais de base; nas igrejas e associações religiosas, científicas, culturais, educacionais e sindicais. O Departamento das Municipalidades era o órgão responsável em fiscalizar se estas isenções e as ações dos interventores municipais estavam de acordo com os planos traçados pelo interventor estadual. Foi o órgão responsável pela promoção da centralização política e um importante instrumento na estratégia de dominação política de Amaral Peixoto.

Pantoja demarca que as principais fontes de renda no Estado demonstram um aumento na arrecadação de impostos ocorrido no período estadonovista e que isso foi proveniente de

uma política tributária beneficiada pela drenagem das finanças municipais e especulação imobiliária.

De acordo com Maria do Carmo Campelo de Souza “em virtude de fatores conjunturais internos e externos, a implantação do Estado Novo não significou a *marginalização de interesses dos grupos dominantes anteriores, mas sim uma redefinição dos canais de acesso e influencia para a articulação de todos os interesses, os velhos ou novos, com o poder central.* (SOUZA, *op. cit.*, p.85)<sup>34</sup>

### 1.5 São Gonçalo: O Estado Novo na esfera municipal

O município de São Gonçalo foi criado no dia 12 de outubro de 1890 e encontra-se próximo ao centro urbano de Niterói e ao Rio de Janeiro. No referido ano, fazia parte dos cinquenta municípios do estado do Rio de Janeiro, estando dividido em seis distritos, São Gonçalo, José Mariano, Itaipu, Neves, Sete Pontes e Monjolos. Sendo Neves o distrito com maior destaque por ter o maior centro comercial e industrial.

Nas décadas de 30 e 40, o município na agricultura se destacava na produção de banana e laranja, além da indústria da pesca que ajudava muito no crescimento econômico.

Estimou-se que no município, nas décadas de 30 e 40, havia 406 habitantes por km<sup>2</sup>, 1158 estabelecimento comerciais, 61 indústrias, 990 veículos (entre outros, automóveis, caminhões, ônibus, bicicletas). No comércio de exportação as maiores vendas eram do pescado, laranja e abacaxi. A arrecadação federal no ano de 1939 foi de 31.110:191\$800.

O governo no período estadonovista, conforme já explicado, visava conquistar uma centralização, partindo do pressuposto que ao concentrar o poder poderia controlar e proporcionar a ordem e o progresso. Uma das formas de centralização de poderes foi o sistema de interventorias nos estados e municípios. No estado do Rio de Janeiro, o interventor

---

<sup>34</sup> CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto. Tese de Doutorado. Niterói: 1995 p.101*

federal era Ernani do Amaral Peixoto. Foi esse último quem nomeou como interventor municipal de São Gonçalo o engenheiro Nelson Corrêa Monteiro que iniciou a sua administração no município no ano de 1940 e a encerrou no ano de 1946.

Nelson Corrêa Monteiro como prefeito no município de São Gonçalo, buscava marcar sua presença como engenheiro civil, realizando obras e projetos que, segundo ele, atendiam aos interesses de toda a população gonçalense; essa é a imagem que as fontes oficiais (relatórios de governo e Jornal *O São Gonçalo*) reafirmam.

Nelson Corrêa e as suas realizações eram fruto do seu tempo, sendo esse homem um realizador de “obras” em São Gonçalo, pois acreditava que o futuro do município era de prosperidade e avanços.

O controle das municipalidades era exercido também pela visita semanal dos interventores municipais ao Palácio do Ingá. Amaral Peixoto conseguia ter conhecimento de todas as informações importantes que ocorriam nas diferentes localidades. Inicialmente os interventores municipais eram expostos a uma “verdadeira sabatina” pela qual Amaral Peixoto avaliava se eles poderiam ou não ser mantidos no cargo. Em geral, o critério usado para a nomeação dos interventores municipais era ser um elemento de grande destaque na região, caso não o fosse Amaral Peixoto tentava integrá-los em torno dos grupos dominantes da região.

Todas as prefeituras eram subordinadas ao Departamento das Municipalidades (DM), órgão que surgiu no início do sistema de interventorias para reorganizar as administrações municipais. Os interventores eram representantes oficiais dos interesses municipais perante o Departamento das Municipalidades, desfrutando de uma situação privilegiada junto às chefias locais.

Os interventores nomeados por Ernani do Amaral Peixoto para o município de São Gonçalo que se destacaram foram: Eugênio Sodré Borges, em 1938, ficando no cargo até 1940, quando foi nomeado para o cargo de chefe de polícia e substituído por Brígido Fernandez Tinoco, que era secretário da Prefeitura e ficou interinamente até a nomeação de Nelson Corrêa Monteiro.

Nelson Corrêa Monteiro não pertencia à elite local gonçalense, mas apesar disso, conseguiu manter-se no poder durante um maior período e ao mesmo tempo estabelecer alianças com a elite local. Essa era uma característica importante, pois os interventores, mesmo representando o poder central nos estados e municípios deveriam, de acordo com

Pantoja, ter habilidade no relacionamento com as diferentes chefias locais, quando necessário realizando acordos que permitissem uma convivência pacífica entre as várias correntes da política regional, evitando assim um conflito com o governo central.

## 2 COMO FORMAR UM NOVO HOMEM: A SAÚDE

Este capítulo trabalha com a temática da saúde no período do Estado Novo através do município de São Gonçalo. Aborda a construção dos princípios norteadores estadonovistas na área da saúde, onde o Estado tinha por esta a responsabilidade de garantir aos cidadãos o acesso a esse benefício; destaca também como esta demanda política se fez presente nas ações administrativas de Nelson Corrêa Monteiro, interventor do município de São Gonçalo durante a década de 1940.

### 2.1 Concepção: saúde no Estado Novo

Um aspecto importante na compreensão da ideologia estadonovista é a concepção de “organização científica do trabalho”<sup>35</sup>. Que consistiu na lógica do Estado ter por ideal a justiça social voltada para uma política de amparo ao “homem brasileiro”, gerando “o reconhecimento de que a civilização e o progresso eram um produto do trabalho”<sup>36</sup>. Sendo assim, era do trabalho, advindo da concepção econômica e do progresso, que somente poderia vir desta “ideia- fato”<sup>37</sup>. O programa para a Segunda República visava “a defesa, representação e dignificação do trabalho”<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3 ed., São Paulo: FGV,2005. p. 57.

<sup>36</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3 ed., São Paulo: FGV,2005, p.57.

<sup>37</sup> SOMBRA, 1941:78. *Apud*: GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3 ed., São Paulo: FGV,2005. p. 57.

<sup>38</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Op. cit.* p. 58.

Nas décadas de 1930 e 1940, a justiça social, ou seja, a preocupação em dar condições melhores de saúde, educação, alimentação, passa a ser uma atribuição do Estado. Como já exposto, o trabalho passou a ser algo que dignificava o homem, algo que agregaria e unificaria a sociedade, que levaria a uma organização desta e traria o progresso. Parte desta ideia a preocupação do Estado Novo em ter uma política de organização científica do trabalho que se equilibrasse entre os esforços de mecanização do trabalho e a proteção dos valores humanos do trabalhador brasileiro.

Havia um grande esforço em tornar a figura do trabalhador uma “célula vital do organismo pátrio”<sup>39</sup>. Ao Estado cabia buscar soluções para todos os problemas, fossem eles de cunhos econômicos ou sociais, desde que representassem importância para o bem-estar do povo; esse último, sendo entendido como cidadão trabalhador urbano. Trabalhar ganhava o *status* de serviço à pátria. Na Constituição de 1937, no artigo 136, adotou-se que trabalhar era um dever de todos, o que leva a compreensão, conforme Gomes, de que a desocupação ganhava *status* de crime contra o Estado.

Nesse sentido, a busca por uma organização científica do trabalho pode ser corroborada com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e também do Ministério da Educação e Saúde. Esses dois órgãos, através de suas medidas administrativas e legislativas, visavam a superação dos problemas que afetavam os trabalhadores. Tratava-se de uma “concepção totalista do trabalho, atenta às mais diversas facetas da vida do povo brasileiro: entre outras, saúde, educação, alimentação, habitação.”<sup>40</sup>. Não se limitava em atender aos interesses de um grupo exclusivo e restrito a uma região. Agora a política tornava-se nacional, buscava o bem-estar para o cidadão brasileiro.

Ao identificar que a política social do Estado Novo preocupava-se em aumentar a capacidade produtiva dos trabalhadores atuais e futuros, a análise de Gomes expõe que isso gerou uma série de providências tanto previdenciárias como de assistência sociais. Foi empregada a chamada medicina social, na qual preconizava que o trabalhador deveria ser assistido pelo Estado – esse com a obrigação de preocupar-se não apenas com a saúde física como também com a adaptação psíquica ao trabalho. Ou seja, cada um deveria exercer uma profissão compatível com as suas habilidades e seu temperamento. Isso explica a relação entre a política de saúde implantada e as modernas técnicas para a seleção e orientação profissional.

---

<sup>39</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit*, p. 59.

<sup>40</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Op. cit*, p. 59.

Como frisa Gomes: “A medicina social compreendia um conjunto amplo de práticas que envolviam higiene, sociologia, pedagogia e psicopatologia”<sup>41</sup>. Havia o objetivo de levar o país ao progresso, o que justificava o estreitamento entre as legislações sociais e sanitárias. Assim, o Estado acreditava que conseguiria ampliar suas áreas de intervenção sob a justificativa de estar promovendo o progresso ao providenciar a satisfação das necessidades básicas do homem, ou seja, saúde, alimentação, habitação e educação.

Desta forma, a área da saúde era a responsável por promover uma melhoria no ambiente social, através de uma política de higiene do povo e também por resolver os problemas de alimentação e cuidados corporais. Em conjunto com a educação, se preocupava com a formação moral e o preparo de uma mão-de-obra saudável, disciplinada voltados ao progresso da Nação. Devido à intervenção e centralização das medidas administrativas do Estado, neste momento, esse assumiu o papel de prover o amparo no campo da saúde, interferindo diretamente e principalmente no ambiente social que se referia à classe trabalhadora. Para tal, instituiu uma legislação que procurava regulamentar e normalizar o mercado de trabalho construindo um ideal de cidadania. O verdadeiro cidadão seria aquele que fosse antes de tudo: ordeiro, disciplinado, saudável e trabalhador, pois desta maneira estaria ajudando na formação de uma nova Nação, uma nação moderna na qual, seguindo a teoria da Eugenia “eram regras e princípios [médico-sanitárias] que determinam a formação de gerações sadias”<sup>42</sup>. Existiu neste período um movimento médico sanitaria, herdeiro das décadas anteriores e era precursor, de certa forma, das ideias e percepções de reformas políticas, institucionais e sociais que no período após a Segunda Guerra Mundial foram difundidas sob o signo de “Estado de Bem-Estar Social”.

A preocupação com a saúde era central no período do Estado Novo, eram recorrentes nas edições do Jornal “O São Gonçalo” da década de 1940 matérias que remetiam a esta problemática, ou seja, construir um novo cidadão perpassava por gerir melhores condições de saúde à população, conforme o ideário de modernidade da época. Em umas das primeiras edições de 1940<sup>43</sup>, existe uma reportagem apoiando a criação do “Departamento Nacional de Proteção a Maternidade e a Infância” no país. Nela está expresso que um dos maiores problemas no município de São Gonçalo, assim como para o brasileiro, era a falta de hospitais

<sup>41</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Op. cit.*, p. 60

<sup>42</sup> ARANTES, Esther de Magalhaães & FALEIROS, Eva. Subsídios para uma História da Assistência privada Dirigida à Infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco & RIZINNI, Irene (org.) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: USU, 1995. p. 198

<sup>43</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 22 jan.1940. 479

voltados para a maternidade e infância em cada Estado, mas ressaltou que Getúlio Vargas iniciou uma campanha para a construção de obras desta natureza nos Estados, um ato que acreditava ser fundamental na formação da Nação. Mais à frente veremos como o Hospital de São Gonçalo foi adaptado ao projeto varguista.

Através do Jornal “O São Gonçalo” percebe-se uma preocupação, com o próprio município em conscientizar a população da importância em adotar uma alimentação saudável como mostra o seguinte trecho: “a educação alimentar do povo, decálogo organizado por chefe do Serviço de Nutrição da Polyclinica do Rio de Janeiro, divulgado em dois ofícios ao Secretário de Educação e Saúde para propaganda no Rio de Janeiro”<sup>44</sup>. Em outra reportagem existe a divulgação da distribuição de 50 litros de leite ao lactário de São Gonçalo diariamente, atendendo a mais de 150 crianças<sup>45</sup>. Ter uma população saudável era construir uma nação forte e capaz de desenvolver o país.

Segundo Gilberto Hochman e Cristina Fonseca<sup>46</sup>, na década de 1930 já estavam delimitadas algumas das diretrizes que organizaram a reforma implementada por Getúlio Vargas, que preconizavam principalmente o fortalecimento da organização administrativa federal e a racionalização administrativa.

A reforma no Ministério da Educação e Saúde Pública promovida em 1935, através do ministro Gustavo Capanema (1934 a 1945) e implementada em 1937, foi a responsável pelo contorno da política de saúde pública, pela sua reformulação e sua consolidação estrutural administrativa, visando sempre a adequação às metas pretendidas no Estado Novo. Dentre os eixos norteadores desta reforma e objetivos estavam a educação, a assistência social, a cultura e a saúde pública. Sobre o plano de desenvolvimento de uma obra com caráter nacional de proteção à maternidade e infância existem como fonte de análise as Conferências Nacionais de Saúde. Elas foram criadas, em 1937, através do ministro Gustavo Capanema. Essas conferências discutiam a organização sanitária municipal e estadual, formando campanhas nacionais contra a lepra, tuberculose, eram responsáveis pela determinação das medidas para o desenvolvimento dos serviços básicos de saneamento. Estas discussões permearam a organização do Ministério da Educação e Saúde.

<sup>44</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 08 dez. 1940.525

<sup>45</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 23 fev. 1941. 536

<sup>46</sup>FONSECA, Cristina e HOCHMAN, Gilberto. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45 in PANDOLFI, Dulce (org.)**Repensando o Estado Novo** Rio de Janeiro: FGV, 1999.



Em função da Reforma Capanema, em janeiro de 1937, através da Lei número 378, o Brasil foi dividido em oito regiões administrativas<sup>47</sup>, cada uma destas receberia uma Delegacia Federal de Saúde<sup>48</sup>. As pautas trabalhadas nas delegacias eram controladas pessoalmente por Capanema. As delegacias tinham a incumbência de supervisionar as atividades que fossem necessárias à ajuda da União com os serviços locais de saúde pública e assistência médica.

Percebe-se um grande esforço por parte do governo federal em obter uma centralização e organização mais efetiva, almejando supervisionar as ações referentes à saúde pública e à assistência médico hospitalar, que deveriam, a partir de então, seguir uma padronização de normas e serviços. Uma das primeiras preocupações de Capanema foi a criação de um Plano Nacional de Saúde, que delimitaria as normas fundamentais da saúde pública e da assistência. A preocupação deste ministro ao elaborar suas propostas de saúde pública foi priorizar a área da maternidade e infância. Ele criou serviços específicos para a infância, além dos destinados a população em geral. Diante de tais propostas fundou, em 1937, a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, mais tarde extinta e substituída, em 1940, pelo Departamento Nacional da Criança. Ambas as instituições tiveram como diretor Olinto de Oliveira.

No ano de 1940, foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), que fazia parte do Ministério da Educação e Saúde. O objetivo principal do DNCr era amparar a maternidade, a infância e a adolescência, como parte do programa do Estado em garantir a ocupação, a defesa e o enriquecimento da nação, pois buscar solucionar os males que afligiam a infância e a maternidade era formar uma nova geração, forte e sadia. Na política planejada pelo DNCr uma Nação brasileira forte e sadia somente seria alcançada através do combate à mortalidade infantil, do tratamento pré-natal das mães e de uma educação voltada ao ensinamento de bons hábitos morais e higiênicos. Para tal, os Posto de Puericultura foram de grande importância, por ajudarem no reforço alimentar tanto das mães quanto das crianças e por difundirem a puericultura às mães e às escolas. Segundo, Dr. Adauto Rezende, médico do DNCr a puericultura era a: “ ciência que tem por fim a pesquisa, o estudo e a organização de todos os conhecimentos relativos a conservação e melhoria da raça humana” e o ensino de

---

<sup>47</sup>As regiões administrativas foram: 1)Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro; 2) Território do Acre e estados do Amazonas e Pará; 3) Estados do Maranhão, Piauí e Ceará; 4) Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; 5) Estados de Sergipe, Bahia e Espírito Santo; 6) Estados de São Paulo e Mato Grosso; 7) Estados do Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, e 8) Estados de Minas Gerais e Goiás. Informações obtidas: Lei número 378 de 13 de janeiro de 1937.

<sup>48</sup> Tendo sedes no Rio de Janeiro, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte.

puericultura “ensina os métodos modernos de cuidar da criança sadia, prevenindo doenças pelas regras de higiene e pelos princípios educativos que devem ser aplicados muito antes da educação”<sup>49</sup>.

A intenção em centralizar e nacionaliza a saúde pública pode ser observada em três medidas criadas pela reforma de Capanema:

- O Fundo Nacional de Saúde formado por recursos especiais para a saúde pública e assistência médico-social para suprir as demandas na saúde.
- O Instituto Nacional de Saúde que possuía preocupação de nacionalizar a saúde, realizando pesquisas sistemáticas e constantes em todo o país, principalmente as de caráter coletivos.
- As Conferências Nacionais de Saúde que complementavam os planos traçados pelas duas medidas supracitadas, pleiteando a formação de parâmetros mais específicos nas relações e atribuições da União com os estados e municípios.

As conferências nacionais foram importantes ao passo que nelas existia um debate entre as articulações do governo federal e os estados. Como expressa Gilberto Hochman e Cristina Fonseca<sup>50</sup>, as conferências “permitiam que os mecanismos burocráticos e administrativos destinados a dar suporte à definição das prioridades se adequassem a uma supervisão que aspirava a ser criteriosa e a pretensão de controlar o setor desde o Executivo federal” (GOMES, 2000, p. 179).

A primeira conferência foi realizada em novembro de 1941, no estado do Rio de Janeiro, nela se estabeleceu a necessidade de centralizar e normalizar legalmente as ações de saúde pública nas mãos do Ministério de Educação e Saúde Pública. Conforme pode ser observado no telegrama que foi enviado aos interventores<sup>51</sup>: “as conferências objetivavam firmar os princípios de articulação entre as administrações federal, estaduais e municipais, no tocante aos serviços de educação e saúde em todo o território nacional, a fim de se organizarem”.

---

<sup>49</sup> Boletim Trimestral do **Departamento Nacional da Criança**, número 13, 1943, p.25

<sup>50</sup>FONSECA, Cristina e HOCHMAN, Gilberto A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde Pública em debate no Estado Novo in: GOMES, Ângela de Castro (org.) **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000

<sup>51</sup> Arquivo Capanema, CPDOC/FGV, GC 36.05.26

Em consequência destas ações, o ano de 1941 também foi marcado por alterações, elaboradas por Capanema, na estrutura do Ministério da Educação e Saúde, prezando antes de tudo tornar mais centralizada a atuação dos órgãos federais de saúde nos estados, para tal função criou os serviços nacionais de saúde, que eram coordenados pelo Departamento Nacional de Saúde<sup>52</sup>. Este departamento juntamente com os interventores e dirigentes de saúde dos estados elaboravam planos e ações que repercutiriam na racionalização e uniformidade das políticas de saúde entre as esferas do governo.

## 2.2 São Gonçalo: a saúde na esfera municipal

Devido a estas exigências que visavam uma padronização da assistência médica em todo o país e racionalização dos serviços, observa-se nas metas de governo estipuladas pelo interventor municipal Nelson Corrêa Monteiro, uma preocupação em manter e ampliar os serviços desta natureza.

No ano de 1940, ocorreu uma mudança na área de saúde. A Inspetoria de Higiene Municipal cedeu lugar ao Centro de Saúde em São Gonçalo, recebendo do primeiro seus médicos e guardas. A Prefeitura custeou as despesas de adaptação do prédio, instalações e aparelhagem de Raio X, utilizando-se da verba municipal destinada aos Serviços de Cooperação com a Secretaria de Educação e Saúde do Estado. No ano de seguinte, como parte das comemorações do cinquentenário do município de São Gonçalo, foi inaugurado o Posto de Saúde Número 1, sendo mais uma instituição destinada a proporcionar acesso à saúde para a população gonçalense. Além disso, o interventor municipal estava realizando visitas às instituições de saúde para estudar de perto as necessidades e proporcionando as medidas mais

---

<sup>52</sup>Os doze serviços nacionais criados foram: Serviço Nacional da Peste, Serviço Nacional de Tuberculose, Serviço Nacional de Febre Amarela, Serviço Nacional do Câncer, Serviço Nacional de Lepra, Serviço Nacional de Doenças Mentais, Serviço Nacional de Malária, Serviço Nacional de Educação Sanitária, Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, Serviço Nacional de Saúde dos Portos, Serviço Federal de Bioestatística e Serviço Federal de Águas e Esgoto. Sendo que o Serviço de Febre Amarela e o Serviço de Malária do Nordeste foram criados em anteriormente.

apropriadas para a realização das melhorias necessárias e possíveis<sup>53</sup>, além de também anunciar a criação de novos Postos Médicos Rurais.

Expunha as atividades físicas como uma das formas de criar cidadãos saudáveis. Sobre esse tema, o próximo capítulo se aprofundará. Foi instituída a obrigatoriedade do ensino de Educação Física nas escolas. Algumas reportagens e ações do interventor mostram a preocupação em se estabelecer no município de São Gonçalo hábitos voltados a esta prática, como mostra a reportagem de outubro de 1942, escrita por Viera Macedo, que aponta as vantagens para a população em praticar esportes e da prática de educação física, sendo esta “a chave para a população preparar-se para o futuro”<sup>54</sup> tendo para isso o apoio do governo federal, estadual, municipal e de instituições como o Clube Tamoio Atlético Clube.

Percebe-se uma ampliação considerável e melhorias das instituições e serviços voltados à saúde, à maternidade e à infância. Conforme pode ser observado na tabela abaixo que foi elaborada com os dados existentes nos relatórios de 1940 a 1946:

1940	
	Instituições Existentes
	Hospital de São Gonçalo
	Pronto Socorro
	Asilo
	Patronato de Menores Abandonados
	Abrigo Cristo Redentor (em construção)
	Recolhimentos dos Juízos de Menores ( em construção)
	Educandário Vista Alegre (em construção)
1941	
	Hospital de São Gonçalo
	Pronto Socorro

<sup>53</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 17 ago.1941. 561.

<sup>54</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 25 out.1942. 623.

	Centro de Saúde
	Centro de Puericultura
	Asilo Amor ao Próximo
	Patronato de Menores
	Educandário Vista Alegre
	Recolhimento de Juízo de Menores
	Abrigo Cristo Redentor
1942	
	Hospital de São Gonçalo (em regime de intervenção)
	Pronto Socorro
	Distrito Sanitário Número 1 (destinado a fiscalização sanitária e a manutenção de ambulatórios voltados a população carente)
	Centro de Puericultura
	Asilo Amor ao Próximo
	Patronato de Menores
	Educandário Vista Alegre
	Recolhimento do Juízo de Menores
	Abrigo Cristo Redentor
1943- 1945	
	Hospital de São Gonçalo
	Pronto Socorro
	Legião Brasileira de Assistência (LBA)
	Centro de Puericultura
	Asilo Amor ao Próximo
	Patronato de Menores
	Educandário Vista Alegre

	Abrigo Cristo Redentor
	Asilo de Menores
	Distrito Sanitário Número 1

Observa-se a preocupação em proporcionar assistência médica e sanitária à população, em especial, às crianças e às mães. Em São Gonçalo, assim como na maior parte dos municípios, existia o Distrito Sanitário Número 1, uma repartição estadual que atuava como órgão regulador no tocante à saúde. No município de São Gonçalo o Distrito Sanitário era responsável pela fiscalização sanitária e a manutenção dos ambulatórios destinados à população mais carente. Os servidores estaduais também eram periodicamente examinados através deste órgão, a fim de obterem licenças e controle de saúde, os candidatos a empregos municipais somente, após obterem atestados médicos por parte do Distrito Sanitário nº1 conseguiam a homologação de sua contratação. Estava na pauta do interventor municipal construir um prédio específico para a atuação deste órgão, para tal ação tinha o aval da Divisão de Planejamento da Secretaria de Viação e Obras Públicas que elaborou o projeto.

Ao longo dos anos de atuação de Nelson Corrêa Monteiro, o Hospital de São Gonçalo foi uma das instituições de maior destaque. Esta instituição passou por um período de intervenção, que se iniciou em dezembro de 1942 e foi concluída em 1945, conforme iremos explicar logo abaixo. Por consequência, o Hospital conseguiu ter uma série de melhorias, sendo totalmente reformado. Ele foi central na organização da saúde na esfera municipal e sendo influência das medidas estadonovistas. Pode-se notar o movimento contínuo na busca de melhoria para este hospital, tanto nos aspectos físicos como também em seu aparelhamento. Para tais feitos, recebeu verbas do governo e também de instituições voluntárias como a Legião Brasileira de Assistência. Esse hospital atendia tanto a pacientes do próprio município quanto a pacientes de municípios vizinhos<sup>55</sup>.

Segundo o Relatório Administrativo de 1942, conforme solicitação de Nelson Corrêa Monteiro ao Interventor Federal do Estado do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral

<sup>55</sup> RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1940 e 1941. **Relatório**. São Gonçalo, 1942. Relatório. Datilografado.p. 16

Peixoto, o hospital foi colocado em regime de intervenção administrativa pelo período de um ano para reorganização<sup>56</sup>.

Durante 1942, foram realizadas as seguintes melhoras no Hospital de São Gonçalo: reconstrução de um galpão e adaptação para a maternidade; construção de um galpão para almoxarifado; adaptação de uma dependência para instalação do aparelho de Raio X. Esse hospital ainda foi mobilhado e nele foram executados serviços de reparação nos esgotos e a substituição do manilhamento. Essas obras foram propiciadas devido a contribuições da Prefeitura, subvenções do governo federal e contribuição de particulares.

Nos anos subseqüentes, o Hospital teve como principais melhoramentos: pavilhão especial para berçário e maternidade, com instalação completa, aos requisitos considerados mais modernos na época; reforma da sala de operações e novo instrumental cirúrgico; novas instalações sanitárias, reparos gerais e pintura no edificio principal e pavimentação a paralelepípedos, da área interna; reforma da lavanderia; a via de acesso ao Hospital foi concretada; foi construída uma cisterna subterrânea para vinte mil litros com bomba além de canalização da água. O Hospital ficou com 71 leitos em enfermaria e 12 pavilhões de maternidade.

Durante os anos de 1940 a 1945, foram publicadas inúmeras matérias no Jornal “O São Gonçalo” abordando o funcionamento ou as melhorias realizadas no Hospital de São Gonçalo, pode-se dizer que em relação à área da saúde, esse foi o tema mais difundido pelo jornal. Como já expresso anteriormente o hospital passou por várias ampliações e melhoramentos tendo até mesmo passado por uma intervenção. Segue agora uma análise com os principais destaques sobre o Hospital de São Gonçalo, através das reportagens coletadas no jornal. Em 1940, existiu a preocupação em divulgar que o hospital atendia a pessoas provenientes de outras regiões, e fazia internações de muitos moradores da Baixada Fluminense<sup>57</sup> e que devido à negociação do interventor municipal com o governo e

---

<sup>56</sup> RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1942. **Relatório**. São Gonçalo, 1943. Relatório. Datilografado. p. 13 “É este o estabelecimento de assistência de maior importância e de mais interesse para a população. Infelizmente, não obstante o devotamento e honestidade de sua Diretoria, vinha o Hospital se mantendo com deficiência em relação às responsabilidades que lhe competiam, principalmente pela falta de recursos financeiros, ocorrendo, ainda, a impontualidade de alguns médicos, cujos os serviços eram inteiramente gratuitos. Pareceu-me de difícil execução a reforma e a reorganização do Hospital, sem que houvesse uma interferência mais direta do poder público, de vez que é grande o vulto das despesas decorrentes das melhorias reclamadas pelo estabelecimento, em virtude do que a orientação de todos os serviços devia caber a um agente da entidade financiadora das obras, suspendendo-se transitoriamente a direção autônoma do Hospital. Assim, em exposição de motivos dirigida ao Excelentíssimo Senhor Interventor Federal, pedi que fosse decretada a intervenção no Hospital, pelo período de um ano, estimativa feita para a duração da fase de reorganização projetada. Autorizada e já feita a intervenção, espere fazer cumprir o propósito manifestado, colocando o Hospital na situação de poder desempenhar a importante função que lhe é atribuída.”

<sup>57</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 11 fev. 1940. 482.

cooperação do Interventor Ernani do Amaral Peixoto estavam previstos grandes melhoramentos no hospital como aparelhamento de raio x, biotério, serviço de vacinação em recém nascidos contra a tuberculose e clínica dentária<sup>58</sup>. Expôs que o ambulatório atendeu mais de 60 mil pessoas, e apresentou uma tabela com a estatística de atendimentos referentes ao ano de 1939, conforme é possível observar abaixo<sup>59</sup>:

Serviços Externos:	
Clinica médica	11.863
Clínica pediátrica	12.518
Clinica cirúrgica	837
Clinica ginecológica	1.468
Otorrinolaringologia	744
Pequenas operações	282
Aparelhos	10
Exames de laboratórios	2.102
Injeções	31.729
Curativos	12.160
Receitas aviadas	28.587
Higiene Pré Natal	280
<b>Total dos serviços externos</b>	102.580
Serviços Internos:	
Doentes internados	968
Nascidos na maternidade	90
Transfusões de sangue	16
Injeções	10.580
Curativos	8.831
Operações de alta cirurgia	174
<i>Total dos serviços internos</i>	121.719

<sup>58</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 19 mai. 1940. 496.

<sup>59</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 04 fev. 1940. 481.



<i>e externos</i>	
-------------------	--

Essa tabela serve para dar um parâmetro do número de pacientes atendidos. A maior parte das consultas eram as pediátricas, seguidas de clínico geral e ginecológicas.

No mesmo ano, em dezembro, foi anunciada a inauguração do biotério<sup>60</sup>. Em 1941, no mês de janeiro, destaca-se no Jornal “O São Gonçalo” uma reportagem destinada ao esclarecimento da população sobre a administração municipal em relação ao Hospital de São Gonçalo como pode-se ler nos trechos abaixo:

O hospital e a prefeitura comunica-nos do gabinete do prefeito de S.Gonçalo. A fim de esclarecer ao publico qualquer dúvidas acaso existentes em torno das relações financeiras entre esta prefeitura e o hospital de S.Gonçalo apresentamos alguns detalhes a respeito do assumpto, pelos quais se verifica a improcedência de qualquer suposição sobre a falta de cumprimento de obrigações por parte da Municipalidade para com aquelle útil estabelecimento de assistência<sup>61</sup>.

Observa-se a preocupação do município em se adequar ao que era solicitado pelas leis estabelecidas durante o período:

Por força de disposições constitucionais, todos os municípios do Brasil são obrigados a estabelecer em seus orçamentos uma quota proporcional a arrecadação, para attender ao serviço de assistência á maternidade e a infância.

Decorre daí, talvez, a suposição de pessoas mais simples, de que a prefeitura é devedora hospital das importâncias consignadas em orçamento soba referida rubrica, mas é claro que a prefeitura poderá aplicar essa dotação orçamentária do modo que lhe parecer mais conveniente, desde que a destine a assistência, á maternidade e á infância, podendo subvencionar asylo, prestar socorros directos as mães pobres e tudo mais que se relacione com esse importante problema<sup>62</sup>.

Era perceptível ainda a preocupação em mostrar como a prefeitura buscava mostrar sempre em harmonia com os demais estabelecimentos de forma a manter um equilíbrio entre o Estado e os interesses municipais.

<sup>60</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 08 dez. 1940. 525.

<sup>61</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 26 jan. 1941. 532.

<sup>62</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 26 jan. 1941. 532

A presente nota é destinada apenas á orientação do público, pois os illustres director e presidente do hospital vem mantendo os mais cordeais entendimentos com a administração municipal, todos empenhados igualmente em elevar ao mais alto nível a organização e a capacidade daquelle estabelecimento que orgulha, sem dúvida, aos bons gonçalenses, pois é conseqüentemente da cooperação entre particulares e o poder publico sob orientação efficiente e dedicada dos seus dirigentes<sup>63</sup>

Em 1942, também se destacam a inauguração, em fevereiro, da clínica dentária no hospital; esta obra foi realizada em ação conjunta com o Instituto Gonçalense de Assistência à Maternidade e à Infância<sup>64</sup>. Em abril, houve a explicação de que o hospital era subvencionado pela União, Estado e Município, recebendo respectivamente: 10.000\$000, 12.000\$000 e 46.000\$000<sup>65</sup>. Durante o ano de 1942, no primeiro mês<sup>66</sup>, foi exposto que a despesa do hospital era bem maior do que ele recebia para manter-se “Sabendo-se que a prefeitura ajudava com a subvenção de 42:000\$ anuais, e o Estado e a União com 12:000\$ cada um, teremos o total de 68:000\$ por exercício.(...) A despesa anual do hospital se eleva a mais de 120:000\$000”. Diante de tal crise, em junho, o Hospital de São Gonçalo lançou uma campanha dos 1000 sócios para superar a crise financeira<sup>67</sup>, “o Dr. Armando Ferreira, clínico e diretor substituto do Hospital (...) confiar na grandeza da alma do povo de São Gonçalo que saberá amparar o Hospital do Município”. Inúmeras reportagens apontam a ocorrência de reuniões com a diretoria do hospital “teve reunião sobre assuntos administrativos”<sup>68</sup>, para no mês de dezembro anunciar que o Hospital foi colocado em regime de intervenção, conforme o trecho abaixo<sup>69</sup>:

Hospital sob regime de Intervenção Administrativa. Em data de 22 de corrente o Cte. Ernani do Amaral, pela Deliberação 77, determinou que fosse procedida interdição no Hospital de São Gonçalo, afim de ser regularizada a situação financeiro-tecnica do mesmo (...) Em vista dessa resolução, o Prefeito Exmo. Sr. Dr. Nelson Corrêa Monteiro, no dia 23 do corrente assinou atos nomeando interventor no Hospital de São Gonçalo o Dr. Antonio Rodrigues de Almeida e dando instruções como se devera processar o regime de intervenção. No dia 24 do corrente, as 11 horas da manha, o Dr. Antonio Rodrigues de Almeida compareceu ao edificio do Hospital, ali comparecendo também o Sr. Belarmino de Mattos, antigo secretario da instituição que, em nome da diretoria deu posse ao Dr. Rodrigues Almeida, fazendo-lhe

<sup>63</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 26 jan. 1941. 532.

<sup>64</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 09 fev. 1941. 534.

<sup>65</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 19 abr. 1941. 544.

<sup>66</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 04 jan. 1942. 581.

<sup>67</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 07 jun. 1942. 603.

<sup>68</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 25 out. 1942. 623.

<sup>69</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 27 dez. 1942. 632.

entrega daquela casa de caridade (...). O Sr. Belarmino de Mattos, a seguir, depois de referir se, a nova administração do Hospital, diz que, como único membro da diretoria presente a aquele ato, congratula-se com os presentes pelas medidas tomadas pelo Prefeito Dr. Nelson Corrêa Monteiro, todas elas inspiradas somente no sentido de atender as urgentes necessidades do Hospital e sempre pleiteadas pela própria diretoria junto a S. Excia.

Com o regime de intervenção, destacaram-se as pessoas do doutor Luiz Palmier que foi lembrado e elogiado sempre pela boa atuação e os senhores Astrogildo Silveira do Amaral, Otaviano de Brito e Belarmino de Mattos foram convidados a ocuparem, respectivamente, os cargos de contador, administrador e tesoureiro da interventoria do Hospital.

O ano de 1943 foi marcado pelo hospital ainda em regime de intervenção. Na primeira edição do ano tem-se o anúncio de que o interventor municipal foi acompanhado do Dr. Edberto Magalhães, que era o Chefe da Divisão de Engenharia, iria inspecionar as dependências hospitalares para analisar e providenciar as obras de pinturas e melhoramentos gerais necessários. Nas edições subsequentes existem matérias em que expõem que o interventor municipal desejava antes de tudo trabalhar em regime de cooperação com o Conselho da Associação do Hospital. A diretoria do Hospital São Gonçalo foi recebida por Nelson Corrêa, em seu gabinete, esta era composta pelos senhores Armando Ferreira, capitão Eduardo Vieira de Souza, Agenor Martins de Oliveira, Vieira de Macedo, Simplicio Nunes da Veiga, Quintino Teixeira e Belarmino de Mattos. Nelson Corrêa Monteiro expôs os objetivos dos melhoramentos no Hospital de São Gonçalo e decretou que o regime de intervenção não impedia o direito à formação do Conselho da Associação que poderia se instalar e exercer as suas funções eletivas e de plena cooperação, sem, contudo, colidir com a administração existente devido ao regime de interventoria<sup>70</sup>.

Na edição seguinte ainda expressou que:

A Intervenção do Hospital de São Gonçalo, carta de Armando Ferreira. Recebemos a seguinte carta: Sr. Diretor de “O S. Gonçalo” com o fim de evitar mal entendidos, presentes e futuros venho solicitar-lhe a publicação desta. Não se trata propriamente de uma retificação a notícia publicada no seu jornal de 10 do corrente, subordinada ao título de “A diretoria do Hospital recebida pelo Prefeito”. Mas quero somente frisar alguns pontos de importância do meu entender. Com efeito, eu e as demais pessoas mencionadas naquela notícia, estivemos na penúltima quarta feira no gabinete do Sr. Prefeito, mas, a convite deste sem sabermos de antemão os assuntos a tratar. A reunião foi de fato cordial. Recebemos do Sr. Prefeito exposição sobre os motivos que o levaram a intervir na Associação do Hospital de S. Gonçalo. É de salientar a categórica afirmação do Sr. Prefeito de que o Hospital de S. Gonçalo seria entregue novamente dentro do prazo estabelecido pela intervenção. Assim é perfeitamente lógica a necessidade de ser eleita uma diretoria para o ano de 1943(..)<sup>71</sup>

<sup>70</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 10 jan. 1943. 634.

<sup>71</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 17 jan. 1943. 635.

Escreve na mesma edição que em consonância com a reunião do interventor municipal todos da associação sentiram-se impressionados e aceitaram colaborar “Deste modo, estamos perfeitamente identificados com os expressos ideais do Senhor Prefeito: dar a S. Gonçalo um Hospital à altura das suas necessidades e progresso”. Sendo exposto na reportagem que em pouco tempo o hospital seria “ampliado, modernizado, com as grandes reformas por que vai passar, estará aparelhado a atender com eficiência as suas altas finalidades”.

No mês de junho, o jornal enalteceu ao interventor municipal pelas melhorias já realizadas, como se podem notar, através da leitura do seguinte trecho abaixo<sup>72</sup>, que a intervenção municipal promovida pelo interventor municipal foi considerada muito fecunda e quais as melhorias são percebidas:

Hospital de S. Gonçalo e sua remodelação. (...) E de inteira justiça dizer que, o Sr. Prefeito confirmando as suas palavras ao assumir o Governo de S. Gonçalo – “Saúde, educação e vias de transporte” – fez parte integrante do seu programa administrativo o problema da assistência social, em toda a sua amplitude (...). A reforma de toda a rouparia e leitos, pintura geral do soberbo edifício; reorganização de todos os serviços existentes e a instalação do “Berçário Alzira Vargas do Amaral Peixoto” como da nova Maternidade do Hospital (...). O dr. Nelson Corrêa Monteiro, fiel executor dessa orientação governamental em nosso município, está dando as mais sobejas provas da sinceridade de seus propósitos, fazendo do Hospital de São Gonçalo – um dos estabelecimentos mais completos e perfeitos no seu gênero.

Em setembro, devido às comemorações referentes ao mês das crianças, foi inaugurado um novo berçário no hospital, mas não foi uma simples cerimônia de inauguração, tal evento teve a presença da senhora Alzira Vargas do Amaral Peixoto que foi homenageada com a colocação de seu nome em uma das alas do novo berçário<sup>73</sup>.

O ano de 1944, significou para o hospital além de ter perpetuado por mais um ano o regime de intervenção ao Hospital de São Gonçalo, a obtenção de mais algumas melhorias, a

---

<sup>72</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 27 jun. 1943. 659.

<sup>73</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 10 set. 1943. 674.

principal delas refere-se à aquisição da aparelhagem de Raio X, no mês de março, quando foi obtida após um acordo entre o governo municipal e federal:

Após entendimentos com o Cte. Amaral Peixoto, digno Interventor Federal, s. exa. acaba de conseguir do chefe do governo fluminense importante benefício para a nossa instituição hospitalar. Trata-se da instalação do aparelhamento de Raio X no Hospital, que o nosso esforçado Prefeito acaba de obter, por doação do Governo do Estado (...)<sup>74</sup>.

Na edição seguinte<sup>75</sup>, a prefeitura expôs o porquê do Hospital de São Gonçalo permanecer por mais um ano em regime de intervenção e como conseguiu crédito para a compra da aparelhagem de Raio X. Publicam uma carta ofício<sup>76</sup> enviada pelo interventor municipal ao interventor federal. Segundo tal documento, a situação financeira da Prefeitura era de dificuldade, entre principais credores da Municipalidade estava a Fazenda Estadual. O fato era que a Municipalidade ainda não possuía “meios para solver todo o seu débito ao Estado, passando para este exercício, sob título “restos a pagar”, provenientes de 1939, as contribuições para o Departamento de Saúde Pública e Departamento das Municipalidades (...)”.

Ocorreu então um acordo realizado em negociação com o interventor federal e o Departamento das Municipalidades, onde foi conseguida a liberação de verba, tendo o interventor federal concedido um auxílio de Cr\$100.000,00 para a compra do aparelhamento de Raio X, o interventor municipal tinha solicitado ao interventor federal “despender aquela importância, do Município para com o Estado, mas, apreciando as dificuldades de conciliar a

<sup>74</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 12 mar. 1944. 696.

<sup>75</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 19 mar. 1944. 697.

<sup>76</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 19 mar. 1944. 697. Carta ofício 192.44 assinada por Nelson Corrêa Monteiro enviada ao Diretor do Departamento das Municipalidades o Dr. Hermes Gomes da Cunha. O débito desta Prefeitura à Fazenda Estadual proveniente de exercícios anteriores, em 1º de março de Cr\$ 175.677,50. Tendo sido recolhida, neste mês a importância de Cr\$ 45.250,00 e Cr\$ 37.545,00 de restos a pagar, provenientes, respectivamente, de contribuições para o Departamento das Municipalidades, restam os débitos nas importâncias de Cr\$ 68.376,70 e Cr\$ 24.505,90, referentes, respectivamente à Saúde Pública e ao Departamento das Municipalidades totalizando a importância de Cr\$ 92.882,60. Da análise feita, conclui-se que tem sido grande o esforço desta Administração no sentido de normalizar a situação financeira da Municipalidade, solucionando os seus débitos sem causar grandes transtornos à execução orçamentária (...). Com a remodelação do Hospital de São Gonçalo, dispendeu a Prefeitura, no exercício de 1943, a importância de Cr\$ 196.000.000, que foi paga ao citado estabelecimento. Ocorre, porém, a circunstância de ter sido prorrogado o período de intervenção, por mais um ano, para efeito de completar-se a remodelação deste estabelecimento, inclusive a instalação, atingir a importância aproximada de Cr\$ 100.000,00. Não havendo possibilidade de abertura de crédito, em virtude do ônus “restos a pagar” que recai sobre o orçamento deste Município, ocorreu-me pedir ao Excelentíssimo Senhor Interventor Federal que dispense a Municipalidade de pagar ao Estado a importância de Cr\$92.882,60, devida ainda, conforme exposto, a fim de ser empregada exclusivamente no Hospital, com a instalação referida. Sendo a dívida originária, em grande parte, de contribuições para um serviço que na época em que a mesma foi contraída, era mantido pela própria Municipalidade, a qual continua ainda cooperando, independentemente de qualquer obrigação para a boa execução desse serviço, parece-me que o Excelentíssimo Senhor Interventor Federal encontrará razoáveis fundamentos para conceder a autorização que ora é pedida. Assim, solicito a V. Excia. o encaminhamento necessário para que o presente exposição seja submetida à elevada apreciação do Chefe do executivo Fluminense (...). Assina Nelson Corrêa Monteiro – Prefeito. A Sua Excelência o doutor Hermes Gomes da Cunha, M. D. Diretor do Departamento das Municipalidades.

operação proposta com as determinações do Código de Contabilidade, decidiu conceder o auxílio direto dos cofres estaduais”<sup>77</sup>. Foram muitos os esforços na realização de melhorias por parte do interventor municipal em instituições como o Hospital de São Gonçalo, o Pronto Socorro e o Centro de Puericultura “ele se esforça muito para manter de forma eficiente, sendo um dos pontos essenciais do seu governo o socorro a pobreza desamparada”<sup>78</sup>.

O ano de 1945 marcou o Hospital de São Gonçalo pelo fim do regime de intervenção do mesmo pela prefeitura de São Gonçalo. No mês de março, o jornal noticiou que o interventor municipal satisfaz os compromissos que assumiu com o hospital, e que a intervenção estava na última etapa e que se esforçou para tornar o hospital moderno “um dos mais perfeitos do gênero”<sup>79</sup>. Em agosto, durante uma reunião entre o Sr. Adino Maciel Xavier presidente da Associação do Hospital, Dr. Décio Gomes Interventor do Hospital, Sr<sup>a</sup>. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Presidente da Legião Brasileira de Assistência do Estado do Rio de Janeiro e Sr<sup>a</sup>. Mariot Corrêa Monteiro, esposa do então interventor municipal e representante da LBA do município de São Gonçalo, foi realizado um acordo em que a LBA pagaria um auxílio de Cr\$15.000,00 mensalmente ao Hospital de São Gonçalo até o fim daquele ano.

Naquele mesmo mês, a Sr<sup>a</sup>. Mariot Monteiro realizou um acordo com a Legião Brasileira de Assistência do Estado do Rio de Janeiro estabelecendo, como forma de cooperar com o Hospital de São Gonçalo, que seriam transferidos todos os serviços de saúde oferecidos pela instituição da LBA do município de São Gonçalo ao hospital e desta forma o estabelecimento de saúde obteria uma ajuda financeira maior do Estado<sup>80</sup>. Em setembro, o jornal anuncia que a intervenção do Hospital de São Gonçalo cessou e que foi convidado para o cargo de diretor técnico o Dr. Armando Ferreira<sup>81</sup>.

Para além do Hospital de São Gonçalo, existia no município de São Gonçalo outra instituição médica voltada à prestação de serviços relativos à saúde: era o Serviço de Pronto Socorro. No ano de 1941, esse passou a ser de responsabilidade da Prefeitura, esta última se responsabilizava pelas despesas referentes ao pessoal e à manutenção, tendo no mesmo ano a

---

<sup>77</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 07 mai. 1944. 704.

<sup>78</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 23 jul. 1944. 715.

<sup>79</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 01 jun. 1945. 761.

<sup>80</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 26 ago. 1945. 772.

<sup>81</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 02 set. 1945. 773.

remodelação de seu prédio, a contratação de um administrador, seis médicos, uma ambulância e novos mobiliários. Através deste convênio, foi criada nele uma enfermaria de emergência. O Serviço de Pronto Socorro foi, neste mesmo ano, completamente remodelado em sua organização, passando a ser de inteira responsabilidade da Prefeitura o controle direto. O Prédio que o abrigava foi reformado, foram adquiridos inúmeros mobiliários, como cofre, fichários e móveis de escritório. A ambulância também foi reformada e mais uma adquirida para melhor atender às necessidades do estabelecimento.

Segundo, o Jornal “O São Gonçalo” de abril de 1941<sup>82</sup>, a assistência hospitalar e de socorros público no município eram satisfatórias, atendendo de forma eficiente e a cada dia tinham seus serviços aperfeiçoados e ampliados graças à atuação do interventor municipal e cooperação do Estado e governo federal.

No ano de 1942, conforme convenção com a Saúde Pública do Estado, o Pronto Socorro tornou-se o responsável no município em fornecer as radiografias para os enfermos pobres que eram encaminhados ao serviço de Radiologia pelo Distrito Sanitário nº 1.

Os anos de 1943 até 1945, marcaram a fusão do Pronto-Socorro ao Hospital de São Gonçalo, através de um convênio entre a direção do mesmo e a Prefeitura que passou a se responsabilizar pelas despesas referentes à folha de pagamento dos funcionários e manutenção das ambulâncias.

Um grupo que se destacou muito por suas obras sociais no município de São Gonçalo nas reportagens do Jornal “O São Gonçalo” era Legião Brasileira de Assistência (LBA). Segundo, Heitor Gurgel<sup>83</sup> a LBA foi um projeto de assistência pensado e realizado pela senhora Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, que surgiu devido às necessidades advindas da situação de guerra pela qual o país passava. Tinha a direção da senhora Alzira Vargas do Amaral Peixoto, esposa do interventor do estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto. O que diferenciou a instituição de inúmeras outras era o vínculo que ela estabelecia com vários órgãos do governo estadual. Esta instituição colaborou principalmente com as ações de assistência social, em especial, com os departamentos de saúde e municipalidades em três campos principais:

1. “Formação de enfermeiras, assistentes e visitadoras sociais;
2. Intensificação da assistência médico-social, particularmente a maternidade e a

---

<sup>82</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 19 abr.1941. 544.

<sup>83</sup>GURGEL, Heitor O Governo Amaral Peixoto 1937-1945. 1950.

infância, no interior do Estado;

3. Melhoria na alimentação dos trabalhadores. ”<sup>84</sup>

Para a realização do primeiro item, ou seja, formação de enfermeira, assistentes e visitadoras sociais, a LBA, teve a parceria do Departamento de Saúde Pública e o Serviço Especial de Saúde Pública. Para tal, formou de uma escola de enfermagem, seguindo o modelo da Escola Ana Nely. Capacitando assim, enfermeiras para atuarem nos serviços de saúde pública e hospitalares. A Escola de Serviço Social foi outra ação da LBA, visando a formação de técnicos bem preparados para atuarem nos serviços das obras sociais.

A Legião Brasileira de Assistência assinou um convênio tripartite com os municípios fluminenses, no qual a LBA, o Estado representado pelo Departamento de Saúde e cada município interessado organizaria um largo serviço destinado a atender às necessidades da maternidade e da infância. Sendo a divisão realizada da seguinte forma: o município entrava com o terreno e algum auxílio material, como mão de obra; a legião financiava a construção e o Estado ficava com a administração e manutenção. Esse convênio permaneceu até o término do regime do Estado Novo.

No município de São Gonçalo, a instituição da Legião Brasileira de Assistência, foi representada pela pessoa de Mariot Monteiro, esposa de Nelson Corrêa Monteiro e as senhoras locais. O centro municipal da LBA, não teve contribuição direta da Prefeitura nem interferência administrativa sobre a mesma, mas a legião prestou uma grande assistência fornecendo à população, periodicamente, gêneros, roupas, medicamentos, e nos casos necessários tratamentos médicos. Em função disso, o Hospital de São Gonçalo e o Centro de Puericultura receberam subvenções da LBA, em troca de serviços para as famílias dos convocados e pessoas carentes<sup>85</sup>.

A partir do ano de 1942, a Legião Brasileira de Assistência do município de São Gonçalo tornou-se motivo de inúmeras reportagens pelo Jornal “O São Gonçalo. No mês de outubro, foi anunciada a instalação de um posto da LBA na sede do Metalúrgico Futebol Clube<sup>86</sup>, na mesma edição existe a notícia que a Cia. Nacional do Cimento Portland em conjunto com a LBA realizava treinamento e simulações de situações de perigo com os trabalhadores, como parte de treinamento de segurança, ajudando assim a evitar situações de

<sup>84</sup>\_\_\_\_\_. **O Governo Amaral Peixoto 1937-1945**. 1950, p. 146

<sup>85</sup>RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1942. **Relatório**. São Gonçalo, 1943. Relatório. Datilografado.

<sup>86</sup>**O São Gonçalo**, São Gonçalo, 24 out. 1942. 623.



danos aos trabalhadores. No mesmo mês, a LBA obteve uma portaria do Ministério do Trabalho que a favorecia, visto que se tornou obrigatória a contribuição para esta instituição “iniciando em novembro o desconto de 0,5% nos salários de todos os empregados pelo artigo 9º do decreto lei número 4830 de 15 de outubro de 1942<sup>87</sup>.

No município, o posto da LBA devido à situação de escassez imposta pela Segunda Guerra Mundial, recebeu doação de empresas particulares, como a Empresa Auto Viação Fluminense<sup>88</sup> e essa, determinando que toda renda obtida no ônibus número seis seria destinada ao centro municipal da LBA. Na mesma edição, teve-se o anúncio de inauguração na instituição, no mês de dezembro, por intermédio da presidente D. Mariot Corrêa Monteiro, do curso de Saúde e Pronto-Socorro.

O ano de 1943 foi marcado no município por uma crescente atuação da LBA, “os futuros beneficiados pela LBA no Estado do Rio de Janeiro estão de parabéns porque a presidência da Comissão Estadual foi confiada à figura de D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto”<sup>89</sup>. Também neste mês, ocorreu a divulgação de novos cursos: Alimentação e Puericultura em uma parceria entre o posto da LBA e o Centro de Puericultura<sup>90</sup>. Segundo dados expostos no mês de março, a LBA possuía na presidência geral a senhora Darci Vargas, à frente da Comissão Estadual a senhora Alzira Vargas do Amaral e a senhora Mariot Monteiro eram as responsáveis pela Comissão Municipal<sup>91</sup>. A LBA recebeu no mês de março, doações, por parte do Centro Musical de Operários Fluminenses conseguindo assim, melhorar as condições de trabalho das costureiras voluntárias do centro da LBA e melhorar os cursos oferecidos como os de Visitadoras e Puericultura<sup>92</sup>.

Em setembro<sup>93</sup>, a LBA do município, recebeu a visita da senhora Alzira Vargas do Amaral que após realizar uma palestra sobre a importância do centro teve uma vasta recepção. Em dezembro<sup>94</sup>, o centro passou a emitir certificados aos que concluíssem seus cursos, além

---

<sup>87</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 01 nov. 1942. 624.

<sup>88</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 01 nov. 1942. 624.

<sup>89</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 03 jan. 1943. 633.

<sup>90</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 31 jan. 1943. 637.

<sup>91</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 07 mar. 1943.642.

<sup>92</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 11 abr. 1943. 647.

<sup>93</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 10 set. 1943. 674.

<sup>94</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 05 dez. 1943. 682.

de oferecer as famílias com mais de oito filhos, menores de dezoito anos, abono legal para obtenção do registro de nascimento gratuito.

No ano de 1944, a instituição teve como prática ministrar palestras voltadas à educação, saúde e cuidados, principalmente, à criança e à maternidade. Institui-se com esta finalidade o curso de monitores agrícolas, destinado em especial, às mães e às professoras, que segundo conceito da época, eram difusoras dos conhecimentos adquirido<sup>95</sup>.

O centro da LBA passou a ser responsável por conceder aos mais carentes registro de nascimento, abonos e salários-família às viúvas<sup>96</sup>. Em julho, a LBA transferiu-se para uma nova sede “no melhor trecho da Rua Feliciano Sodré”<sup>97</sup> e inaugurou uma nova atividade o Clube Agrícola, voltado à distribuição de mudas para incentivar a criação de hortas familiares. Em setembro, lançou campanha em prol da Marinha do Brasil para arrecadação de doações para serem enviadas aos combatentes, que era “a expressão simbólica de que o êxito do grande movimento cívico está confiado especialmente ao coração da Mulher Brasileira”<sup>98</sup>.

Devido às comemorações referentes à semana da criança, em outubro, a LBA tornou-se, através da Sr. Mariot Corrêa Monteiro, responsável pela Comissão Executiva da Semana da Criança no município<sup>99</sup>, além de capacitar as damas da sociedade gonçalense a serem legionárias. Em dezembro, o centro municipal da LBA comemorou dois anos. Para marcar a data foi realizada solenidade com exposição de roupas, enxovais, entre outros objetos, contando com a presença do interventor municipal e da Sr. Mariot Monteiro que realizou a entrega à Sr<sup>a</sup>. Alzira Vargas do Amaral Peixoto de um cheque de Cr\$ 4.147,70 referente à arrecadação conseguida através da Campanha da Marinha<sup>100</sup>. Durante os dois anos de existência, a instituição ajudou cerca de 3.800 pessoas, não se restringindo aos doentes, crianças e aos idosos.

No ano de 1945, a LBA destaca-se pelo convênio assinado com o Hospital de São Gonçalo, a fim de ajudar na manutenção dos serviços do mesmo, como já supracitado na parte explicitada deste trabalho referente ao hospital, a Sr<sup>a</sup>. Alzira Vargas deliberou a concessão do

<sup>95</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 13 fev. 1944. 692.

<sup>96</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 07 mai. 1944. 704.

<sup>97</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 23 jul.1944. 715.

<sup>98</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 24 set.1944.724.

<sup>99</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 05 nov.1944. 730.

<sup>100</sup>O São Gonçalo, São Gonçalo, 17 dez.1944. 736.

benefício de 15 mil cruzeiros mensalmente até o fim do ano. Além disso, a LBA em entendimento com o Estado para cooperar com o hospital transferiu ao mesmo todos os serviços de saúde que eram realizados pela instituição da LBA, mediante contrato e com isso obteria o hospital maiores recursos do Estado<sup>101</sup>.

Em outubro, a LBA do município de São Gonçalo enviou a presidente do Centro Estadual, Sr<sup>a</sup>. Alzira Vargas, relatório de suas atividades, informando que durante o ano de 1944 foram atendidos mais de 4.400 pessoas e despendido Cr\$ 577.156,00 com a finalidade de prestar “assistência social a todos os necessitados de recursos e do amparo indispensável para a luta pela vida”<sup>102</sup>.

No que se refere à saúde da criança, existia no município de São Gonçalo o Centro de Puericultura. Este centro foi fundado pela iniciativa da senhora Olga Benevides Palmier, esposa do doutor Luiz Palmier, um grande benfeitor do município. Apresentava os seguintes serviços: assistência pré-natal, assistência infantil, assistência pré-escolar, alimentação dietética infantil e cantina maternal.

O Centro de Puericultura possuía auxílio financeiro por parte do governo federal, estadual, municipal, além dos donativos arrecadados pela população. A superintendência desta instituição era concebida pela Prefeitura ao Instituto Gonçalense de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância, que era por sua vez uma organização composta pelas senhoras da sociedade local.

Durante os anos de 1942 a 1945 a instituição recebeu por parte da Prefeitura, segundo dados obtidos nos relatórios administrativos, duas limpezas e pinturas gerais no prédio do centro, além de mobílias e pavimentação de sua principal via de acesso que ligava ao Hospital de São Gonçalo. Em uma das primeiras edições do Jornal “O São Gonçalo” no ano de 1940, destaca-se reportagem exaltando a importância do Instituto Gonçalense de Assistência à Maternidade e à Infância<sup>103</sup> com a direção do Dr. Luiz Palmier, expondo que esta instituição teve o apoio tanto do governo municipal quanto estadual e foi representado por Ernani do Amaral Peixoto; Desta forma foi construído um novo edificio para instituição expondo que o: “Centro Modelo de Puericultura “representaria o máximo de progresso e seguiram os moldes pedidos por Vargas”. “Esta obra segue o rythmo dos povos

---

<sup>101</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 26 ago. 1945. 772.

<sup>102</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 21 out. 1945. 780.

<sup>103</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 28 jan. 1940. 480.

supercivilizados”<sup>104</sup>. No mesmo ano foi inaugurado no município o Instituto Médico Social, em frente à igreja Matriz de São Gonçalo, oferecendo gratuitamente serviços dentários e farmacêuticos, além de dar também gratuitamente remédios de manipulação através de convênios com instituições farmacêuticas de Campos, Niterói e São Gonçalo<sup>105</sup>.

No mês de outubro de 1941, o Jornal “O São Gonçalo” expressou que o centro de Puericultura do município centralizava as ações voltadas aos cuidados das crianças que os esforços em benefício das mães e de crianças em São Gonçalo<sup>106</sup>. A Sociedade de Puericultura de São Gonçalo estava filiada à Sociedade de Puericultura do Brasil, favorecendo “os mais destacados valores da nossa sociedade”<sup>107</sup>. No ano de 1942, o jornal divulgou que foram atendidos no centro 488 pessoas em exames pré-natal, 2220 consultas infantis e 817 crianças através das pré-escolas<sup>108</sup>. Já em 1943, segundo o balanço geral até o mês de agosto foram atendidas 1972 crianças<sup>109</sup>. Segundo reportagem, a senhora Mariot Monteiro auxiliava o centro através de entendimentos com o centro da Legião Brasileira de Assistência de São Gonçalo, sendo assim o centro de Puericultura, assistia cada dia mais as viúvas e os órfãos<sup>110</sup>. Em maio de 1944, o interventor municipal realizou visita de inspeção “para a diretoria informar lhe sobre os serviços e funcionamento do centro”<sup>111</sup>

Para o cuidado e acolhimento dos idosos, no município de São Gonçalo, destinava-se O Asilo Amor ao Próximo. No ano de 1940, recebeu melhoramentos em seu edifício e construção de um muro e seu entorno. No mesmo ano, foi inaugurado o Abrigo Cristo Redentor sediado na Rua Nilo Peçanha. Segundo o Jornal “O São Gonçalo” o interventor federal Ernani do Amaral Peixoto acompanhado de sua esposa, a Sr<sup>a</sup>. Alzira do Amaral Peixoto, visitou a instituição na época de sua construção visando a observação do andamento da obra e cerimônia de “colocação de telhas”<sup>112</sup> sobre o edifício. Estes ainda patrocinaram campanha para coleta de doações voltadas a esta instituição<sup>113</sup>.

<sup>104</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 04 fev. 1940.481.

<sup>105</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 11 ago.1940. 508.

<sup>106</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 12 out. 1941. 569.

<sup>107</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 28 dez. 1941. 580.

<sup>108</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 22 ago. 1943. 667.

<sup>109</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 10 set. 1943. 674.

<sup>110</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 13 fev. 1944. 692.

<sup>111</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 07 mai.1944. 704.

<sup>112</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 15 set.1940. 512.

<sup>113</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 18 fev.1940. 483.

O Abrigo Cristo Redentor era uma realização de caráter estadual que teve como idealizadora a senhora Alzira Vargas do Amaral Peixoto:

Graças a essa organização, já estão desaparecendo nas cidades fluminenses, principalmente na capital do Estado, os espetáculos deprimentes que nos proporcionavam seres humanos, necessitados ou falsos mendigos, que exibiam lesões orgânicas das mais impressionantes, afim de comoverem os transeuntes de modo mais decisivo, inconvenientes que hoje desapareceram, pois com o repouso, alimentação e assistência, muitos se restabelecem, podendo ser úteis à coletividade, mesmo recolhidos ao Abrigo.<sup>114</sup>

A instituição supracitada era mantida através de subvenções advindas dos governos federal, estadual e municipal e quem atendia aos internos eram irmãs religiosas. Devido à instalação do Abrigo Cristo Redentor, o Asilo Amor ao Próximo, em 1942 teve uma queda em seu número de atendidos, visto que ambos possuíam a finalidades semelhantes; por este motivo, a administração municipal estava em negociação com a direção do asilo para fazer com que o mesmo assumisse outro tipo de finalidade, mas depois de deliberarem, o asilo foi mantido e continuou a receber durante os anos subsequentes subvenções do Estado e do Município. Esse também era mantido através de um grupo de associados.

É importante apontar que existia uma preocupação grande em torno da proteção da criança e lactante. O Jornal “O São Gonçalo” de julho de 1940, expressa que ocorreu uma grande reunião no município de São Gonçalo, para organização campanha benemérita de proteção à criança gonçalense, de tal forma que atendessem às políticas de proteção à maternidade e à infância estabelecida pelo Presidente Getúlio Vargas. Com essa campanha, foram obtidas mais de 400 peças de roupas que foram doadas aos institutos de proteção à infância e à juventude do município<sup>115</sup>.

Com a finalidade de dar auxílio às crianças e aos adolescentes, existiam três instituições no município de São Gonçalo, porém cada uma era voltada para um tipo de necessidade. A primeira era o Patronato de Menores, que em 1941, passou por uma remodelação tanto em sua organização interna, quanto na melhoria de suas instalações e edifício, visando uma ampliação de suas possibilidades em torno da aprendizagem e do aproveitamento para indústria – como por exemplo a montagem de uma sala voltada ao ensino do ofício de padeiro, com padaria acionada à eletricidade. Essa instituição era superintendida pela Diretoria do Abrigo Cristo Redentor, pela Prefeitura, pelo governo federal e estadual (todos esses também eram responsáveis por fornecerem subvenções e

<sup>114</sup> RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1940-1941. **Relatório**. São Gonçalo, 1942. Relatório. Datilografado. p. 18

<sup>115</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 06 jun.1940. 503.

ajudarem no aperfeiçoamento desta instituição, que tinha por provedor o Dr. Adino Maciel Xavier). No ano de 1941, nela foram abrigados 122 meninos e em 1942, 106 menores.

A segunda instituição voltada aos menores era o Educandário Vista Alegre, que anteriormente era denominado Preventório Vista Alegre. Voltava-se para os filhos sadios de lázaros. Em 1941 e 1942 passou por melhoramentos, contando com a construção de mais um amplo e confortável pavilhão. Os jovens eram ali abrigados e submetidos aos cuidados médicos. Era mantido pela Sociedade Fluminense de Assistência aos Lazares e Defesa Contra a Lepra tendo subvenções do poder público estadual, federal e municipal. Esta instituição tinha por presidente a senhora Mariot Corrêa Monteiro, esposa do interventor municipal Nelson Corrêa Monteiro.

E existia ainda o Recolhimento de Juízo de Menores, que se subdividia em mais duas instituições: Preventório Almirante Protogenes e Núcleo Educacional de Alcântara. Era administrado pelo Asilo de Menores, sendo outra instituição destinada aos menores, onde o preventório voltava-se para principalmente menores delinquentes e o núcleo educacional para dar abrigo e assistência às crianças desamparadas, mantinha-se graças a subvenções do governo estadual.

Após a reflexão realizada, durante todo este capítulo, a tabela abaixo, elaborada através de dados obtidos nos Relatórios Administrativos realizados pelo interventor do município de São Gonçalo, ajuda a ter uma percepção do número de pessoas atendidas ao longo dos anos de 1940 a 1945, nas principais instituições voltadas à saúde do município.

Instituição	Atendimentos 1940	Atendimentos 1941	Atendimento 1942	Atendimento 1943	Atendimento 1944	Atendimento 1945
Hospital de São Gonçalo	1101 internados 6.624 atendidos	1095 internados 5.265 atendidos	1142 Internados Não forneceu	Não Forneceu	Não Forneceu	1292 internados
Pronto Socorro	3349	3.866	4148	Não Forneceu	Não Forneceu	Não Forneceu
Asilo Amor ao Próximo	31 idosos abrigados	24 idosos abrigados	29 idosos abrigados	Não Forneceu	Não Forneceu	Não Forneceu
Patronato de Menores Abandonados	136 menores abrigados	122 meninos abrigados	106 menores internados	Não Forneceu	Não Forneceu	Não Forneceu
Recolhimento do Juízo de Menores	220 menores internados	201 menores internados	201 menores internados	Não Forneceu	Não Forneceu	Não Forneceu
Educandário Vista Alegre	70 menores internados	92 menores abrigados	100 menores abrigados	Não Forneceu	Não Forneceu	Não Forneceu

(Tabela realizada com informações coletadas nos relatórios administrativos de Nelson Corrêa Monteiro referentes aos anos de 1940-1945)<sup>116</sup>

Enfim, durante todo o período de atuação do interventor municipal, Nelson Corrêa Monteiro, no município de São Gonçalo, percebe-se uma preocupação e um envolvimento no sentido de aprimoramento e adequação dos serviços e instituições destinados aos serviços de saúde pública, serviços sociais ao programa e também modelos pautados pelo Ministério de Educação e Saúde Pública, assim como seus desdobramentos, representados pelo Departamento Nacional da Criança. O Hospital de São Gonçalo, e o regime de intervenção pelo qual passou durante o período de interventoria de Nelson Corrêa é um exemplo excelente para compreender a lógica e os esforços existentes no regime do Estado Novo em se promover uma melhoria e padronização dos serviços médicos a população, assim como a presença da Legião Brasileira de Assistência no município demarca a transformação e reorganização da perspectiva de como se devia moldar a nova sociedade que se construía. O Estado como provedor das melhorias e o responsável em garantir a igualdade de acesso à população, não apenas à saúde, mas também à educação e ao trabalho; estavam buscando a construção de um novo país, moderno e pautado na cientificidade. O município de São Gonçalo serve como um estudo que ajuda a entender mais de perto a lógica e construção ideológica que permeava ao regime do Estado Novo.

---

<sup>116</sup> RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1940-1941. **Relatório**. São Gonçalo, 1942. Relatório. Datilografado.  
RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1942. **Relatório**. São Gonçalo, 1943. Relatório. Datilografado.  
RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1943-1946. **Relatório**. São Gonçalo, 1946. Relatório. Datilografado.

### 3 EDUCAÇÃO: O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO HOMEM

Este capítulo tem como premissa a reflexão sobre a educação e as ações de Nelson Corrêa Monteiro no município de São Gonçalo durante sua interventoria. Para tal, é realizada uma discussão sobre a importância da educação, sendo este um eixo norteador dos ideários do Estado Novo, para só então perceber as políticas educacionais e as modificações e melhoramentos realizados ou idealizados para e no município de São Gonçalo.

#### 3.1 O ensino e o ideário estadonovista

No ano de 1930, Getúlio Vargas ocupou o governo provisório. Como uma de suas primeiras medidas anunciou um:

“Programa de reconstrução nacional” que incluía a criação de um Ministério da Instrução e Saúde Pública que tinham como metas o saneamento moral e físico, através de uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária, e a difusão intensa do ensino público, através de um “sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados”<sup>117</sup>.

---

<sup>117</sup> FARIA, General José Caetano de. *O Oficial como educador: sua missão social*. **Boletim do Estado Maior do Exército** n. 3, p 25-29. *Apud* HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.



Este ano foi marcado pela criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que a partir de 1937 passou a ser denominado Ministério da Educação e Saúde. Suas atividades eram voltadas à administração tanto no campo da saúde pública e assistência médico-social, conforme trabalhado no capítulo referente à saúde, como também tratava das questões administrativas na área da educação escolar e extra-escolar, assunto abordado neste capítulo.

Francisco Campos foi o primeiro Ministro da Educação e Saúde, publicando, em 1931, atos legais que estabeleceram um sistema universitário e a reforma no ensino secundário. Em 1932, foi substituído por Washington Pires que ficou à frente do ministério até 1934, quando Gustavo Capanema assumiu o posto e ocupou o cargo até 1945 e teve como marca em seu longo ministério a presença de intelectuais que marcaram a Cultura, a Literatura e a Música brasileira.

Em pronunciamento no mês de janeiro de 1931, Vargas expressou que a educação e o saneamento eram instrumentos para “restituir ao elemento homem a saúde do corpo e consciência de sua valia” e “assegurar a transformação do capital humano (...) aperfeiçoando-o para produzir mais e melhor”<sup>118</sup>.

Desde o início do governo de Vargas, a educação tinha um lugar de destaque nos discursos oficiais. Ao mesmo tempo em que se acentuava o caráter autoritário do regime, a educação acompanhava o contexto político, conformando-se a concepção política de que a educação era um problema nacional e era ligada à saúde e à formação moral da sociedade.

Conforme reflexão realizada no capítulo referente à saúde, existia no período do Estado Novo uma preocupação em se formar um novo tipo de homem. A educação passou a ser uma aliada de extrema relevância: a chave para o desenvolvimento dessa nova Nação. Esta preocupação relacionou-se também com a formação de profissionais cidadãos qualificados, a política industrial do governo de Vargas foi o foco central para o desenvolvimento do país, sendo as políticas econômicas uma combinação entre três fatores: a resposta do governo a uma conjuntura internacional desfavorável, resposta às pressões dos setores empresariais urbanos e emergentes e a capacidade de decisão do governo que se ampliou. Ficou explícito que a ação empresarial no Estado Novo variava conforme o segmento econômico e que o

---

<sup>118</sup> HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 2

corporativismo foi uma maneira de interação entre a indústria e o governo, o que não ocorria nos demais setores empresariais do país.

O ideal do Estado Novo na educação era moldar uma nova concepção de cidadão, ou seja:

Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, *forjar* uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados.<sup>119</sup>

No dia 16 de julho de 1934 foi promulgada uma nova constituição. Por ela foi ampliado o poder da união, no plano social foram aprovadas medidas que beneficiaram os trabalhadores, com a criação da Justiça do Trabalho, foi instituída a jornada de 8 horas de trabalho, férias anuais remuneradas e o descanso semanal.

Esta Constituição previa que a primeira eleição presidencial após sua promulgação fosse realizada indiretamente por votação da Assembleia Nacional Constituinte e que as outras eleições deveriam ser realizadas através do voto direto. Caracterizou-se pela tentativa de estabelecer uma ordem liberal e moderna e pela busca em fortalecer o Estado. Logo após a sua promulgação Getúlio Vargas foi eleito por voto indireto.

No entanto, esta constituição durou pouco mais de três anos, sendo substituída pela Constituição de 1937, que marcou o início do Estado Novo. Era caracterizada pela centralização do poder e autoritarismo, pois primava pela enorme concentração dos poderes nas mãos do chefe do Executivo. Conformou-se desta forma um aspecto político administrativo com um conteúdo extremamente centralizador, sendo responsabilidade do Presidente da República a nomeação das autoridades estaduais, conforme explicada no primeiro capítulo pelo sistema de interventores, mas essa constituição agregou em si muito dos valores e ideais existentes na constituição anterior.

Parte da Legislação de 1934 foi incorporada pela nova Constituição de 1937, que ganhou dois parágrafos fundamentais para a refuncionalização do sistema escolar, visando

---

<sup>119</sup> HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 139.

uma modificação que atendesse às novas tendências e às organizações do poder governamental e da conjuntura do país:

É introduzido o ensino profissionalizante, previsto antes de mais nada para as classe menos privilegiadas (Art.129). Dispõe ainda este artigo de lei que é **obrigação** das indústrias e dos sindicatos criarem escolas de aprendizagem na área de sua especialização para os filhos de seus empregados e membros. Declaram-se obrigatórias as disciplinas de educação moral e política (Art.131).<sup>120</sup>

O destaque na educação moral do cidadão começou a se fortalecer inicialmente pela introdução do ensino religioso nas escolas. Posteriormente, foram introduzidos o civismo e patriotismo; pelas disciplinas de moral e cívica. Neste contexto, início do Estado Novo, surgiu a proposta de uma organização nacional da juventude, feita pelo Ministro Francisco Campos.

Sobre esta preparação física, intelectual e moral expressa que:

Não devemos nos contentar em levantar a condição social e o conjunto das condições de vida do povo, assim preparando para a defesa nacional jovens fisicamente são: precisamos nos esforçar por desenvolver e aperfeiçoar a educação intelectual do povo. O meio que temos é a escola. Trabalhar na escola pela educação militar futura e dar aos futuros defensores da pátria uma melhor preparação, é o único meio de tornar possível que a instrução militar especial realize satisfatoriamente seus objetivos especiais, não obstante a dificuldade crescente das condições (...). A educação militar visa formar individualidades morais capazes de pensar e agir com independência e ao mesmo tempo despertar nos soldados o sentimento patriótico; ao lado da instrução profissional figuram no primeiro plano do programa a educação moral e a história pátria.<sup>121</sup>

### 3.2 Ministro Gustavo Capanema e as reformas no ensino

Ao se refletir sobre as Políticas de Educação no Estado Novo, é fundamental mencionar Gustavo Capanema, que foi nomeado, em 1934, Ministro de Educação e Saúde, no

<sup>120</sup> HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

<sup>121</sup> HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 13.

governo de Getúlio Vargas. Este ministro foi importante por reforçar em discursos e iniciativas essas colocações políticas existentes na Constituição.

Gustavo Capanema deu continuidades às propostas de Francisco Campos, em especial, na reforma do ensino secundário e o grande projeto de reforma universitária que teve como resultado a fundação da Universidade do Brasil que atualmente é a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou uma política de preservação do patrimônio cultural do país, que se consolidou pela criação do serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Instituto Nacional do Livro (INL).

O desenvolvimento do Instituto Nacional do Livro se iniciou logo após a nomeação de Gustavo Capanema como Ministro de Educação e Cultura. Foi um exemplo de como o campo da educação tornou-se um eixo norteador de interesse do Estado. O projeto do INL previa a edição de obras literárias que objetivavam a formação cultural da população, valorizando a identidade, memória e língua do povo brasileira, a criação de uma enciclopédia e de um dicionário, além de idealizar o aumento no número de bibliotecas públicas. Esse instituto teve como diretores intelectuais Augusto Meyer, Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade. A expansão das bibliotecas e o crescimento do acesso da população às mesmas era algo muito importante, segundo Capanema, por serem “centros de formação da personalidade, da compreensão do mundo, de auto-educação, enfim, centros de cultura”<sup>122</sup>, ansiando por diminuir o número de analfabetos e melhor qualificar a mão-de-obra brasileira.

O maior desafio era conseguir meios para a produção e o aperfeiçoamento do livro didático, que era visto como algo de grande risco editorial<sup>123</sup>. A maior parte dos autores de livros didáticos, no período, tinha de pagar para publicar suas obras e o sistema de distribuição era muito centrado no eixo São Paulo- Rio de Janeiro. Pelo decreto-lei número 1006/38, do ano de 1938, o livro didático passou a ser uma das pautas de prioridade do governo. Foi, então, instituída a Comissão Nacional do Livro Didático que seria a responsável pela elaboração, controle e circulação das obras pelo Brasil. Através do Decreto-lei número 8.460, de 1945, ficou instituído que o Estado passaria a legislar sobre as condições de produção, importação e também utilização do livro didático. Foi estabelecido ainda que fosse restrita ao professor a escolha do livro a ser adotado.

---

<sup>122</sup> Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos37-45/ev\\_ecp\\_inl.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp_inl.htm) Acesso em: 20 fev. 2009.

<sup>123</sup> Informação prestada por: SUADEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v.29,n.2, p.52-6, maio/ago.2000.

Em 1945, Gustavo Capanema deixou o MEC, tendo como avanço o aumento considerável do número de bibliotecas públicas em todo Brasil devido à oferta de acervos doados pelo Governo Federal e através do INL que ajudava na composição dos acervos e capacitação técnica. Contudo, a idealização da elaboração de uma enciclopédia e dicionários nacionais não conseguiu ser concretizada.

Outra consequência da criação do Ministério de Educação e Saúde foi a mudança de base na educação brasileira e a estruturação de universidades. Neste momento a educação tornou-se o centro do debate do governo, como pode-se notar no estabelecimento do artigo 150 da Constituição instituída em 1934.

Estabelece a nova Constituição de 34 (Art.150) a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordene e supervisione as atividades de ensino em todos os níveis. São regulamentadas (também pela primeira vez) as formas de financiamento da rede oficial de ensino em cotas fixas para a Federação, os Estados e Município (Art.156), fixando-se ainda as competências dos respectivos níveis administrativos para os respectivos níveis de ensino (Art. 150).Implanta-se a gratuidade e **obrigatoriedade** do ensino primário. O ensino religioso torna-se facultativo.<sup>124</sup>

Em 1933, havia, nos estados, 21.726 estabelecimentos de ensino oficiais (estaduais e municipais) e 6.044 particulares (incluindo os confessionais), já em 1945 tinham respectivamente 33.423 e 5.908. No tocante à matrícula, se em 1933 havia 1.739.613 nas redes oficiais e 368.006 nas redes particulares em 1945 os números eram respectivamente 2.740.755 e 498.085. Esses dados explicitam como a área da educação foi centralizada pelo governo, transformando-a também em um local de difusão da ideologia estadonovista.

A razão desta mudança de perspectiva de ensino “para quem é para quê?” decorre das transformações que o país atravessava em decorrência de um maior investimento nas indústrias, que precisavam aumentar o número de mão-de-obra qualificada e diversificada. Diferenciando-se do que ocorreu na década de 20 em que a mão-de-obra não se voltava para as indústrias, mas para a produção açucareira ou de café.

O Ministro Gustavo Capanema, além de estar à frente durante onze anos no Ministério da Educação e Saúde:

---

<sup>124</sup> FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986. p. 51.

Agregou em torno de si uma linguagem de homens ilustres nos campos da educação, da cultura e das artes deixando-nos a responsabilidade de avaliar as políticas e projetos ali implementados.<sup>125</sup>

Este ministério teve o apoio de intelectuais nomes como: Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Rodrigo Mello Franco, Alceu Amoroso Lima e Manuel Bandeira.

O período estadonovista caracterizou-se por ser no campo da educação um governo de repressão às escolas dos núcleos estrangeiros existentes no país, devido à ideologia nacionalizante que valorizava antes de tudo a formação de um cidadão brasileiro. A educação passou por uma reforma com a elaboração do chamado Plano Nacional de Educação, baseando-se nos resultados de um grande inquérito sobre a educação no país:

Em maio de 1937, o Congresso Nacional de Educação encaminhou a Capanema o texto final do plano, que é enviado pelo presidente da República ao Congresso para aprovação. Em seu art. 1º estava previsto que o plano só poderia ser alterado após 10 anos de vigência, e Capanema solicitava a sua aprovação “em globo”. Era um documento extenso, com 504 artigos ao longo de quase 100 páginas de texto, e buscava consagrar uma série de princípios e opções educacionais, de forma alguma consensuais, e cuja discussão a proposta de “aprovação em globo” visava, justamente, a evitar (...). O ensino secundário foi outro foco de reforma do ministro, “e suas linhas mestras ilustram a matriz que vencia na definição do que e como ensina à juventude em um momento crucial de sua formação como futuros profissionais e cidadãos de uma sociedade diferenciada.”<sup>126</sup>

Foi neste período construído o edifício sede do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, sendo conhecido como um marco da arquitetura moderna do Brasil por ter obras de grandes artistas como um painel de Candido Portinari. Capanema visava um projeto de governo que gerasse uma nacionalização do ensino. Pode-se afirmar que as metas norteadoras da educação eram modernizar, incentivar a pesquisa e preservar as raízes culturais do Brasil.

Para refletir sobre a educação no período estadonovista, é importante demarcar o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que juntamente com o Ministério da Educação e Saúde eram os responsáveis por difundir a nova ideologia e seus aspectos para a formação do novo homem idealizado no período.

<sup>125</sup> BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 137.

<sup>126</sup> BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 138.

Existia na área da cultura a preocupação de atender tanto às elites intelectuais com o incentivo da pesquisa e reflexão feita pelos intelectuais reunidos no Ministério da Educação, quanto ter uma política de intensa vigilância em relação a manifestações populares. O DIP atuava principalmente no controle dos meios de comunicação e em especial, no rádio e a imprensa.

O Departamento de Imprensa e Propaganda era dirigido por Lourival Fontes e foi responsável pelo controle dos meios de comunicação. A ideologia do Estado Novo era assim transmitida pelas cartilhas infanto-juvenis e pelos jornais nacionais, pelo teatro, cinema pela música, e também era percebida nos carnavais, festas cívicas e populares.

O rádio foi de grande importância, pois era o maior difusor do projeto político-pedagógico do Estado Novo. A Radio Nacional, um dos programas de maior sucesso do período, recebia uma verba considerável para, através de seus programas, transmitir os padrões de comportamento e valores que eram considerados desejáveis. Eram realizados concursos musicais e os resultados eram divulgados durante o programa “Hora do Brasil”.

A introdução do projeto orfeônico de Villa Lobos tinha cunho cívico. O canto orfeônico era exibido durante as grandes concentrações populares. A população brasileira era alvo de várias campanhas em que o governo tentava moldar seus gostos e formas de agir. Por causa disso, eram comuns o controle e a fiscalização sobre as mais diversas manifestações populares, até mesmo a linguagem popular era observada e censurada de perto. Um exemplo desta formação de um novo olhar sobre o brasileiro, foi a criação no período do denominado “samba da legitimidade”, nele se tinha a tentativa em se mudar a figura do malandro no exemplar do operário de fábrica converter o malandro como algo a ser colocado à margem e não valorizado. O Departamento de Imprensa e Propaganda exercia pressão sobre os compositores para estes valorizarem o trabalho e desvalorizarem em suas letras a figura do boêmio, além de expressarem que o comunismo era uma grande ameaça a preservação da nacionalidade. O governo como forma de valorização da música, criou o dia da “Música Popular Brasileira”.

Rubens Falcão foi o Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro, durante os anos de 1942 a 1945, e produziu um estudo sobre a política pública de educação, elaborando um clássico para quem quer refletir sobre a educação no período do

Estado Novo. Em “Novos Caminhos na Educação Fluminense”<sup>127</sup>, há uma reflexão sobre o que se pensava ser o foco para o ensino sobre o prisma da administração pública no Estado do Rio de Janeiro. O papel das escolas foi tido como essencial para a formação de um novo homem.

Existia a preocupação em se construírem ou ampliarem o número de estabelecimentos de ensinos, várias escolas rurais foram também construídas, além de existir a preocupação em se difundir, a partir de então, a Educação Física, a melhor alimentação escolar e o canto orfeônico.

Segundo a construção ideológica do período, a escola deveria tender ao fim de gerar equilíbrio da obra de renovação político social e a “educação não é alguma coisa que se possa justapor ao contexto social, ou dele retirar-se”<sup>128</sup>. Neste momento, a escola rural passou a ser uma das preocupações do governo; aprimorar o ensino era uma tarefa que devia atender a todas as áreas, tanto as urbanas quanto as rurais. No ano de 1936, de acordo com o decreto número 196, o governo fluminense seria responsável em organizar escolas típicas rurais que supririam às necessidades e seriam organizadas de acordo com as concepção do ensino regional, assegurando a educação elementar e iniciação profissional básica por “métodos racionais”<sup>129</sup>. Somente a partir de 1938 foram implementadas medidas que deram base para formação de um modelo a ser seguido, essas unidades deveriam ser antes de tudo formadoras de trabalhadores do campo em todos os aspectos, físico, técnico, moral e intelectual, dando a seus estudantes os conhecimentos indispensáveis ao engrandecimento da Nação. Mas, deixando bem claro que os princípios, pelos quais deviam ser seguidos pelas escolas rurais deveriam ser os mesmo das escolas urbanas.

Em consonância com a “Reforma Capanema” (1942/1946) o ensino primário deveria dar os elementos essenciais da educação patriótica. Nele o patriotismo era forjado pelo esclarecimento e conhecimento elementar do passado e do presente do país, devendo ser formado como um sentimento vigoroso, como um alto fervor, como amor e devoção, como um sentimento de indissolúvel apego e indefectível fidelidade com a pátria.

Na I Conferência Nacional de Educação foi estabelecido que a administração do ensino primário caberia primordialmente a cada Estado, de acordo com a resolução número 7

<sup>127</sup>FALCÃO, Rubens **Novos Caminhos da Educação Fluminense**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1946

<sup>128</sup>FALCÃO, Rubens **Novos Caminhos da Educação Fluminense**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1946, p. 7

<sup>129</sup>FALCÃO, Rubens **Novos Caminhos da Educação Fluminense**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1946, p.22



de 1941, através da citada conferência, os Estados deveriam destinar 20% do orçamento das municipalidades a melhorias na educação. No ano de 1943 foi realizado um convênio entre os Estados e municípios, onde o Estado destinaria verbas para o ensino, mas em troca realizaria a fiscalização do serviço prestado pelas escolas municipais, haveria uma cota destinada à construção de prédios escolares, conservação e à distribuição de merenda.

Uma preocupação perceptível era a montagem de um programa de ensino primário que promulgasse algumas diretrizes para serem seguidas por todas as instituições de ensinos municipais. Pelo Decreto lei federal número 8529, de 1939, o ensino primário deveria obedecer a programas mínimos e a diretrizes essenciais elaboradas por estudos de caráter objetivo realizados pelos órgãos técnicos do Ministério da Educação e Saúde, que devem ter a cooperação dos Estados. O ensino religioso continuou a ser ministrado de forma facultativa e o ano escolar passou a ser de doze meses, dividido em dois períodos letivos, intercalado com vinte dias de férias. E de um ano letivo para outro foi estabelecido um período de dois meses de férias, que poderia ser realizado de acordo com as especificidades locais. Também foi estabelecido que, a partir do decreto-lei 2848, de dezembro de 1940, as crianças de sete a doze anos eram obrigadas a frequentar as escolas, sendo os pais ou responsáveis punidos caso infringissem os preceitos da obrigatoriedade com multa ou detenção.

Além da preocupação em se normatizar o ensino, o aparelhamento adequado das escolas era uma das prioridades, pois, “de nada vale criar escolas se não podemos aparelhá-las adequadamente”<sup>130</sup>. O Serviço de Prédios e Aparelhamento Escolar era encarregado do controle e distribuição em todas as regiões durante os anos de 1938 a 1945. Para estimular a presença nas aulas, o governo no estado do Rio de Janeiro auxiliava em dinheiro as caixas escolares, além de modificar em alguns locais os horários de aula e oferecer a prática de educação física e dos desportes, instituição dos pelotões da saúde e de pequenas bibliotecas recreativas.

O ensino secundário foi fonte de maior preocupação desde a gestão de Francisco Campos no Ministério da Educação. Ele argumentava a necessidade de se preparar os jovens para o desenvolvimento econômico para o qual o Brasil estava caminhando. Em função disso, era necessária a reformulação do ensino, para que os jovens saíssem tecnicamente preparados e profissionalizados para o mercado de trabalho.

---

<sup>130</sup>FALCÃO, Rubens **Novos Caminhos da Educação Fluminense**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1946, p 39

Importante destacar que o ensino secundário teve mais precisamente por finalidade a formação da consciência patriótica. Destinava-se à preparação das individualidades condutoras, isto é, os homens que deveriam assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da Nação. Desta forma o Estado, através das escolas, era o portador das concepções e atitudes espirituais que acreditava ser preciso infundir nas massas para naturalizar seus ideais entre o povo. O ensino deveria ser patriótico por excelência, no sentido mais alto da palavra, sendo um conhecimento capaz de dar aos adolescentes a compreensão da palavra, compreensão da continuidade histórica da pátria, dos problemas e das necessidades da Nação. Uma educação capaz de criar no espírito das novas gerações, a consciência da responsabilidade diante dos valores da pátria, a sua independência, a sua ordem e o seu destino.

A gestão de Gustavo Capanema teve, em 09 de abril de 1942, a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, que ficou conhecida como Reforma Capanema. Nela foi determinado que o ensino secundário deveria ter um primeiro ciclo de quatro anos de duração, chamado ginásial e um segundo ciclo de três anos, que podia ser curso clássico ou curso científico. No currículo previsto pela nova lei existia uma valorização da cultura geral e humanista. A Reforma do ensino secundário foi ampliada e houve grande valorização do ensino profissionalizante que foi consolidada pela criação do Senai e Senac.

Por conta do contexto econômico e político, teve-se a formação do Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI) uma instituição de direito privado, que era subordinado à Confederação Nacional da Indústria (CNI), que por sua vez era um órgão sindical representativo do patronato industrial brasileiro. No ano de 1939, foi estabelecido pelo governo federal ser obrigatório nas indústrias com mais de quinhentos funcionários o oferecimento de cursos profissionalizantes destinados aos trabalhadores. Para atender a esta demanda, foi formada uma comissão interministerial, composta por representantes tanto da área da educação quanto do trabalho, sendo a comissão responsável pelo estabelecimento de normas nacionalmente unificadas para o ensino industrial, compatíveis com o que era sugerido pelo Bureau Internacional do Trabalho, e foi estabelecido também um maior contato com as entidades que representavam os trabalhadores industriais.

Já o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) teve sua criação iniciada pelo ministro do Trabalho e Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, em 1945. Criando uma portaria que era responsável pela realização de uma comissão especial com a

função de difundir e aperfeiçoar o ensino comercial no Brasil. Neste mesmo ano foi criada a Confederação Nacional do Comércio (CNC), órgão sindical de maior importância do comércio brasileiro.

Devido ao contexto da Segunda Guerra, na década de 1940, foi instituída na lei também a educação militar para os alunos do sexo masculino era recomendado ainda que as mulheres fossem educadas em estabelecimentos diferentes dos homens.

Um fundo de auxílio importante para as escolas foram as caixas escolares, regulamentadas pelo decreto 682, de janeiro de 1939, pois determinavam que no distrito sede de cada município, elas fossem criadas com o intuito de prestar assistência a todas as escolas públicas municipais. Excepcionalmente, em outros distritos e nas zonas rurais em que as condições econômicas e demográficas permitiam, foram criadas as caixas escolares que atendiam somente às unidades escolares daquele perímetro. Essas caixas eram administradas por uma diretoria formada por um diretor, vice-presidente, primeiro e segundo secretário, tesoureiro e um conselho fiscal de três membros presidido pelo chefe da inspetoria de ensino da região a que servir. Sendo assim, o Departamento de Educação conseguia através das caixas escolares distribuir recursos que auxiliavam a educação gerando, por exemplo, a compra de merenda e melhora nas condições físicas e salútares das escolas.

Visando melhora na alimentação dos estudantes, o Departamento de Educação e Saúde apoiava a organização e funcionamento dos “clubes agrícolas”, que ensinavam e estimulavam não apenas uma alimentação saudável, mas também a criação de hortas para fornecerem alimentos para as escolas. Foi estimulada em cada unidade escolar a formação de uma associação de pais e mestres a fim de gerar um aumento da participação das famílias e podiam atuar como meios de educação.

Devido a uma tentativa de vinculação entre educação e saúde teve-se um estímulo crescente na educação física, que inicialmente voltou-se para o desenvolvimento físico e individual e em seguida foi relacionada com o fortalecimento da raça. No ano de 1937, os militares começam a reivindicar a presença de educação física nas escolas.

Para o Ministério da Educação com a direção de Gustavo Capanema a educação física deveria ser realizada por todos os alunos devido à importância na formação integral da personalidade. Por essa razão, este ministério iria atuar no sentido de organizar tal ensino em todas as escolas do país. Para, além disso, o Governo Federal tinha o intuito de levar o ensino

de educação física também para as corporações que estivessem relacionadas com os interesses da infância e da juventude. Capanema acreditava que isso despertaria as aptidões morais, físicas, intelectuais e contribuiria para disciplinar o que era essencial na formação do cidadão:

“A educação nacional era definida como tendo por objetivo “formar o homem completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas” sendo a tarefa precípua da família e dos poderes públicos”<sup>131</sup>.

Não poderiam ficar de fora deste projeto os aspectos referentes à orientação cívica e política que eram importantes na divulgação do regime. Deste modo, através do culto à bandeira, a obrigatoriedade do canto do Hino Nacional e da Mocidade, o ensino de aspectos militares e patrióticos, ou seja, partindo da educação individual que era executada dentro da Disciplina da Organização se acreditava conseguir expandir esses valores patrióticos para a vida familiar e social.

No referido governo, existia, através da figura do Ministro da Educação e da Saúde (MES) Gustavo Capanema, uma preocupação com a organização estadual e municipal, com a ampliação e sistematização das campanhas existentes no país e também na determinação de medidas que desenvolvessem os serviços básicos de saneamento. Mas, a mulher, a criança e o adolescente tinham um lugar de destaque nas obras do governo, porque esses faziam parte de um plano de desenvolvimento de uma “obra nacional” de proteção à maternidade, à infância e à adolescência<sup>132</sup>.

A mulher tinha um tratamento diferenciado ao dado ao homem, pois a educação feminina tinha a finalidade de preparo para a vida do lar. O Ministro Capanema acreditava que a mulher tinha duas funções principais: proteger a família e ter uma educação que fosse adequada ao papel familiar. Ela deveria ter uma educação voltada as suas virtudes e missões favorecidas; deveria ser boa esposa, mãe, filha, educadora. O seu reinado seria o seu lar e deveria exercer ações em obras sociais de caridade cultivando suas qualidades com o objetivo de cooperarem com o homem na construção da pátria com o sentimento da fraternidade universal.

<sup>131</sup> SCHWARTZMAN, Simon *et al.* **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984. p.182.

<sup>132</sup> HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. A I Conferencia Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. *In*: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p. 173 *et seq.*

### 3.3 O Estado Novo em São Gonçalo: o ensino através das ações de Nelson Corrêa Monteiro

No município de São Gonçalo, no período da atuação de Nelson Corrêa Monteiro percebe-se uma exaltação ao governo de Getúlio Vargas. Existia nas suas ações uma ideologia que valorizava a infância, a juventude e a maternidade. Esse fato pode, ser percebido devido à preocupação em melhorar os serviços de assistência médica e social, serviço de pronto socorro, centro de saúde, Hospital de São Gonçalo, Centro de Puericultura e Assistência à Maternidade e à Infância como visto no capítulo anterior como também em melhorar as estruturas dos prédios escolares, proporcionar a criação de bibliotecas, curso de preparação de professores de educação física entre outras medidas.

Segundo relatório administrativo<sup>133</sup> referente ao ano de 1940, algumas das escolas do município de São Gonçalo receberam merenda escolar; a matrícula média foi de 2462 crianças, com a frequência média de 1700 alunos. Durante este ano, conforme já supracitado foi instituída a obrigatoriedade do ensino de educação física nas escolas, para o cumprimento desta lei, e Nelson Corrêa Monteiro estabeleceu no município com o Decreto número seis o Curso Municipal de Emergência para Habilitação de Professoras em Educação Física, no mês de agosto, na escola modelo Júlio Lima<sup>134</sup>. Neste curso, que foi o primeiro curso deste tipo a ser criado no Brasil, foram habilitadas vinte e seis professoras para o ensino desta prática nas escolas municipais. Mas, neste ano apenas uma escola estava aparelhada para a prática deste curso, era a escola Júlio Lima.

---

<sup>133</sup> RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1940 e 1941. **Relatório**. São Gonçalo, 1942. Relatório. Datilografado.

<sup>134</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 18 ago.1940. 509.

O Jornal “O São Gonçalo” destacou o empenho do interventor municipal ao longo do ano em promover a prática da educação física nas escolas. Durante o mês de junho anunciou a inauguração do Parque de exercícios físicos “Alzira Vargas do Amaral Peixoto” em uma escola no Laranjal com a presença do interventor municipal<sup>135</sup> e início da construção em outras escolas de centros esportivos<sup>136</sup>.

O cinquentenário do município de São Gonçalo foi o motivador de várias reportagens no Jornal “O São Gonçalo”. Em junho, aponta a realização de um concurso de redações e palestras nas escolas com assuntos referentes à história do município de “sua origem aos nossos dias, administração e organização jurídica, estudaria a fisiografia do município, agricultura, indústrias, comércio, pecuária, riquezas minerais, turismo, saúde, assistência etc”<sup>137</sup>. Na mesma edição anuncia a construção no município de uma escola Típica Municipal que seria ligada ao Horto Municipal em comemoração ao aniversário do município. Foi elaborado um programa das solenidades que foram realizados de 22 de setembro a 12 de outubro. Entre as comemorações, a participação dos estudantes foi marcante com desfiles, conferências educativas, cinema educativo ao ar livre, conferências de rádio, concentração escolar e demonstração de cultura física nas escolas, inauguração de retratos dos patronos em algumas escolas e missas<sup>138</sup>.

Existia no município a preocupação em proporcionar aos alunos um crescimento saudável. Para tanto, todos os alunos tinham acesso a serviços médicos e dentários, e em alguns casos medicamentos e exames. Todos os escolares eram examinados e fichados. Além disso, todas as escolas foram providas de farto material didático e os alunos carentes receberam uniformes e calçados.

Foram conferências nas escolas que tinham por objetivo promover e exaltar o sentimento cívico nas crianças, com fins cívicos também foi fundado o Instituto Fluminense de Cultura que teve sua sede implantada no município. Durante o ano de 1940, foi criada no município Biblioteca Municipal, esta inauguração teve o apoio do Instituto Nacional do Livro e de vários elementos da sociedade gonçalense.

---

<sup>135</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 02 jun. 1940. 498.

<sup>136</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 16 jun. 1940. 500.

<sup>137</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 02 jun. 1940. 498.

<sup>138</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 28 jul. 1940. 506.

Neste mesmo ano podemos perceber as ações de Nelson Corrêa Monteiro em evidenciar a educação como um progresso crescente no município de São Gonçalo e a preocupação em valorizar as ações de Getúlio Vargas. Por causa da comemoração do aniversário do presidente da república, todas as escolas estaduais realizaram solenidades e para, além disso, foi feito um concurso escolar em que se promoveu a realização de redações sobre as realizações de Getúlio Vargas:

O Dr.Nelson Correa Monteiro(...) determinando que as escolas municipais realizassem “dissertações sobre a personalidade eminente Chefe do Governo, pondo em evidência as grandes realizações do Estado Novo que são um índice altamente expressivo da influência das directrizes do actual Governo para os surtos de progresso que se vem registrando nos últimos tempos, em todo Brasil.As escolas encerraram as solenidades com o Hymno Nacional contado por todos os alunos, sendo em seguida, suspensas as aulas. As escolas estaduais realizaram esses patrióticas solenidades que despertaram o maior entusiasmo.<sup>139</sup>

Na comemoração da Independência do Brasil foram realizados desfiles escolares e concentração escolar com discurso do interventor municipal e a presença de pessoas importantes à sociedade gonçalense como o delegado regional Dr. Raphael Aflado, o Dr. Luiz Palmeir e o Dr. Eduardo Pacheco.

O ensino secundário foi motivo de inúmeras reportagens ao longo de 1940. A preocupação em se reaparelhar as escolas existentes, em gerar a distribuição de alimentos e criar as condições para a instalação de uma escola secundária eram marcadas como qualidades do então interventor municipal que “engenheiro, moço, inteligente sobre a orientação do patriota Ernani do Amaral Peixoto, São Gonçalo caminha para o progresso<sup>140</sup> .

No tocante ao ensino primário municipal o relatório relativo ao ano de 1940, aponta que foi inaugurada por ocasião do aniversário de Getúlio Vargas uma escola que recebeu nome do homenageado. No mesmo ano, a matrícula nas escolas foi de 2749 alunos com frequência média de 1877 alunos. Todos os alunos, diferentemente do ano anterior tiveram acesso a aulas de educação física e foi instalado um parque de cultura física na escola 22 de Setembro. Por conta de verba destinada aos Serviços de Cooperação com a Secretaria de Educação e Saúde do Estado, e a Inspeção de Ensino Municipal foram adquiridos mobiliários necessários à montagem de um gabinete dentário que atendeu tanto a alunos da rede municipal como estadual. Mais escolas também, perfazendo o total de onze, passaram a

<sup>139</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 21 abr. 1940. 492.

<sup>140</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 08 dez.1940. 525.

receber merenda escolar Todas as escolas municipais receberam material didático alguns prédios escolares estavam em estudo para remodelação.

Seguindo determinação do governo federal, pelo decreto número 30 de 6 de novembro de 1941, foi criada a Caixa Escolar 10 de Novembro no município. Teve-se a inauguração de mais uma biblioteca na escola “Júlio Lima” em comemoração a memória do Duque de Caxias.

No mês de janeiro de 1941, foi divulgado o plano de administração municipal, para o campo da educação estavam previstas a conclusão das obras para abrigar uma escola ginásial e de quadras esportivas nas escolas<sup>141</sup>. O ginásio municipal no mês de março estava com as obras adiantadas, sendo para a sociedade gonçalense a realização de uma de suas maiores aspirações<sup>142</sup>.

Este ano foi marcado pela preocupação em criar no município de São Gonçalo uma instituição de ensino voltada para o ensino secundário, já que não existia nenhuma escola deste nível ainda, o que atendia uma demanda que vinha desde 1940. Segundo relatório administrativo<sup>143</sup> não era possível os jovens gonçalenses continuarem a deslocar-se diariamente para outros municípios, pois isso além de encarecer os estudos era um dificultador na aprendizagem. Por este motivo, a prefeitura adquiriu um edifício que havia sido construído para um internato de meninas, ampliou-o e reformou-o completamente para adaptá-lo ao funcionamento do ensino secundário atendendo às exigências do Departamento Nacional de Ensino. Mas, como não convinha a Municipalidade explorar o novo estabelecimento, tendo somente a pretensão de facilitar o incremento do ensino, foi realizada concorrência pública para o arrendamento do imóvel destinado ao colégio.

O colégio começou a funcionar no mesmo ano, atualmente ainda existe sendo conhecido como Colégio São Gonçalo, ao lado da Igreja Matriz do município. A inauguração teve a presença do interventor federal Ernani do Amaral Peixoto que foi homenageado pelo

---

<sup>141</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 22 jan. 1941.531.

<sup>142</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 09 mar. 1941. 538

<sup>143</sup> RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1940 e 1941. **Relatório**. São Gonçalo, 1942. Relatório. Datilografado.p. 18



seu apoio à população gonçalense<sup>144</sup>. A escola era obrigada por acordo com a prefeitura a oferecer anualmente dez bolsas de estudos integrais para alunos carentes<sup>145</sup>.

O município abrigava 31 escolas primárias que funcionavam em vários turnos, mas apenas uma escola possuía sede própria. As demais escolas funcionavam em sedes alugadas que demandavam grandes melhorias e geravam gastos, por esse motivo, estava prevista a construção de trinta prédios para escolas no município com gasto previsto de novecentos contos de reis. Estava previsto ainda a construção de um parque com equipamentos modernos para a recreação e educação física da infância escolar<sup>146</sup>.

Foi realizado no município um concurso de redação com as professoras, intitulado “Maratona Intelectual” com o tema “O Estado Nacional no ressurgimento do Brasil”<sup>147</sup>. Este era uma forma de comemorar a data de fundação do Estado Novo.

O ano de 1942 foi o segundo ano da administração de Nelson Corrêa Monteiro.

Durante este ano no campo da educação, os nomes de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Ernani do Amaral Peixoto foram citados como grandes colaboradores no município em instituições como no Educandário Vista Alegre. Elas eram citadas por “constituem as mais belas nuances do coração humano e o ritmo de progresso moral e material de São Gonçalo”<sup>148</sup>.

As datas como a Semana da Juventude, a data do aniversário de Getúlio Vargas, a Semana da Criança, aniversário do regime do Estado Novo, dia da Bandeira foram motivo de desfiles, palestras e inaugurações nas escolas.

A Inspeção de Educação da Prefeitura comemorou condignamente a “Semana da Juventude”, o Dia Panamericano e a data natalícia do Presidente da República fazendo realizar nas escolas municipais uma série de conferências e palestras de caráter eminentemente educativo e de uma significação cívico patriótica.<sup>149</sup>

---

<sup>144</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 09 nov. 1941. 573

<sup>145</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 15 fev.1942. 587.

<sup>146</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 19 abr. 1941. 544.

<sup>147</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 19 out. 1941. 570.

**O São Gonçalo**, São Gonçalo, 26 out. 1941. 571.

<sup>148</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 25 jan.1942. 584.

<sup>149</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 26 abr.1942. 597.

Teve até mesmo a distribuição de prêmios nas escolas, como a Campanha Nestlé que entregou a mil alunos desde pequenos lanches a prêmios em dinheiro, e certificados às crianças consideradas por concurso as mais saudáveis<sup>150</sup>. Devido à comemoração da Pátria foi inaugurado no Colégio São Gonçalo o “Parque de Exercícios Nelson Corrêa Monteiro”<sup>151</sup>. O quinto aniversário do Estado Novo foi motivo de um programa de festejos:

O governo municipal de São Gonçalo Exmos. Snrs. Drs. Nelson Corrêa Monteiro, Prefeito e Toledo Piza, juiz de Direito, com a colaboração do Instituto Fluminense de Cultura, organizou amplo programa de solenidade cívicas em comemoração ao 5º aniversário do Estado Novo e da administração do Interventor Federal e sessão cívica comemorativa ao 1º quinquênio da Interventoria Ernani do Amaral Peixoto. Realizou-se na sede do Colégio São Gonçalo, com a presença das autoridades, federais, estaduais municipais, corpo docente do referido Colégio, professores estaduais e municipais, a anunciada sessão comemorativa do 5º aniversário de fundação do Estado Nacional e da Administração do comandante Amaral Peixoto.<sup>152</sup>

No mês de julho uma reportagem explica o funcionamento e a função da Caixa Escolar 10 de Novembro. A Caixa Escolar era uma instituição para os alunos das escolas municipais, para a qual todas as escolas particulares colaboram e este foi criado no município por decreto do interventor municipal Nelson Corrêa Monteiro<sup>153</sup>.

Durante a Segunda Guerra Mundial, foram realizadas campanhas com a finalidade de arrecadar donativos, que teve a ampla participação das escolas que participaram das campanhas na arrecadação de recursos para a defesa aérea e naval, campanha pró-navio propiciando a aquisição de um navio para Esquadra Brasileira<sup>154</sup> e campanha pró-pirâmides metálicas, que foi a arrecadação de metais para a Marinha<sup>155</sup>.

Durante este ano o município recebeu a visita do diretor do Departamento das Municipalidades, o Dr. Hermes Gomes da Fonseca, que visitou a Prefeitura, o Hospital, Centro de Puericultura, Serviço Dentário Escolar, Colégio São Gonçalo, Escola Júlio Lima e

<sup>150</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 26 abr. 1942. 597.

**O São Gonçalo**, São Gonçalo, 23 ago. 1942. 614.

**O São Gonçalo**, São Gonçalo, 18. Out. 1942. 622.

<sup>151</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 13 set.1942. 617.

<sup>152</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 08 nov. 1942. 625

**O São Gonçalo**, São Gonçalo, 15 nov. 1942. 626.

<sup>153</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 05 jul. 1942. 607.

**O São Gonçalo**, São Gonçalo, 09 ago. 1942.612.

<sup>154</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 27 set.1942. 619.

<sup>155</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 04 out. 1942. 620.

diversas outras obras em andamento, segundo a reportagem, a avaliação dos serviços foi satisfatória<sup>156</sup>. O que demonstra a preocupação do município em se adequar ao que era solicitado no período estadonovista.

Em 1942 o relatório administrativo informou que foram realizados reparos na Escola Típica Rural para melhoria em suas instalações. O interventor municipal expôs que existiam cerca de quinze mil alunos no município e que eram numerosos os estabelecimentos de ensino primário, e por esse motivo era fundamental criar o ensino secundário em São Gonçalo que estava funcionando de maneira a atender “com primor” aos jovens. Ressaltou que houve um aumento no número de alunos matriculados em relação aos anos anteriores a frequência passou a ser de 3110 alunos contra os 2158 alunos anteriormente assíduos.

Todas as 32 escolas do município tiveram ministrado o curso de educação física, com exceção de alguns cursos noturnos. Os alunos das escolas municipais e estaduais foram atendidos pelo Serviço Médico Escolar e quando necessário submetidos a exames no Distrito Sanitário. Eram fornecidos medicamentos e tratamentos dentários aos escolares pelo Serviço Dentário Escolar.

O relatório administrativo final foi referente aos últimos três anos da administração de Nelson Corrêa no município de São Gonçalo. No campo da educação, destacou que neste triênio, 1943 a 1945, o Colégio São Gonçalo recebeu algumas obras de melhorias como a construção de rampas de acesso, muro para o pátio de jogos, teve toda sua fachada reformada, foi rodeada por um muro e recebeu reforma em seu pátio, além aparelhos de educação física. A Escola Júlio Lima, além de ser mantida pela Prefeitura recebeu novas instalações sanitárias, e no parque “Alzira Vargas do Amaral Peixoto” foram executados vários consertos. A Escola Duque de Caxias recebeu a construção de um pátio para a recreação dos escolares, o Educandário Vista Alegre teve a construção de um parque com a finalidade da prática de educação física.

Acerca do ensino primário, existe a ponderação de que o mesmo no município passava por certa dificuldade visto que em virtude de convênio com o Estado, o ensino primário municipal ficou subordinado ao Departamento Estadual de Educação e de acordo com o convênio, as despesas que já existiam com o ensino no município passaram a ser de responsabilidade do próprio município, desta forma manter os serviços existentes nas escolas municipais passou a ser mais difícil. Mas, mesmo assim a Inspeção de Ensino de São

---

<sup>156</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 29 nov. 1942. 628.

Gonçalo continuou a responder pelas despesas com o serviço de educação física, com o serviço médico e o serviço dentário para os estudantes das escolas estaduais e municipais atendidas pela municipalidade. Também foram mantidos os serviços de merenda escolar para os alunos da rede municipal e o fornecimento de material didático aos alunos.

O Colégio São Gonçalo passou a oferecer, em 1944, também cursos no período noturno<sup>157</sup>, atendendo ao apelo da população<sup>158</sup>. Abrangendo assim o ensino de mais de cem jovens e através de convênio da Prefeitura com a direção da escola vários alunos carentes tiveram acesso à matrícula gratuitamente para os cursos do ginásio ou comercial, facilitando e melhorando as condições de vida para o custeio dos estudos das famílias mais carentes, que não poderiam manter os estudos de seus filhos se estes tivessem de se deslocar diariamente a outros municípios para estudarem, já que a renda familiar era insuficiente. Em 1943, o Ministério da Educação também elaborou uma portaria que obrigava os estabelecimentos de ensino secundário a oferecerem determinado número de vagas aos alunos carentes:

O Ministério da Educação baixou portaria nomeando uma comissão constituída da Sr<sup>a</sup>. Lucia Magalhães, diretora da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP e Heitor Pedro de Farias, presidente da Comissão de Eficácia do Ministério da Educação, para fixar os critérios gerais que se tornarão obrigatórios, destinados a regular as modalidades e os limites dos pagamentos que poderão ser exigidos dos pais de famílias pelos estabelecimentos de ensino secundário a título de contribuição pela educação de seus filhos. A mesma portaria incumbiu a comissão de estabelecer a percentagem de lugares gratuitos e de contribuição reduzida que serão anualmente concedidos a adolescentes necessitados, pelos estabelecimentos de ensino secundário<sup>159</sup>.

No ano de 1943, teve-se a inauguração de mais uma instituição voltada para a instrução dos cidadãos gonçalenses, mais uma biblioteca municipal, implantada no Ginásio São Gonçalo<sup>160</sup>. Essa biblioteca recebeu inúmeros livros doados pelo Instituto Nacional do Livro<sup>161</sup>.

As datas festivas do aniversário do presidente, do Dia da Juventude, do dia da Bandeira, da Semana da Pátria e do aniversário do Estado Novo foram comemoradas em todo

<sup>157</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 02 abr. 1944. 699.

<sup>158</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 26 mar. 1944. 698.

<sup>159</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 21 mar. 1943. 644.

<sup>160</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 21 fev. 1943. 640.

<sup>161</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 03 out. 1943. 673.

o triênio de 1943 a 1945<sup>162</sup>, mas o ano de 1943, foi especial por ter recebido em maio a visita de Getúlio Vargas em comitiva o que resultou em várias homenagens realizadas pelo governo municipal e o povo gonçalense<sup>163</sup>. Para as datas comemorativas como nos anos anteriores foram realizados desfiles, palestras e apresentações com os escolares. Em muitas destas ocasiões foram realizadas inaugurações como uma biblioteca no grupo escola Santos Dias em Neves<sup>164</sup> e distribuição de prêmios<sup>165</sup>.

Durante o ano de 1944, a Caixa Escolar municipal recebeu auxílio de algumas das maiores indústrias instaladas em São Gonçalo, entre elas destacaram-se a Companhia Brasileira de Vidros, Companhia Eletro Química Fluminense, Empresa Brasileira de Pesca, Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas entre outras<sup>166</sup>.

Neste mesmo ano, o interventor municipal recebeu homenagem através da Legião Brasileira de Assistência com a inauguração de um clube agrícola na escola Júlio Lima com seu nome<sup>167</sup> e foi anunciada a visita do presidente Getúlio Vargas e o interventor Amaral Peixoto juntamente com o Ministro Gustavo Capanema para a inauguração do Educandário Vista Alegre<sup>168</sup>, mas a inauguração ocorreu sem a presença destes que mandaram em seu lugar representantes.

Enfim, a presença da ideologia estadonovista na esfera municipal e na educação foi marcante no município de São Gonçalo, visto que as ações do interventor municipal Nelson Corrêa Monteiro no campo da educação foram desde a melhoria nas condições estruturais das escolas a realização de políticas que davam aos estudantes melhores condições para se dedicarem aos estudos. Existiu a preocupação na formação física dos estudantes com a prática de educação física, houve o oferecimento de alimentação, serviços médicos, dentário e material escolar e ao mesmo tempo a transmissão de todos os valores morais e ideológicos

---

<sup>162</sup> Sobre estes temas observar as seguintes edições do Jornal “O São Gonçalo”: 648 de 18 de Abril de 1943; 655 de 30 de Maio de 1943; 669 de 05 de Setembro de 1943; 675 de 17 de Outubro de 1943; 680 de 21 de Novembro de 1943; 700 de 09 de Abril de 1944; 722 de 10 de Setembro de 1944; 773 de 02 de Setembro de 1945 entre outras.

<sup>163</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 30 mai.1943.655.

<sup>164</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 21 nov. 1943. 680.

<sup>165</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 09 abr. 1944. 700.

<sup>166</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 05 mar. 1944. 695.

<sup>167</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 03 set. 1944. 721.

<sup>168</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 15 out.1944. 727.

tidos como fundamentais a conformação de uma nova mentalidade, imprescindíveis na formação de um Brasil moderno, conforme ideário do período.

## **4 VIAS DE COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CONTORNO URBANO**

No segundo capítulo foram abordadas as medidas administrativas da área da saúde promovidas por Nelson Corrêa Monteiro, durante a sua interventoria no município de São Gonçalo, já no terceiro capítulo destacaram-se as ações da área da educação/ensino. No presente capítulo o fio condutor será a reflexão sobre as obras promovidas dentro do município, principalmente as referentes às vias de comunicação, ou seja, transportes, asfaltamento e melhoramentos urbanos, em geral, realizados durante o Estado Novo por este interventor.

### **4.1 O governo de Getúlio Vargas e as obras públicas**

Durante o período estadonovista, havia uma política para se promover a melhoria do funcionamento dos órgãos públicos. Ernani do Amaral Peixoto como interventor federal tinha por meta a elaboração de projetos que promovessem a modernização e o melhor aproveitamento da administração pública. Isso se refletia na utilização de concepções e de técnicas pautadas na ciência, conforme pode ser notado tanto na área da saúde como na área do ensino, de acordo com o que foi apresentado nos capítulos anteriores.

No campo das obras, para Getúlio Vargas, a maior preocupação existente estava relacionada à modernização da infraestrutura dos planos rodoviários, da melhoria e ampliação das áreas relacionadas ao fornecimento de energia elétrica e as obras que promovessem, em geral, melhorias na parte urbana e industrial. Para tais melhorias Amaral Peixoto promoveu

uma reorganização na arrecadação de impostos, tendo como objetivo maior controle e racionalização dos gastos e arrecadações. Isto foi possível devido à própria Constituição de 1937 e reforçado através do decreto-lei número 1.202/39, do ano de 1939, que restringiu ainda mais os poderes de atuação dos governos estaduais em interferir na política tributária. Através desses, ficou estabelecido que apenas com a autorização do presidente, por meio dos interventores federais e do Conselho Administrativo do Ministério da Justiça, poderiam ser executadas obras e outros gastos com as verbas oriundas da arrecadação de impostos. Desta forma, a autonomia do município em matéria financeira, foi restringida, e também foi proibido o endividamento externo municipal.

O projeto de modernização implantado por Vargas pode ser observado na criação de órgãos essenciais à estratégia de modernização do Brasil, entre eles destacam-se o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) criado em 1934, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fundado em 1938, e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) também instituído em 1938.

Outro órgão de grande destaque no tocante ao transporte e melhoramentos públicos no período do Estado Novo, foi o Ministério da Viação e Obras Públicas, que teve grande importância na organização das obras realizadas. Esse era o órgão responsável pelo assessoramento do presidente na execução e formulação da política de transporte do Brasil.

No âmbito estadual, existia a Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas<sup>169</sup>, que foi criada em 1935 e existiu até 1963. Esta secretaria desempenhava serviços administrativos e técnicos sendo a responsável pela viação férrea, fluvial, aérea e de rodagem; pela construção e conservação de edifícios públicos, pontes, linhas telegráficas; pela criação da carta geográfica; pela demarcação de limites interestaduais e intermunicipais; pelo saneamento e pela assistência técnica aos municípios.

---

<sup>169</sup> A Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas foi criada em 1935, pelo Decreto nº2, de 5 de abril, a partir do desdobramento da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas.



#### **4.2 A modernização do município de São Gonçalo: vias de comunicação e obras públicas.**

O município de São Gonçalo passou por inúmeras obras visando a melhoria e ampliação de sua infraestrutura, conforme determinado pelo período estadonovista. Neste campo, entre as principais realizações do interventor municipal Nelson Corrêa Monteiro, as obras que mais se destacaram foram: as de calçamento, melhoramento das estradas, ampliação dos serviços referentes ao fornecimento de energia, águas e esgotos entre outros.

Durante os anos de atuação de Nelson Corrêa Monteiro, o município passou por constantes obras, mesmo ciente de que a ocorrência de obras é geralmente um fator recorrente por parte dos prefeitos, mas o que se observou no período da atuação do referido interventor municipal foi a preocupação de que suas obras atendessem ao que era prioridade dentro das metas estabelecidas pelo programa de governo de Getúlio Vargas.

As prioridades e programas de obras tidos como prerrogativas pela administração do interventor municipal de São Gonçalo, na década de 1940, podem ser observados através do Jornal “O São Gonçalo” do período e dos três relatórios administrativos produzidos por Nelson Corrêa Monteiro.

De acordo com o último relatório administrativo, enviado no mês de abril de 1946 ao Departamento das Municipalidades, referente ao triênio de 1943 a 1945, Nelson Corrêa Monteiro teve como prioridade promover melhoramentos principalmente nas zonas mais populosas e gerar condições ao município de São Gonçalo de receber cada vez mais a industrialização. De maneira a gerar melhor infraestrutura não apenas para a população, mas também para o progresso material do município.

Um dos mais importantes órgãos do estado do Rio de Janeiro na área de obras e organização municipal era o Departamento das Municipalidades. Esse departamento tinha a responsabilidade de coordenar a articulação entre os municípios e o governo do estado. Sua

atividade estava presente em todos os setores da administração municipal, organizando e padronizando a escrituração das prefeituras.

O Departamento das Municipalidades tinha como atribuições ainda prezar pelo equilíbrio das finanças das prefeituras, e criar normas seguras para a defesa dos interesses do estado e do município. Deveria também prestar assistência quanto ao saneamento urbano e rural; auxiliando as prefeituras na instalação dos serviços de iluminação elétrica entre outros serviços, que deveriam ser atendidos através da arrecadação de impostos em geral. Quando fosse possível, dentro das possibilidades financeiras do Estado, o departamento auxiliava os municípios em seus projetos e programas de saúde pública.

Em consonância com a situação financeira das municipalidades, o Departamento das Municipalidades exigia que fossem tomadas providências, com a finalidade de que se mantivesse estabelecido o equilíbrio da receita, por meio de leis tributárias, demonstrando a situação em que realmente o município se encontrava, visto que a maior parte das irregularidades administrativas estava relacionada com o constante *déficit* financeiro.

Em função do regime do Estado Novo, ocorreu uma mudança no regime fiscal. O Departamento das Municipalidades passou a solicitar dos interventores municipais a prestação de contas de sua gestão, o que anteriormente não era feito. E no ano de 1939, com a intenção de resolver os problemas dos administradores municipais em se estabelecer um padrão de orçamento que facilitasse a execução e que fosse ao mesmo tempo claro e exato, foi adotado pelo Departamento de Municipalidades um conjunto de regras uniformes que passaram a ser utilizadas para a elaboração das leis orçamentárias.

Através dos relatórios administrativos referentes ao período da intervenção de Nelson Corrêa Monteiro no município de São Gonçalo, percebe-se a preocupação deste em atender às exigências solicitadas pelo Departamento das Municipalidades. Este departamento foi o órgão para o qual foram dirigidos os três relatórios administrativos referentes aos anos de 1940 a 1946. Estes eram encaminhados ao diretor geral do Departamento das Municipalidades, em 1942 o Dr. Salo Brand e posteriormente ao Dr. Hermes Gomes da Cunha.

Nelson Corrêa Monteiro teve a preocupação de agradecer a contribuição que a municipalidade de São Gonçalo recebia pelos órgãos administrativos do Estado, conforme se

percebe no início do primeiro relatório administrativo<sup>170</sup>. Ele expressou que o Departamento das Municipalidades e a Secretaria de Viação e Obras Públicas “demonstram, pelas suas atividades, estarem realmente integradas na grande obra administrativa do Comandante Ernani do Amaral Peixoto<sup>171</sup>”.

No ano de 1940 foi iniciada uma obra no município de São Gonçalo com o objetivo de ampliar e melhorar o tráfego, era prevista também a melhoria e construção de 100 quilômetros de rodovias. Iniciou-se o ajardinamento e obras de melhorias no centro do município e a construção do “Parque de Educação Física Alzira Vargas do Amaral Peixoto”, na escola Júlio Lima.

Este ano marcou a comemoração do cinquentenário do município de São Gonçalo, em função dessa data, foi realizado um planejamento de comemoração com a duração uma semana. Devido aos festejos, foi previsto para além das cerimônias de homenagens ao presidente e ao município inaugurações de algumas melhorias em São Gonçalo, entre elas a inauguração do início das obras de construção do Estádio Ernani do Amaral Peixoto<sup>172</sup>, que recebeu a construção de uma arquibancada de cimento e foi aparelhado para a realização de provas esportivas.

Ainda como parte dos preparativos das festas do cinquentenário ocorreu a inauguração do calçamento da Praça Palmier e Rua Cel. Serrado, inauguração da Escola Típica na Brasilândia, com capacidade para duzentos alunos, inauguração do Horto Municipal e a montagem de uma feira para exposição de produtos do município chamada Feira de Amostras. Esta feira foi realizada nas instalações da fábrica Mauá, na rua Dr. Oliveira Botelho em Neves e teve o apoio das secretarias. Ela teve a função de mostrar a “grandeza do município e do Estado<sup>173</sup>” despertando o interesse da população:

Tendo conseguido reunir num grande pavilhão seis secretarias estaduais e em outro a totalidade dos municípios fluminenses, dotada de uma organização perfeita, a exposição são gonçalense será sem dúvida uma brilhante demonstração das riquezas, bem como a eloquente

---

<sup>170</sup> RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1940 e 1941. **Relatório**. São Gonçalo, 1942. Relatório. Datilografado.

<sup>171</sup> RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1940 e 1941. **Relatório**. São Gonçalo, 1942. Relatório. Datilografado, p.03

<sup>172</sup> Este local atualmente abriga a instalação da Faculdade de Formação de Professores, UERJ unidade São Gonçalo.

<sup>173</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 04 ago.1940. 507.

expressão das realizações dos atuais dirigentes fluminenses sob a esclarecida e progressista orientação do Comandante Ernani do Amaral Peixoto<sup>174</sup>.

Além disso, foi realizada a construção de calçadas e incentivada a pintura nos prédios existentes no município para as festas, visando facilitar essa ação o interventor municipal forneceu pedras para calçamento e licença para os comerciantes e proprietários, em geral, realizarem tais melhorias para o cinquentenário, para pintarem as fachadas dos prédios e construírem as calçadas em todo o perímetro urbano<sup>175</sup>.

A comemoração pelos cinquenta anos do município ocorreu no dia 22 de setembro, com as inaugurações já citadas e a inauguração de um monumento em homenagem ao município, bandas, desfiles, festejos cívicos além da visitação de todos os municípios do estado e da capital federal na inauguração da Feira de Amostras<sup>176</sup> que contou com mais de vinte expositores<sup>177</sup> e a participação de vários municípios<sup>178</sup>, teve também um pavilhão do Estado com os Ministérios Instituto do Maté e Departamento Nacional do Café.

A população gonçalense em alguns momentos expressava através do Jornal “O São Gonçalo” seus anseios no que se referiam às obras a serem executadas pela prefeitura. Uma obra que foi realizada segundo o apelo da população foi a reforma da Estação da Leopoldina. Esta estação de trem recebeu uma marquise para dar mais conforto aos passageiros no embarque e desembarque dos passageiros<sup>179</sup>.

<sup>174</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 08 set.1940. 512.

<sup>175</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 09 jun.1940. 499.

<sup>176</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 15 set.1940. 513.

<sup>177</sup> Os expositores foram: Nishitani&Cia.Ltda, do Distrito Federal, Marinho, Pinto &Cia. de Niterói, Joaquim Martins de Niterói, Cerâmica Vista Alegre Ltda do Distrito Federal, Casa das Máquinas Ltda de Niterói, Tarragô, Martinez & Cia. Ltda de São Gonçalo, Sociedade Anônima Gás de Niterói, Fábrica de Doces Regina Ltda de São Gonçalo, Companhia Ultra Gás de Distrito Federal, Empresa Brasileira de Produtos de Pesca de São Gonçalo, Indústrias Reunidas Mauá de São Gonçalo, Marinho e Ferreira de São Gonçalo, Barata e Pereira de Niterói, Elpidio Pessanha de Capivari, Dagoberto Lewek de São Gonçalo, Companhia Usinas Nacionais de Niterói, Companhia de Cimento Portland de São Gonçalo, Companhia de Seguros de vida “Sul América” de Distrito Federal, Arthur Martins de Niterói, Mesbla Sociedade Anônima de Distrito Federal, Cerâmica Porto Rosa de São Gonçalo, Comp. Fiat Lux de São Gonçalo, Fábrica Santo Antonio de São Gonçalo, Hermógenes Lima &Filho de São Gonçalo, Comp. Brasileira de Usinas Metalúrgicas de São Gonçalo, Comp.Eleto Chimica Fluminense de São Gonçalo e A.F. Costo do Distrito Federal. **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 15 set.1940. 513

<sup>178</sup> Teresópolis, Valença, Entre Rios, Paraíba do Sul, Campos, Itaocara, Petrópolis, Bom Jardim, Nova Friburgo, Barra de Pirai, Macaé, São Pedro da Aldeia, Miracema, Barra Mansa, Resende, Pirai, São Fidelis, Rio Bonito, Marica, Araruama, Niterói, Cachoeiras, Itaboraí, Magé, Cabo Frio, Nova Iguaçu, Itaperuna, Itaguaí, Sumidouro, Sapucaia, Bom Jesus de Itapaboana, Cambuci e São Gonçalo.

**O São Gonçalo**, São Gonçalo, 15 set.1940. 513

<sup>179</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 10 mar.1940. 486.

No aspecto aos transportes urbanos era de certa forma comum, as empresas de transporte de ônibus alegarem que investiam grandes capitais para a comodidade do público. Mas, que por não disporem de estradas no município de São Gonçalo devidamente cuidadas, gastarem muito com as constantes manutenções. Com o objetivo de sanar este problema Nelson Corrêa Monteiro desejava executar um plano de melhoramento nas vias de comunicação, ou seja, estradas e ruas. Com as melhorias obtidas através das obras nas estradas essas reclamações diminuíram e favoreceu-se a ampliação no número de ônibus que serviam aos moradores do município de São Gonçalo.

Segundo o Jornal “O São Gonçalo” houve uma melhoria no serviço de ônibus como pôde ser observado com a Viação São Jorge que lançou três novos ônibus para o transporte de passageiros entre Niterói e São Gonçalo. Seguindo essas melhorias a Viação Cabussú aumentou ainda mais o número de seus ônibus que faziam o trajeto Porto Velho-Centro de São Gonçalo, satisfazendo assim as necessidades da população. Outras empresas que melhoram seus serviços foram a Viação Renascença e Santa Isabel fornecendo ao município grande aparato no que se referia ao serviço de transporte urbano.

Em 1940, no mês de abril, existe uma reportagem que expõe os planos de Nelson Corrêa Monteiro, em executar o calçamento e pavimentação no município de São Gonçalo, o que favorecia a sua modernização e industrialização, conforme se pode perceber através do trecho abaixo:

Sabemos que o Dr. Nelson Monteiro vai calçar as principais ruas e praças da nossa cidade (...) torna-se alvo da confiança e depositário das aspirações dos sãogonçalense na realização dos empreendimentos de que carece a nossa terra (...) esse projeto merece o apoio de quantos almejam a nossa evolução material. (...) O chefe do executivo é engenheiro e dos mais competentes.<sup>180</sup>

Uma preocupação existente era o material a ser utilizado nas pavimentações, devido aos custos e à durabilidade. Durante este ano, a pavimentação da Praça Luiz Palmier, foi realizada com um material experimental, macadame e betume em aproximadamente 1.800 m<sup>2</sup>. Na Rua Coronel Serrado foi utilizado macadame, em uma área de 6.000 m<sup>2</sup>, incluindo serviços de esgotamento de águas pluviais. As linhas da Companhia Cantareira também foram pavimentadas com pedra irregular num total de 600 m<sup>2</sup>. Foi realizada a desobstrução e

<sup>180</sup> O São Gonçalo, São Gonçalo, 07 abr.1940. 490.

limpeza do Rio Bomba, que fica no limite de São Gonçalo e Niterói, e de vários outros córregos secundários.

Para facilitar a execução das obras de calçamento no município foi instituída uma taxa de calçamento, que era cobrada juntamente com o IPTU durante o período das obras. Essa taxa foi somente deliberada após acordo entre o interventor municipal e as associações de classes existentes em São Gonçalo. Devido a esse acordo somente passaram a ser cobradas em 1941 e os prazos de pagamento e os valores eram proporcionais ao tamanho dos terrenos. Ela foi instituída pelo decreto lei número 25 e determinou de acordo com seu artigo dois que a despesa com os serviços de calçamento seriam divididos entre a prefeitura e os proprietários dos imóveis marginais as vias e logradouros públicos na proporção, respectivamente de 40% e 60%<sup>181</sup>.

Existia a intenção em se ampliar serviços essenciais com a iluminação pública. Esse serviço foi motivo de estudo por parte da Prefeitura no sentido de executar futuras extensões das redes de iluminação cujos locais ainda estivessem em desenvolvimento. Contudo, a empresa de iluminação pública era uma empresa particular, a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, o que de certa forma gerava limitações técnicas para as ações da prefeitura em gerar a expansão deste serviço, por serem necessários vários acordos e negociações entre a empresa e o governo.

Já o abastecimento de água, também um serviço essencial, era executado pela Prefeitura de Niterói, mas possuía deficiências. Por ser executado por outra prefeitura ocorriam alguns impasses que dificultavam a resolução dos problemas existentes, pois o plano para o melhoramento do serviço não podia ser resolvido isoladamente através da prefeitura de São Gonçalo. Além disso, era um serviço que abrangia vários municípios e não existia no município gonçalense uma fonte de água que fosse adequada a exploração.

Visando a melhora quanto ao abastecimento de água no município, estava sendo estudada a construção de um reservatório hídrico em Alcântara, Villa e Neves e que a redistribuição fosse realizada pela prefeitura de São Gonçalo<sup>182</sup>.

No que se refere ao serviço esgoto, no município, não existia uma rede bem elaborada, este serviço era suprido por uma rede de fossas e frequentemente por córregos vizinhos às

---

<sup>181</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 01 dez.1940. 524.

<sup>182</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 26 mai.1940. 497.

residências. Para tentar sanar esse problema foi elaborado um estudo feito pelo escritório de Engenharia Civil e Sanitário de F. Saturnino de Brito Filho, para atender à zona mais densa do município, Neves e Sete Pontes abrangendo mais de quatro mil casas.

Os cemitérios foram motivo de preocupação, a ampliação deles era necessário devido ao aumento populacional. Estavam sendo ampliados os cemitérios que atendiam aos 1º, 4º e 5º distritos. Existiam na época cinco cemitérios, quatro municipais e um da sociedade Israelita.

A exploração do serviço de consumo de carne era feita pelo matadouro municipal, serviço explorado pela Companhia Matadouro Modelo S. A., por concessão. Este serviço passou por melhorias fiscais, para isso a prefeitura contratou um médico veterinário para a fiscalização e inspeção sanitária dos criadouros existentes no município. Durante o ano foram abatidos 3.547 bovinos e 309 suínos.

Através da leitura do “O São Gonçalo” percebe-se um evidente o esforço em mostrar a importância do município de São Gonçalo e como o mesmo estava cada vez mais moderno e economicamente importante:

A mais importante colletoria do Brasil é a de São Gonçalo, tem a maior área urbana do Estado, parque industrial mais importante, duas principais fábricas de phosphoros do Brasil, a principal Usina Metalúrgica e a maior fábrica de cimento da América do Sul, a única fábrica de soda cáustica do Brasil, as mais importantes de cerâmicas do Estado, as melhores fábricas de vidro, porcelana, tintas e verniz do Estado<sup>183</sup>.

Para além deste trecho citado acima, o jornal apresenta uma tabela com as arrecadações do município desde o início da década de 1930, onde se pode observar os valores das arrecadações anuais:

Ano	Arrecadação
1930	9.708:389\$409
1931	8.848:185\$752
1932	14.611:677\$272
1933	19.420:901\$400
1934	17.355:361\$000

<sup>183</sup> O São Gonçalo, São Gonçalo, 07 abr.1940. 490.

1935	22.467:581\$800
1936	27.390:709\$700
1937	29.253:925\$300
1938	28.790:971\$600
1939	31.101:191\$600
Total	208.948:894\$833

Uma preocupação recorrente era a modernização do município para além das obras, uma das conquistas neste sentido foi a instalação de uma agência da Caixa Econômica: “trata-se pois de uma iniciativa que consulta plenamente os desejos da população e que muito contribuirá para melhorar, desenvolver e estimular a economia”<sup>184</sup>. Para tal foi necessária uma negociação entre o interventor municipal e o presidente do conselho das Caixas Econômicas do estado do Rio de Janeiro. Nelson Corrêa Monteiro procurou mostrar o interesse da população em estimular a economia pública, a primeira reunião ocorreu no mês de março e a instalação da agência ocorreu no mês de outubro Outra agência bancária que foi instalada no município foi a do Banco do Brasil, que apesar de já possuir uma da mesma natureza necessitava mais uma para vazão às necessidades da população.

O município de São Gonçalo procurava atender às demandas estadonovistas, de forma a se adequar ao que era determinado pelas leis e decretos, um exemplo disso foi a fundação, em dezembro de 1940, no município o Sindicato dos Varejistas de Gêneros Alimentícios de São Gonçalo, em consonância com a lei que regulava a sindicalização no país<sup>185</sup>.

O ano de 1941 foi marcado pela realização de várias obras. No campo das obras de pavimentação foi mantida a conservação permanente de 100 quilômetros de rodovias, realizada a construção de uma ponte provisória para suprir em caráter de emergência a ponte metálica, que desmoronou no Rio Alcântara, e também fosse reformada a outra ponte que existe na região.

Devido à cooperação do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Agricultura, a prefeitura municipal conseguiu concluir o Horto Florestal, tendo adquirido grande número de árvores floríferas, bem como espécies selecionadas de florestas. Esse horto servia de campo

<sup>184</sup> O São Gonçalo, São Gonçalo, 17 mar.1940. 487.

<sup>185</sup> O São Gonçalo, São Gonçalo, 22 jan.1940. 531.



de estudo e observação para os alunos da Escola Típica Rural que ficava em prédio anexo ao Horto Florestal de São Gonçalo.

Durante o ano, a prefeitura de São Gonçalo para a realização de obras de pavimentação recorreu a empréstimos pela Caixa Econômica do Estado do Rio, por não ter recursos orçamentários suficientes para realizar a obra. Para conseguir esse empréstimo obteve licença do presidente da República autorizando a realização desta referida operação de crédito, no valor de quatro mil contos de réis. Além de arranjar apoio para as obras através de acordos e licenças obtidos em “contínuos entendimentos com os Drs. Salo Brand, director do Departamento das Municipalidades; (...) e Dr. Floriano de Vasconcelos director de Viação e Obras Públicas do município”<sup>186</sup>.

Devido à obtenção de autorização para execução das obras descritas no parágrafo anterior, foi realizada uma abertura de concorrência pública com a finalidade de obter um levantamento de estudos do calçamento para as principais ruas do município. O vencedor desta concorrência pública foi o Escritório Técnico de Topografia e Urbanismo Ltda.. O interventor municipal, Nelson Corrêa Monteiro, determinou que após isto fossem iniciados os estudos na Via Sete Pontes, trecho compreendido entre a rua Dr. Marche e Praça 5 de Julho. Este trecho era de grande importância para o todo o município, pois interligava o calçamento de Niterói ao da sede do município de São Gonçalo.

Após a elaboração do estudo e a aprovação do mesmo pelo interventor municipal, foi aberta a concorrência para a execução de calçamento do trecho supracitado. Para tal foi estabelecido nas cláusulas do edital de concorrência a apresentação de preços para três tipos diferentes de calçamento; um para macadame betuminoso com paralelepípedos com base de macadame com compressão hidráulica, outro com rejuntamento de cimento asfáltico e paralelepípedo com base de macadame e rejuntamento de areia. Para a execução de pavimentação e calçamento era previsto o investimento de trezentos contos de réis na construção de novas estradas e pontes no município<sup>187</sup>.

A comissão escolhida para o julgamento da concorrência foi à responsável por opinar no tipo de paralelepípedo com rejuntamento de areia, base de macadame com compressão hidráulica, sugestão que o interventor municipal aceitou, pois além de ser incerta a aquisição

---

<sup>186</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 16 fev.1941. 535.

<sup>187</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 19 abr. 1941.544.

de asfalto, devido ao contexto que o país vivia de Segunda Guerra Mundial, existia também a circunstancia de ser necessária a reforma do serviço de Águas e instalação do serviço de esgotos, o que implicaria na revolvimento e reposição do calçamento, operações facilitadas pelo sistema de calçamento adotado.

Era previsto logo após a entrega dos trechos a serem asfaltados a execução de calçamento em novos trechos. Em alguns locais o serviço era feito em forma conjunta com a companhia de água e esgotos, por exemplo, foi pavimentado e acrescida de serviço de esgotamento de águas pluviais, em 1941, parte da Rua Feliciano Sodré, em um total de 700 m<sup>2</sup>.

Como medidas de saneamento foram realizadas limpezas e desobstrução de vários córregos que cortam o município, inclusive o rio Bomba, que fica no limite entre São Gonçalo e Niterói. Neste ano foi solicitado a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a extensão de sua rede de iluminação na Rua do Rocha, o que em parte foi concluído, e a administração municipal estudava a possibilidade de ampliar este serviço em outros logradouros públicos. Já o serviço de abastecimento de água foi realizado graças ao arrendamento com o Serviço de Águas feito pela prefeitura de Niterói à Cia. Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói, esse serviço estava passando por nova elaboração de contrato feito pela prefeitura de São Gonçalo, visando resguardar os interesses dos consumidores e principalmente a melhoria do abastecimento, remodelação e ampliação da rede, assim como garantir os direitos da municipalidade de São Gonçalo em torno desta importante exploração.

Para o serviço de esgotos, houve a concessão deste serviço à Cia. Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói, que se tornou a responsável pela execução e exploração do serviço de esgotos nos distritos de Neves e de Sete Pontes, essa estava de acordo com o projeto da empresa Saturnino Brito Filho, que havia sido realizado no ano anterior.

Como previsto no ano de 1940, o Cemitério da Cidade recebeu um muro novo e foi ampliado com a aquisição de um terreno desapropriado de 2.188,50 m<sup>2</sup>, medida que não podia mais ser adiada pelo grande aumento da população no município.

Durante 1941, o serviço do Matadouro Municipal funcionou normalmente. Tal atividade era realizada pela Cia. Matadouro Modelo S.A. e abateu mais de três mil bois e mais de quatrocentos suínos. O serviço de entreposto de leite vinha sendo exercido pela municipalidade que o mantinha e era responsável pelo exame e distribuição do leite não

apenas no ponto de vista de higiene, como também pelo rigor técnico de produção, porém tendo o governo do Estado criado um órgão autárquico para o controle deste produto em todo o território fluminense, também no município de São Gonçalo, passou o serviço do leite a ser executado pela nova instituição, ficando, entretanto convencionado que a prefeitura de São Gonçalo não sofria prejuízos com essa transferência de atribuições.

Uma obra de destaque para a economia do município foi realizada no Mercado Modelo, localizado no centro urbano de Neves, era até então utilizado exclusivamente para a venda de peixes, mas teve suas instalações adaptadas e ampliadas para a venda de outros produtos relacionados à pesca.

A prefeitura ainda teve seu serviço de transporte organizado e melhorado, também foram adquiridos dois carros para trabalhos de fiscalização e inspeção em geral e fez a troca do carro que servia ao gabinete do prefeito, além da reforma dos carros que serviam ao serviço funerário. Foi instalada ainda uma nova agência da Caixa Econômica Federal no bairro de Neves<sup>188</sup>. O ano também foi marcado pela oficialização no município de mais de 600 sindicatos<sup>189</sup>

No ano de 1942, no município de São Gonçalo, prosseguiram os melhoramentos urbanos, foram conservados em caráter permanente de modo a permitir fácil tráfego, várias rodovias, numa extensão aproximada de 80 quilômetros Foi restaurada a estrada do Rocha, numa extensão de cinco quilômetros. Foram reconstruídas as estradas de Tribobó e Santa Isabel em um total de oito quilômetros. Outro problema de trânsito solucionado foi a reconstrução da ponte do Rio Alcântara, uma ponte de madeira, para esta obra e suas melhorias o município teve auxílio do governo do Estado que contribuiu com Cr\$15.000,00 do total de Cr\$48.000,00 gastos para as obras em Alcântara.

Nos bairros de Areal, Cordeiros e Rodízio também foram efetuados consertos em pontes, assim como vários bueiros, em Neves e nas Ruas Tenente Jardim, Dr. Getúlio Vargas, Francisco Portela, Pio Borges e Estrada da Conceição, foram restaurados. Nas oficinas da prefeitura do município foram construídas 268 manilhas de cimento armado, de diversos diâmetros, para a aplicação nas obras públicas, além de construir vários bancos de cimento armado, destinados aos logradouros públicos.

---

<sup>188</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 17 ago.1941.561.

<sup>189</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 30 nov.1941. 576.

O Estádio Comandante Ernani do Amaral Peixoto teve prosseguimento em suas obras, com uso de verbas destinadas à cooperação com a Secretaria de Educação e Saúde. O mesmo não ocorreu com a construção do parque infantil que na impossibilidade de sua construção teve apenas obras de aterro para a ampliação da praça na qual seria instalado.

O ano de 1942 foi um marco na pavimentação no município de São Gonçalo, iniciando-se nele a realização do grande plano de pavimentação. Conforme exposto, no ano de 1941, o interventor municipal, solicitou a realização dos primeiros estudos, inicialmente para a Via Sete Pontes que liga Niterói a São Gonçalo, de mais fácil execução por não apresentar tantas dificuldades técnicas para a realização da obra. Esta facilidade técnica não ocorreu no trecho da vida Porto do Velho que tinha muitos trechos cortados por duas linhas férreas e uma de bonde, além dos acidentes topográficos apresentava frequentes diferenças de nível e grande número de postes dispostos de forma desordenada, exigindo assim novos alinhamentos.

Mesmo com todas essas dificuldades, os estudos para o Porto do Velho foram praticamente concluídos, estando previsto ainda a ampliação da área pavimentada na zona central de Neves. Além de executar a concorrência para a execução de calçamento nestes trechos estava previsto ainda o calçamento de Sete Pontes. O tipo de material adotado para as obras foi o paralelepípedo com rejuntamento de areia, base de macadam com compressão mecânica, por ser mais durável, de mais fácil conservação e também por ser muito difícil a aquisição de asfalto devido ao período de guerra.

Entre as firmas que concorreram para a execução destas obras, foi escolhida a que apresentou os preços mais moderados, atingindo o valor de Cr\$1.405.632,00, a segunda colocada para o mesmo tipo de serviço apresentou o valor de Cr\$1.746.224,00. Não foram somadas nos valores apresentados às despesas decorrentes com as desapropriações, recuos de muros e edifícios, remoções de postes e outras indenizações que seriam segundo projeto de pavimentação planejado efetuados a parte. Para as remoções de linhas de bondes, em trechos onde as mudanças seriam necessárias, o interventor municipal Nelson Corrêa Monteiro, entrou em entendimento com a Secretaria de Viação e Obras Pública e com a Cia. Cantareira de Viação Fluminense, conseguindo que as despesas fossem custeadas pelo fundo de melhoramentos da referida companhia.

No entanto, várias causas concorreram para o retardamento o andamento das obras de pavimentação contratadas, a principal causa foi a falta de combustíveis e de pessoas especializadas para a obra. Isso gerou uma prorrogação do prazo de entrega do serviço.

A Rua Coronel Serrado teve grande parte de sua pavimentação já concluída. Com a reconstrução de muros, escavações, demolições, galerias, ralos, poços de visitas e caixas de areia o que fazia com que o fim da obra estivesse muito próximo, foram pagos pelos serviços, indenizações e juros até o final de dezembro Cr\$ 523.502,00. Com a remoção de linhas a Companhia Cantareira de Viação Fluminense gastou Cr\$ 197.000,00. A prefeitura teve ainda gasto com a reconstrução de muros Cr\$12.000,00.

Além dessas despesas, a prefeitura teve de aceitar um acréscimo no preço da empresa contratada para finalizar a obra, visto que a empresa entrou com pedido de reajustamento de preços alegando a ocorrência de um encarecimento da mão-de-obra e do material necessário ao calçamento, caso não tivesse reajuste não teriam como concluir o contrato até o final, acarretando em um aumento de 20%. Esse reajuste foi aceito para evitar a paralisação da obra enquanto durar a guerra, pois qualquer outra medida sairia mais caro para a municipalidade.

Uma das formas de tentar conter as despesas encontradas pela prefeitura foi tentar recuperar parte das despesas com as desapropriações dos imóveis e vender os terrenos remanescentes. A prefeitura com verba do próprio orçamento iniciou os serviços preliminares para o calçamento na Rua Floriano Peixoto, que ligava o centro urbano de Neves ao de Sete Pontes, com a extensão de um quilômetro. No entanto, este serviço foi interrompido em virtude das obras de instalação da rede de esgotos naquele local, a fim de evitar que posteriormente fossem retiradas e depois repostas as pedras de calçamento. Mas, o meio-fio já estava feito e o material para a obra estava devidamente reservado, inclusive os ralos de ferro para os esgotos.

A Companhia Eletro-Química Fluminense executou serviços de calçamento em Alcântara, no trecho da via pública que passava junto a sua fábrica, numa extensão de 180 metros. A prefeitura contribuiu com ralos para esgotos, tubos para galerias de águas pluviais e com a necessária assistência técnica.

O ano de 1942 foi marcado também pela melhoria em alguns edifícios público do município de São Gonçalo. O prédio que abrigava a prefeitura não satisfazia integralmente as finalidades para as quais era destinado e a construção antiga não comportava todos os serviços de caráter interno. Tentando amenizar esta situação, foram executadas algumas reformas internas visando melhorar o aspecto do edifício e proporcionar maior conforto tanto aos funcionários quanto às pessoas que fossem ao edifício. Desta forma, velhas paredes foram substituídas por divisões de madeira envernizada, permitindo melhor distribuição das seções,

maior ventilação e melhor iluminação. Foi feito novo assoalho nas Divisões da Fazenda e da Administração, assim como uma reforma da instalação elétrica. Além destas melhorias, foi construída uma nova sala na sede do Distrito Sanitário, houve a execução de consertos na Delegacia Regional e a feitura de um muro na Escola Típica Rural. Todas essas obras foram realizadas devido às verbas liberadas pelo Estado a prefeitura do município.

No mês de agosto foi anunciada a visita do Comandante Amaral Peixoto ao município com a finalidade de inaugurar vários melhoramentos públicos como a ponte sobre o Rio Alcântara e um trecho da Rua Getúlio Vargas<sup>190</sup>.

No quesito saneamento urbano, foram realizadas a limpeza e desobstrução de vários córregos e rios que cortam o município, principalmente o rio Bomba e valetas marginais às vias públicas.

Sobre a iluminação pública, a prefeitura solicitou à Companhia Brasileira de Energia Elétrica a melhoria do serviço em várias ruas e a instalação ou ampliação da rede de energia, mas a companhia alegou que devido à falta de material estava impossibilitada de realizar a melhoria de seu serviço.

No tocante ao fornecimento de água, foi assinado um contrato com a Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói e esperavam em decorrência disso a melhora deste serviço, conforme exigia a necessidade de consumo da população, já que o abastecimento era precaríssimo em determinadas estações. A companhia concessionária realizou alguns melhoramentos como a substituição da tubulação por uma nova e de maior diâmetro da rede de servia a Rua Coronel Serrado até atingir a Estrada de Ferra Maricá. Ficou estabelecida em contrato a reforma deste serviço e a construção de uma nova adutora com um metro e meio de diâmetro partindo de Teresópolis, além da construção de um grande reservatório em um dos morros de São Gonçalo, dando desta forma uma nova organização a distribuição das redes de água.

A rede de esgotos teve pela companhia concessionária o início da instalação de sua rede, na Rua Floriano Peixoto, concluiu em ano uma extensão de mil metros. O serviço iniciado estendeu-se as zonas mais movimentadas do município, Sete Pontes e Neves atendendo ao projeto feito pelo Escritório de Engenharia civil e Sanitária de F. Saturnino de Brito Filho.

---

<sup>190</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 23 ago. 1942.614

O serviço funerário foi executado normalmente sendo propósito da administração municipal a criação de outro cemitério em terreno do patrimônio municipal, existente no primeiro distrito, visando atender o aumento da população.

Outro serviço que funcionou normalmente foi o matadouro municipal que tinha seu serviço feito pela concessionária Companhia Matadouro Modelo S. a.. Apenas teve algumas interrupções no fornecimento de carne para consumo devido à dificuldade de aquisição de gado para consumo, situação que foi resolvida por intermédio da prefeitura. Foram abatidos mais de quatro mil bovinos e mais de quatrocentos suínos.

Estava prevista também a construção de um edifício para o funcionamento do Distrito Sanitário Número 1. A Divisão de Planejamento da Secretaria de Viação e Obras Públicas finalizaram o projeto para o edifício próprio do Distrito Sanitário, dispondo a prefeitura do terreno para esta construção, faltando apenas a autorização do interventor estadual para que fosse dado o início das obras.

Em continuação ao ano anterior, o Mercado Municipal foi mais uma vez melhorado e ampliado, sendo inteiramente reformado. Várias divisões foram construídas para a colocação de vendedores de legumes assim como foi construído um depósito frigorífico para peixes e instalado um açougue, tendo a prefeitura gasto nestas obras Cr\$25.000,00.

A prefeitura investiu também na construção de um edifício garagem e oficina, visto que não dispunha até então a municipalidade de um edifício onde pudesse abrigar todos os veículos e máquinas de que dispunha. Por este motivo foi construído um galpão de 800 m<sup>2</sup>, sendo assim, estava ajudado na preservação e manutenção do maquinário e veículos da municipalidade.

Uma reivindicação do interventor municipal ao governo do estado foi a reinstalação do entreposto de leite em São Gonçalo, ou que se fizesse a distribuição direta aos revendedores, pois com a organização da Comissão Estadual do leite, os serviços de fiscalização, distribuição e análises desse produto, mesmo o destinado a São Gonçalo, passaram a ser feitos em Niterói. Esta circunstância implicou o aparecimento de mais um intermediário, para receber o leite em Niterói e vendê-lo em São Gonçalo, gerando no município um aumento no preço final do produto.

Devido ao contexto da Segunda Guerra Mundial, durante o ano de 1942, o município criou uma Comissão Antiaérea e Naval. Tendo como presidente da comissão o interventor

municipal sobre a orientação do interventor Ernani do Amaral Peixoto. Essa comissão foi formada por representantes de vários os setores da sociedade gonçalense. Estava nesta comissão setores da imprensa e propaganda, indústria, comércio, educação e contribuições populares, agricultura, esportes e diversões e da classe operária<sup>191</sup>.

Os anos de 1943, 1944 e 1945 representaram para o município São Gonçalo uma intensificação de seu desenvolvimento industrial com o aumento da produção das fábricas de sardinha, fósforos, laminação de aço, cerâmica, soda cáustica, cera, formicida, tintas, ladrilhos, mosaicos, gesso, doces e artefatos de madeira. Além da inauguração de novas fábricas como a de vidros planos; a primeira do gênero na América Latina; várias fábricas de sardinha, uma fábrica da pectina, uma fábrica de guaraná, várias oficinas mecânicas e outras menores além da previsão de se inaugurar uma fábrica de papel<sup>192</sup>.

As obras em logradouros públicos durante os anos de 1943 a 1945 foram intensas principalmente com a manutenção e conservação permanente, garantindo o tráfego em todas as direções, em especial nas estradas de Alcântara, Ipiíba (ex-José Mariano), Cabuço, Rio do Ouro, itaitindiba, Sabramento somando um total de 57 quilômetros com as três vias principais da zona urbana. Em 1945, foi inteiramente reconstruída a estrada de Anaia com cerca de sete quilômetros.

O município de São Gonçalo possuía sobre cuidado permanente de conservação 73 quilômetros de estradas. A municipalidade executou obras de reconstrução nas estradas da Conceição, Tribobó, Rocha e Imboassú, em um total de 25 quilômetros, mas por falta de pessoal não pôde se manter de forma adequada à conservação. Até o ano de 1944, era responsabilidade do município a conservação das estradas de Itaipu, mas estas passaram a ser parte integrante do município de Niterói.

Na zona urbana para além das três vias principais de tráfego citadas acima, foram reconstruídas cerca de trinta e cinco ruas e travessas, que se achavam quase intransitáveis, mantendo ainda em bom estado mais vinte e cinco ruas. Durante o triênio buscou-se a manutenção de outros trecho e logradouros, mas devido aos aumentos nos preços tanto de mão-de-obra quanto de material, houve a diminuição do número de trechos em conservação permanente que era necessária.

---

<sup>191</sup> **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 20 set.1942.618

<sup>192</sup> RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1943 e 1946. **Relatório**. São Gonçalo, 1946. Relatório. Datilografado. p. 4



Foram inteiramente substituídos os estrados de três pontes, aproveitados os alicerces para a construção de novas pontes, isso em cooperação com o Departamento de Obras e Saneamento da Baixada Fluminense e da Prefeitura de Itaboraí, foram ainda construídas duas pontes de madeira sobre o rio Aldeia. Iniciaram-se a construção de uma ponte no sobre o rio Imboassú e em estudo a construção de uma ponte para Ibiiba além de terem sido realizados reparos em várias outras pontes.

Para fins de melhoramento urbano foram restaurados e construídos novos bueiros ao longo de todo o município, além de nas próprias oficinas municipais terem sido confeccionados 264 metros de meios fios de concreto, 95 moirões, 88 tampões, 2603 manilhas de diversos diâmetros, que no triênio se destinaram a vários logradouros.

Durante o período em que Nelson Corrêa Monteiro, esteve à frente da prefeitura o município de São Gonçalo teve a aprovação e construção de 23 lotes e abertura de novos logradouros, reunindo um total de 98 ruas e travessas. Tendo conseguido finalizar até 1946 vinte logradouros. Esses logradouros foram construídos atendendo ao código de obras; baixados pelo governo do Estado, em setembro de 1942. E os logradouros existentes tiveram de se adequar às melhorias exigidas pelo código.

Outras obras que tiveram destaque foram a pavimentação das vias tronco do município de São Gonçalo, a via Sete Pontes e a ampliação para via de Neves e parte da Rua Alberto Torres. Para tais obras, houve a remoção de muros e passeios. Foi ainda realizado o calçamento da Praça Dr. Luiz Palmier, ponto final dos bondes de São Gonçalo. Vale destacar o confronto da área calçada até 1940, e a de 1940 a 1945 segundo a tabela abaixo:

Material	Paralelepípedos	Alvenaria Poliédrica	Betuminoso
Até 1940	20.800,00 m	3.200 m	-----
De 1940 a 1945	31.147,60 m	800 m	1.500 m
Total	51.947,60 m	4.000 m	1.500 m

(Tabela elaborada com dados obtidos no terceiro relatório administrativo de Nelson Correa Monteiro<sup>193</sup>).

<sup>193</sup> RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1943 e 1946. **Relatório**. São Gonçalo, 1946. Relatório. Datilografado.

As obras do estádio “Comandante Ernani do Amaral Peixoto” prosseguiram com o nivelamento de todo o campo, a construção de arquibancadas abertas e revestidas, que somente não foi concluída devido à deficiência de verbas.

O serviço funerário, conforme planejado nos anos anteriores por Nelson Corrêa Monteiro, foi ampliado com a construção de um novo cemitério no Imboassú. Além de ter conservado e executado limpeza nos outros cemitérios existentes no município.

Durante o triênio, mesmo com as restrições e deficiências em decorrência do estado de guerra as quais o município era submetido, o serviço de transportes para materiais em geral, coleta e remoção de lixo, serviço funerário, serviço de Pronto Socorro, bem como o transporte a serviço do pessoal do gabinete e da Divisão de Engenharia continuaram funcionando. Além disso, houve a aquisição de um carro usado para transporte de funcionários e uma nova ambulância.

O matadouro recebeu um novo edifício para seu funcionamento, visando torná-lo mais higiênico, mais prático e eficiente para o fornecimento de carne à população, não tendo interrompido seu serviço nem mesmo nos períodos mais críticos da guerra. Quanto aos preços, tinha um preço de carne bovina Cr\$0,50 mais barato do que o fornecido por Niterói.

Os serviços de águas e esgotos, que eram explorados pela Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói a partir de 1943, passaram a ser encampados pelo Estado, que passou a gerir esses contratos. Os serviços foram melhorados e ampliados com a instalação de várias novas ramificações e ampliou-se ainda o serviço de esgoto na Rua Floriano Peixoto e também em Neves. Outras melhorias se deram no campo do serviço de iluminação que teve seu serviço ampliado na Praça Dr. Luiz Palmier. Na Vila Paraíso, em função da falta de materiais para a ampliação deste serviço, as obras foram paralisadas.

Enfim, conforme analisado ao longo deste capítulo a preocupação em melhorar as condições estruturais e urbanas no município de São Gonçalo, durante o período de atuação de Nelson Corrêa Monteiro foram visíveis, seja nas melhorias das estradas, na construção de novos prédios e em outras obras. Durante o Estado Novo, existia a ideologia de se construir um país mais moderno e com maiores condições de se desenvolver economicamente. Essa mesma concepção perpassava nas obras e escolhas de melhorias realizadas pelo interventor municipal. São Gonçalo foi antes de tudo um exemplo na esfera municipal de como as

medidas estadonovistas visavam a construção de uma nova imagem e de uma nova concepção de moderno e de um novo país.

## 5 CONCLUSÃO

O termo Estado Novo expressou para os contemporâneos um novo marco na vida política e social do Brasil, mas o se observa é que, de certa forma, foi um período de concretização das demandas da República, através da figura de Getúlio Vargas. As décadas de 1930 e 1940 foram antes de tudo um momento em que país visava constituir-se moderno. A modernidade era pautada no viés cientificista da época, e este ideal contribuía no projeto político que se construía com o Estado Novo que tinha como subsídio um grande aparato político e ideológico.

O governo no período estadonovista visava ter uma centralização, partindo do pressuposto que concentrando o poder poderia controlar e proporcionar a ordem e o progresso. Uma das formas de centralização de poderes foi o sistema de interventorias nos Estados e Municípios. No estado do Rio de Janeiro o Interventor Federal era Ernani do Amaral Peixoto. Foi este último que nomeou como Interventor Municipal de São Gonçalo o engenheiro Nelson Corrêa Monteiro, que iniciou a sua administração no município no ano de 1940 e a encerrou no ano de 1946.

O que se pode concluir das medidas administrativas de Nelson Corrêa é que foram baseadas nas determinações estabelecidas pelo governo de Getúlio Vargas no Estado Novo. Antes de tudo o referido interventor municipal era um “homem de sua época”. O progresso era algo muito anunciado e desejado pelo país, quem deseja o progresso sente-se então atrasado, era assim que o país sentia-se ao sair da Primeira República. No Estado Novo, proporcionar o progresso exigia algumas medidas importantes, para além da centralização política, cobrava a formação de cidadãos conscientes de seu papel para o desenvolvimento do Brasil. Devido a isso, o trabalhador tornou-se a preocupação central ao lado da industrialização do país que considerado era o mecanismo capaz de gerar a base para o desenvolvimento econômico e social. Segundo a ideologia vigente ser trabalhador era antes de tudo ser cidadão e ser cidadão era ter acesso aos direitos e benefícios “concedidos” pelo Estado.

O Estado tornou-se o responsável por outorgar a democracia, ou seja, deveria fornecer subsídios para que os cidadãos tivessem oportunidades de melhores condições de vida, pois com isso o Brasil conseguiria o progresso. A educação, saúde e assistências aos trabalhadores, com destaque para as mulheres, crianças e juventude, tornaram-se o foco das preocupações e ações do governo estadonovista. A educação no período estadonovista possuía por premissa preparar o novo cidadão, um cidadão voltado para as novas demandas, ou seja, formado e preparado para o trabalho e consciente de seu papel na sociedade, um patriota que tivesse por objetivo ajudar na construção de um novo Brasil

Deve ser considerado na reflexão abordada neste trabalho sobre o Estado Novo e o município de São Gonçalo através do governo de Nelson Corrêa Monteiro que as fontes usadas eram produzidas e ou dirigidas ao governo, mas foram escolhidas por ajudarem a compor o clima social e político da época e documentar as transformações vivenciadas em São Gonçalo, ajudando a resgatar e entender quais eram as principais demandas e discursos elaborados no período abordado

Nos Relatórios Administrativos de Nelson Corrêa Monteiro, referentes aos anos de 1940 a 1946, ficam explícitos a preocupação em demonstrar que suas ações condiziam com as solicitadas pelo período do Estado Novo, ao descrever o município de São Gonçalo como tendo um grande parque industrial e com um futuro promissor. O município foi adjetivado como próspero e com moradores que acreditavam e contribuía para o desenvolvimento. Cabendo ao interventor municipal promover melhorias urbanas, estéticas e estruturais ao município e a população.

Na reflexão crítica do Jornal “O São Gonçalo” dos anos de 1940 a 1945, percebe-se que através de seu plano de governo “Saúde, Educação e Vias de Comunicação” tentava sempre fazer com que suas ações fossem pautadas nas determinações do Presidente Getúlio Vargas. Expõe-se que o município desejava sempre ser integrado às ações e demandas do Estado Novo, não apenas nas comemorações como também no ajudar o Brasil no seu desenvolvimento e progresso.

Desta forma, refletir sobre as atuações do interventor municipal Nelson Corrêa Monteiro é antes de tudo perceber a forma como as medidas previstas no campo da saúde, educação e vias de comunicação para o município de São Gonçalo faziam parte de um programa de governo maior, que abrangia as esferas estaduais e federais, visando a constituição de um novo país.

Enfim, perceber nas ações em construir uma São Gonçalo moderna, de Nelson Corrêa no desenvolvimento do ensino, da saúde e as obras de infraestrutura como: o calçamento, a água e esgoto, a organização estética e funcional do município, assim como a preocupação com o trabalhador, o jovem, a mulher e as crianças gonçalenses é entender um pouco melhor a grandeza e complexidade do que foi a busca pelo progresso no governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo, ou seja, através da esfera municipal aprofunda-se o conhecimento do que representou o período nas esferas estaduais e federais.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Esther de Magalhães & FALEIROS, Eva. Subsídios para uma História da Assistência privada Dirigida à Infância no Brasil. *In*: PILOTTI, Francisco & RIZINNI, Irene (org.) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: USU, 1995.
- BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CAMARGO, Aspásia et al **Artes da Política: Diálogo com Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira CPDOC/FGV-UFF, 1986.
- CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. **Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto**. Tese de Doutorado. Niterói: 1995.
- FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, p. 77-120.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classe. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- FALCÃO, Rubens. **Novos Caminhos da Educação Fluminense**. Niterói: Imprensa Nacional, 1946.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- GURGEL, Heitor. **O governo Amaral Peixoto 1937-1945**. Rio de Janeiro: s/ed., 1950
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. A I Conferencia Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. *In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. Ed. Edusp, 1996 a

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões. Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PALMIER, Luiz. **São Gonçalo Cinquentenário: História, Estatística e Geografia**. São Gonçalo-RJ: Cooperação da Prefeitura de São Gonçalo e do IBGE, 1940 ed.520

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

ROMITA, Arion Sayão. *Justiça do trabalho: produto do Estado Novo*. *In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SANTOS, Milton . **Espaço e método**. São Paulo: Ed. Nobel, 1985

SANTOS, Milton (org.) **Território Globalização e Fragmentação**. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1996 b

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1996

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira**. 2ªed. Rio de Janeiro: Campos, 1987.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.



**Outras Fontes:**

*Arquivos Ernani do Amaral Peixoto* (CPDOC EAP int 1937.11.23 Pasta VIII Documento VIII 8)

***Jornal “O São Gonçalo”***

Referentes aos anos de 1940 a 1945. As edições na época eram semanais, aos domingos. Foram analisadas as edições de número 478 a 790, ou seja, 312 edições.

RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1940 e 1941.

**Relatório.** São Gonçalo, 1942. Relatório. Datilografado.

RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1942.

**Relatório.** São Gonçalo, 1943. Relatório. Datilografado.

RELATÓRIO ADMINISTRATIVO. Prefeitura de São Gonçalo. Exercício de 1943-1946.

**Relatório.** São Gonçalo, 1946. Relatório. Datilografado